

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ESTATÍSTICAS PARCIAIS:
A PRODUÇÃO DE DADOS CENSITÁRIOS NO BRASIL IMPERIAL

BARBARA GONÇALVES MORAES

Rio de Janeiro
Janeiro de 2023

**ESTATÍSTICAS PARCIAIS:
A PRODUÇÃO DE DADOS CENSITÁRIOS NO BRASIL IMPERIAL**

BARBARA GONÇALVES MORAES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Adriana de Resende Barreto Vianna

Rio de Janeiro
2023

CIP - Catalogação na Publicação

M827e Moraes, Barbara Gonçalves
Estatísticas parciais: a produção de dados
censitários no Brasil Imperial / Barbara Gonçalves
Moraes. -- Rio de Janeiro, 2023.
157 f.

Orientador: Adriana de Resende Barreto Vianna.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós
Graduação em Antropologia Social, 2023.

1. Brasil Imperial. 2. Antropologia do Estado.
3. censos populacionais. 4. estatística demográfica.
5. arquivos e documentos. I. Vianna, Adriana de
Resende Barreto, orient. II. Título.

**ESTATÍSTICAS PARCIAIS:
A PRODUÇÃO DE DADOS CENSITÁRIOS NO BRASIL IMPERIAL**

BARBARA GONÇALVES MORAES

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna

Orientadora – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional

Profa. Dra. Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ

AGRADECIMENTOS

No meio da escrita dessa dissertação, me tornei mãe. Não existe ninguém a quem eu precise agradecer mais do que Zoé, que me obrigou a uma pausa. Foi a sua chegada que me fez sentir capaz e forte novamente para terminar essa jornada de me tornar a primeira mestre da nossa família e também sua mãe. Te dedico essa dissertação inteira e tudo o mais. Que você um dia entenda as horas que passei em frente aos livros e ao computador longe como o tempo valioso para o conhecimento que reservei para mim.

Para me presentear com dias inteiros dedicados à escrita dessa dissertação, contei com alguém que assumiu a barra de cuidar de Zoé, de mim e da nossa casa em todos esses meses. Pedro foi quem me salvou nos dias de profunda angústia do puerpério. Naquele tempo, ele me lembrava dessa dissertação como uma prova da minha capacidade em ser muito mais do que mãe. Que sorte caminhar com alguém que nos faz sentir corajosa. No parir, no cuidar e no escrever, sou grata por ter você ao lado e por tudo o que nosso amor constrói.

Também não teria escrito essa dissertação se não tivesse a presença e o encorajamento constantes da minha mãe, Valkiria. Ela que também se tornou avó e mãe de uma antropóloga, e sabe melhor do que ninguém como escolher os próprios caminhos representa algo importante para as mulheres da nossa família. Obrigada pela ajuda nos cuidados desde muito antes, quando eu ainda era só um desdobramento de você, mas você já acreditava em mim e na minha autonomia. Obrigada por cuidar de Zoé enquanto eu escrevia esse trabalho.

Aos cuidados sempre invisíveis das mulheres que me deram todo suporte ao longo da minha gestação, que foi também a gestação dessa dissertação, no meu parto e no meu pós-parto: Shirley, Pamela, Bia, Tati - a equipe de enfermeiras e doulas que me permitiram ficar até quase o último dia da gravidez trabalhando.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Adriana Vianna, que já era uma inspiração desde a primeira vez que a ouvi falar. Ser acompanhada na escrita por alguém que acredita nas nossas ideias e lança elas para lugares inimagináveis é um grande privilégio. Aprendi não só com as suas palavras inspiradoras e seu olhar afiado, mas também com a paciência com que escutou meus argumentos e defendeu eles comigo.

Agradeço aos membros da banca por aceitarem ler, pensar e comentar esse trabalho: Antonio Carlos, que foi um tutor de longe, quando eu ainda lia seus escritos na graduação em São Carlos; Leticia Ferreira, que ministrou uma das melhores disciplinas sobre burocracia no meu primeiro ano de mestrado; Federico Neiburg, que foi o primeiro a encorajar meus projetos de escrita ainda em Teoria Antropológica 1, e Lucas Freire, que inspirou muitas das minhas reflexões com a escrita impecável dos seus trabalhos.

Agradeço também às amigadas, aos encontros, aos afetos. David Danziger, companheiro de leituras e comentador assíduo desse trabalho, e a quem eu devo pelo menos metade do que pensei para essa dissertação. Aos colegas de mestrado do Museu Nacional, dos Encontros de Quinta e aos docentes do PPGAS, meus agradecimentos pelas oportunidades de pensar para além do que sou capaz sozinha. À Lohayne Oliveira, que tem sido minha fiel amiga de reflexões e conversas intermináveis por anos e que escreveu comigo as histórias mais bonitas que tenho para contar. Através dela, Diogo e Sônia, que fizeram a chegada de Zoé ser ainda mais amorosa. À Ana Elisa Santiago, que inspira sempre o meu desejo por ser uma pessoa mais autêntica e transparente e com quem tive conversas instigantes sobre antropologia. Aos amigos do Laboratório de Experimentações Etnográficas que me inspiram há tantos anos e à Catarina Morawska, por sempre acreditar no meu trabalho. Aos meus amigos e companheiros de casa e bares, Victor Marchesin, Kelvyn Gomes, Mateus França, por desafiar meus argumentos sobre a ciência e me mostrar pontos de vista alternativos. Aos amigos queridos Camila Dourado, Beatriz Logarezzi, Maria Luiza Castro, Mario Menegatti, Iago Marichi, Andreza Santos, todas as dezenas de Alcateiers, e outros tantos que tornaram os tempos de escrita e de cuidados com Zoé mais leves e fáceis de enfrentar. Sou grata por ter com quem caminhar.

Por fim, agradeço à FAPERJ pela bolsa concedida durante os anos de mestrado e pela extensão no período de licença-maternidade.

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que, assim como eu, precisaram enfrentar os anos tenebrosos de governo Bolsonaro com paciência. Pessoas conhecidas e desconhecidas, com quem compartilhei do medo, mas também da esperança por um futuro melhor.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objeto as ambiguidades, lacunas e incertezas que participaram da produção de estatísticas populacionais no Brasil do século XIX, quando os primeiros censos demográficos são organizados pelo governo imperial. A proposta da dissertação é trabalhar na intersecção de debates sobre práticas científicas e processos de Estado, com especial atenção para os instrumentos de quantificação de populações e os efeitos que eles produzem nas narrativas que o Estado produz e faz circular sobre si. Essas narrativas são conservadas em arquivos e documentos oficiais sobre os censos de 1852, 1872 e 1890 a 1920, analisados nesse trabalho. Tratam-se de documentos históricos alocados em diversos arquivos públicos, como os diários de viajantes dos séculos XVIII-XIX, os compilados e inventários estatísticos do século XIX, as cartas e relatórios de presidentes de província e atas de sessões do Senado do Império, além de notícias de jornal reunidas no acervo histórico do Diário de Pernambuco. A leitura desses documentos conduz esse trabalho por algumas reflexões a respeito dos levantes contra o registro civil e os censos de 1852; a criação de instituições de coleta e sistematização de dados na elaboração do censo de 1872, e os encontros entre a modernização dos censos e a modernização da teoria estatística em fins do século XIX e início do século XX. Ao longo do trabalho, algumas questões também são colocadas com relação ao manejo de documentos e arquivos, como é o caso do papel desses artefatos e instituições na produção de discursos acerca da Nação e do Estado, bem como das contribuições de uma leitura antropológica para um campo bibliográfico ocupado majoritariamente por trabalhos historiográficos. De maneira geral, a proposta do trabalho é pensar o que as parcialidades das estatísticas públicas são capazes de produzir em termos de narrativas, políticas e relações.

Palavras-chave: Brasil Imperial; Antropologia do Estado; censos populacionais; estatística demográfica; arquivos e documentos.

ABSTRACT

The object of this investigation are the ambiguities, gaps and uncertainties that were involved in the production of population statistics in Brazil in the 19th century, at the time when the first demographic censuses were organized by the imperial government. The proposition of the dissertation is to work at the intersection of discussions on scientific practices and State processes, with particular attention to the instruments of population measurement and the effects they produce on the narratives that the State creates and circulates about itself. These narratives are conserved in archives and official documents concerning the 1852, 1872, and 1890 to 1920 censuses, which are analyzed in this work. The historical documentation examined are travelers' diaries from the 18th-19th centuries, statistical compilations and inventories from the 19th century, letters and reports from provincial presidents and the minutes of the sessions of the Empire Senate, as well as newspaper articles gathered in the historical archive of the *Diário de Pernambuco*. The reading of these documents leads this work towards some reflections regarding the uprisings against the civil registry and the 1852 censuses; the creation of institutions for data collection and systematization in the development of the 1872 census, and the encounters between the modernization of the censuses and the modernization of statistical theory in the late 19th century and early 20th century. Throughout the work, some questions are also posed related to the management of documents and archives, such as the role of these artifacts and institutions in the production of discourses about the Nation and the State, as well as the contributions of an anthropological reading for a bibliographic field mostly occupied by historiographic works. In general, the proposal of this work is to think about what the partialities of public statistics are capable of producing in terms of narratives, politics and relations.

Keywords: Empire of Brazil; Anthropology of the State; population census; demographic statistics; documents and archive.

LISTA DE FIGURAS

- Fig. 1** - Página digitalizada do Ensaio de um Quadro Estatístico de Daniel Muller (1836)
- Fig. 2** - Mapeamento dos levantes de 1852 (Palacios, 2006)
- Fig. 3** - Santo viático sendo levado a um paciente, Debret (1834-1839)
- Fig. 4** - Mappa de Sebastião Berford que encerra seu relato de viagem ([1798]1810)
- Fig. 5** - Tabelas do Recenseamento de 1872, mantidas como exibidas no arquivo digital do IBGE
- Fig. 6** - Lista da família de Antônio Gonçalves Gravatá, Bahia, para o recenseamento de 1872
- Fig. 7** - Ícones do progresso: “o tabulador de cartões perfurados” no site da IBM
- Fig. 8** - Máquina de Hollerith para o censo norte-americano, Washington, 1908
- Fig. 9** - Propaganda de jornal da Companhia Burroughs do Brasil, 1956
- Fig. 10** - A população do Brasil de 1776 a 1920. Recenseamento de 1920 (Brasil, 1922b)
- Fig. 11** - Rotunda na Exposição Universal de Viena, 1873
- Fig. 12** - Dados apresentados na Exposição de Paris em 1867 e na Exposição de Viena em 1873
- Fig. 13** - Quadro geral do recenseamento de 1890 (Brasil, 1898: 12)
- Fig. 14** - Regressão à média (Galton, 1886) e A redenção de Cam (1895)
- Fig. 15** - Planta da fachada do edifício ocupado pelo Instituto Histórico e pela Diretoria Geral de Estatística

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DGE Diretoria Geral de Estatística

IHGB Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IAHGP Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco

IBM International Business Machines Corporation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Arquivos e documentos	13
Estado e administração pública	19
Dados e números	26
1. Um levante contra o registro civil e o censo em três teses	33
I. Teses sobre a <i>secularização</i> : a gestão da <i>boa vida</i> e da <i>boa morte</i>	38
II. Teses sobre o <i>cativeiro</i> : a gestão de uma categoria	48
III. Teses sobre o <i>nordeste insurgente</i> e o <i>homem do campo</i> : a gestão das narrativas históricas	57
2. Números que persuadem	69
Impressões: os relatos de viagem do século XVIII e XIX	76
Modelos estatísticos em disputa no século XIX	81
Anonimato e autonomia dos números públicos: o censo de 1872	88
3. O desaparecimento como um modo de gestão	101
O desaparecimento da Diretoria Geral de Estatística e a sobrevivência dos números	108
O censo extenso e os dados enxutos de 1890	116
Administrando <i>correlações</i> : formas de fazer-ver e fazer-desaparecer sujeitos	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
Encontros nos arquivos	135
O Estado sem censo de 2021	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

INTRODUÇÃO

Amarildo dos Santos, morador de Igatu, distrito da Chapada Diamantina, na Bahia, realiza desde 1994 uma contagem própria dos habitantes nascidos, vivos e mortos, assim como dos estrangeiros, automóveis, estabelecimentos e pontos turísticos da cidade, classificando-os segundo as categorias que criou e operando diversos entrecruzamentos entre elas. Amarildo se tornou tema de uma reportagem feita pela jornalista Alice de Souza em 2021 para o Tab UOL¹, quando o censo do mesmo ano foi cancelado pelo governo de Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19. O ex-professor conta em sua entrevista que começou a fazer as contagens e os registros para criar uma rotina para si. Assim, ele anota tudo em papéis A4 com a mesma grafia e estrutura, organizados em pastas pretas intituladas “Os habitantes de Igatu - ano de referência - Amarildo dos Santos”, que vende em seu estabelecimento, considerado uma espécie de loja-museu da cidade. As contagens de Amarildo são distintas dos recenseamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já que em 2010, o instituto responsável pelos censos demográficos chegou a um número menor do que aquele contabilizado pelo olhar atento de Amarildo e pelas notícias que chegam até ele. Apesar das discrepâncias, que somam mais de 100 moradores não-contabilizados pelo censo oficial, as contagens de Amarildo e as contagens do censo guardam algumas semelhanças, ainda que em escalas distintas. O ato de documentar a população sob a forma de um inventário extenso e exaustivo também teve como finalidade criar uma rotina estruturada para um Estado em formação.

As primeiras tentativas de um recenseamento unificado aparecem no Brasil em 1851-52, quando a ex-colônia vivia um período de desenvolvimento dos ideais nacionalistas sob o governo do imperador Pedro II, que incorporou e propagou vários dos interesses de uma burguesia científica europeia (Schwarcz, 2000). Também como Amarildo, que se tornou referência no que diz respeito ao conhecimento geográfico e demográfico do município, escrevendo diversos outros manuscritos sobre a história de Igatu e elencando ele mesmo os pontos de interesse da cidade, o censo se tornou um instrumento de centralização de conhecimento que possibilitou às elites brasileiras intervirem em questões consideradas fundamentais à época, como os problemas relativos à demarcação e taxação das terras, o investimento nas províncias, a vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil, a abolição do

¹ Reportagem na íntegra com Amarildo, o morador que realiza contagens em Igatu: <https://bitly.com/Gc8MD>

tráfico de negros africanos e as políticas de branqueamento populacional que a sucederam. Por fim, assim como a loja de Amarildo se tornou o museu da cidade, ou seja, o lugar que concentra o conhecimento sobre a população de Igatu a partir da perspectiva de Amarildo, também os arquivos do IBGE, do Senado Federal e do Arquivo Nacional trabalhados nessa dissertação se tornaram os lugares que concentram o conhecimento sobre a população do Brasil Imperial a partir da perspectiva de uma elite brasileira, responsável por formular os primeiros recenseamentos do país.

Essa dissertação consiste em uma etnografia das estatísticas públicas no Brasil Imperial. De forma mais pontual, ela busca analisar a produção de uma memória oficial dos primeiros censos demográficos brasileiros. Trata-se de um esforço em olhar para as narrativas edificadas em torno da prática censitária como um instrumento de governo através da aglutinação de dados populacionais. Feita por meio da análise de documentos de arquivos públicos, essa dissertação teve como objetivo navegar pelas narrativas que foram se consolidando a respeito da incorporação das estatísticas entre as práticas modernas de registro ao longo do século XIX e início do século XX. Para isso, mostro como os números vão ganhando autonomia ao se tornarem números públicos², tendo sua autoria difusa como forma de deslocar o conhecimento das mãos de homens notáveis para as mãos das recém-fundadas instituições burocráticas. Como argumenta Porter (1986) em seu trabalho sobre o desenvolvimento de uma racionalidade estatística, o esforço recorrente de se distinguir de práticas consideradas subjetivas é o que cria um senso de objetividade único para os números estatísticos, processo que narro ao longo dessa dissertação ao olhar para as formas de gestão que os dados censitários engendram.

Esse trabalho é também um esforço em lidar com arquivos a partir de uma perspectiva crítica, direcionada para os silêncios e invisibilidades como uma das faces da produção de dados e documentos. A sedimentação de discursos sobre os recenseamentos e as estatísticas públicas e seu enquadramento por narrativas de progresso, civilização e modernização, operam uma seleção do que conta e do que não conta ao compor arquivos oficiais. Assim, mostro como estatísticas ambíguas e imprecisas ganharam o estatuto de dados governamentais, ao mesmo tempo em que narrativas sobre a falta e a imprecisão dos dados criavam as condições de possibilidade necessárias para que os censos se desenvolvessem como atividade de Estado. É através das coletas censitárias que o mundo dos dados,

² Uso o termo números públicos inspirada pela ideia de official number de Porter (1986 e 1995) e sua tradução no trabalho de Neiburg (2007).

imaginado e produzido como um território vazio a ser explorado, será povoado pelos números públicos.

Arquivos e documentos

Em História das Estatísticas Brasileiras, Nelson Senra (2006) narra o desenvolvimento das estatísticas censitárias em uma cronologia que se inicia com “tentativas infrutíferas (1822-1847)” e “expectativas frustradas (1847-1867)”³, quando os primeiros censos demográficos são organizados, mas frustrados por recusas e levantes populares. O período é suplantado por “realizações indiscutíveis (1867-1879)” ao se sancionar o primeiro recenseamento unificado do Império, em 1872, organizado e executado pela Diretoria Geral de Estatística (DGE). Novamente, as “frustrações são renovadas (1879-1889)”, com um período de 18 anos sem a produção de novos dados populacionais e com redução no tamanho da DGE e em suas verbas orçamentárias. O hiato nos dados é solucionado e as “expectativas restauradas (1889-1898)” quando o censo de 1890 é promulgado. O ciclo, então, se reinicia, passando por momentos de grande realização, como o recenseamento de 1920, que marca o início dos chamados “censos modernos”, ao fim da cronologia, entre 1972 e 2002, quando as estatísticas públicas são, finalmente, formalizadas através de um novo modelo estatístico que incorporava a amostragem entre suas práticas, já sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1940. Nessa linha de desenvolvimento que passa por altos e baixos, as estatísticas públicas se transformam, segundo Senra, de desejadas a legalizadas, deixando de ser apenas um desejo político manifesto por parlamentares e fundamentado pelos trabalhos de José Bonifácio e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, para se tornar matéria de legislações; de legalizadas a organizadas, quando o IBGE é criado e passa a funcionar entre 1934 e 1936; e de organizadas a formalizadas, quando um novo modelo estatístico é adotado pela instituição. A linha cronológica construída por Senra se baseia em um longo trabalho com arquivos realizado por ele durante três anos e meio (Senra, 2014). Essa dissertação é também um trabalho com arquivos, em muitos momentos similares aos consultados por Senra, mas que chega a lugares diferentes dos propostos pelo autor da história das estatísticas brasileiras.

Para que esse trabalho pudesse acontecer no auge da pandemia de Covid-19, naveguei pelos arquivos digitais de diversas instituições públicas. Os documentos dispersos das

³ Optou-se nesse trabalho por manter todos os termos nativos, ou seja, de autores da bibliografia citada e dos documentos, entre aspas.

bibliotecas do Senado Federal e do IBGE foram reunidos em um acervo próprio e organizados por tema e data. Esses documentos consistem em obras encomendadas pelo governo imperial, como memórias históricas, relatos de viagem e compilados estatísticos, alguns deles publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Também foi organizado o conjunto de decretos e decisões legislativas dos períodos estudados, além de circulares e avisos oficiais, encontrados, sobretudo, nos acervos do Arquivo Nacional e na própria plataforma do Planalto. Alguns dos materiais com os quais trabalhei são provenientes de uma leitura temática das atas do Senado Federal e do Conselho de Estado, reunidas e já organizadas em livros como os “Anais do Império”⁴, consultados, sobretudo, nos períodos dos primeiros recenseamentos (1851-52 e 1871-72). Para o capítulo 1, utilizei também o acervo histórico do Diário de Pernambuco de 1852, que foi um dos atores proeminentes na veiculação de notícias sobre o levante estudado. Os materiais historiográficos, como os trabalhos já feitos sobre os primeiros recenseamentos no Brasil e os levantes de 1852, foram tratados de maneira similar aos documentos estatais, ou seja, não como fontes, mas como artefatos (Riles, 2006; Hull, 2012). Esse olhar para os documentos e para o que eles mostram ou obliteram, em detrimento de um olhar para os documentos como testemunhas dos fatos, foi o que tornou possível simetrizar analiticamente as narrativas produzidas por historiadores, agentes estatais e jornais do período, de modo a não privilegiar algumas dessas vozes como se fossem mais ou menos verídicas. O que se procurou fazer foi compreender os documentos como práticas de conhecimento (Riles: *ibid.*), ou seja, como formas de classificar, organizar e propagar certas narrativas, assim como um espaço no qual operam as disputas e confrontos tipológicos que refletem, mas também produzem, realidades sociais⁵.

Assim, se Nelson Senra se propõe a reconstruir uma história coerente das estatísticas brasileiras com base em documentos historiográficos, esse trabalho se propõe a olhar para essa mesma história a partir das suas contradições, incertezas e, sobretudo, dos seus silêncios (Stoler, 2010). Inspirada por Walter Benjamin (1940) e em sua recusa enfática aos heróis e marcos das grandes narrativas historiográficas, essa dissertação empreende menos uma leitura a contrapelo dos arquivos, já que não pretende apenas dar espaço às vozes subalternas

⁴ Acesso a todos os livros dos Anais do Império: <https://bitly.com/ruFj6>

⁵ O trabalho com documentos foi tema de diversos outros trabalhos além dos mencionados nessa introdução. Para uma formação do campo no Brasil, ver Peirano (1986, 2006a, 2006b e 2009) e Carrara (1998). Reflexões mais recentes sobre os encontros com papéis estão presentes nos trabalhos de Vianna (2002 e 2014), Ferreira (2011 e 2013), Lugones (2012), Nadai (2012), Padovani (2013), Lowenkron (2015), Freire (2015 e 2019), Morawska (2015), Mourthé (2015), Mantovanelli (2016), Onto (2019), Santiago (2022), entre muitos outros. Um mapeamento mais detalhado das discussões sobre etnografias com documentos foi feito por Ferreira e Lowenkron (2020).

reiteradamente silenciadas pelos arquivamentos oficiais (Zeitlyn, 2012), mas, antes, escancarar o próprio ato de documentação como um “regime de falas e silêncios” (Vianna, 2014). Embora inspirada pelas leituras na contracorrente dos arquivos, a proposta dessa dissertação é ler os arquivos “na corrente” (Stoler, *ibid.*), olhando para o que as aparentes faltas e parcialidades inscritas nos documentos sobre as estatísticas públicas no Brasil Imperial produzem, e de que maneira fazem desses documentos corpos vivos, sempre abertos à contestação.

O trabalho com arquivos guarda também certa semelhança com o trabalho de campo tradicional, como, por exemplo, sua condição de aldeamento em prateleiras e gavetas. Esse encontro com os papéis fez com que Carrara (1998) elaborasse suas reflexões a respeito da produção de uma aldeia-arquivo como estratégia para lidar com documentos históricos sobre o desenvolvimento do manicômio judiciário entre o século XIX e XX. Como o autor sugere, não se faz trabalho de campo apenas nas aldeias, “mas se produz, através de fragmentos, a aldeia onde se estuda” (*ibid.*: 53). Esse trabalho de reunir documentos é também o trabalho de reconhecer, em determinado momento, a impossibilidade de reconstituir de maneira total aquilo sobre o que se quer falar. Na reunião de documentos para essa dissertação, por exemplo, essa impossibilidade se desenhou ao perceber que, apesar das centenas de documentos já baixados e organizados, o desenvolvimento dos números públicos no Brasil ainda aparecia sob a forma de muitos fragmentos de difícil conexão. Ao invés de procurar compor uma totalidade analítica, esse trabalho procurou partir da própria condição de parcialidade das estatísticas em análise.

Navegar arquivos digitais tem também suas especificidades. Os documentos se encontram especialmente dispersos e identificá-los depende do conhecimento prévio da sua existência, já que a maior parte deles não dispõe de um mapa ou catálogo, e nem de um arquivista à disposição. Assim, os trabalhos historiográficos que já haviam organizado um conjunto de referências documentais prévias foram fundamentais para que eu pudesse entender o que já existia. O esforço inicial da pesquisa, no entanto, foi o de deixar os arquivos falarem, mas, para isso, era importante saber o que perguntar. Por isso, foi elaborado um mapa conceitual com palavras-chave relevantes vinculadas às práticas de recenseamento que facilitaram a busca por termos específicos, como, por exemplo, “aritmética política” filtradas por período, e nomes de atores que foram protagonistas no desenvolvimento das contagens públicas, como “Cândido Batista de Oliveira”, ou por título, como “Marquês de Abrantes”. As buscas eram sempre respondidas por diversos hipertextos, ou seja, o arquivo criava a partir da pergunta da pesquisadora o seu próprio mapa de referências. Assim, foi

possível navegar por esses acervos e encontrar as associações entre os documentos feitas pelo próprio arquivo. Outro aspecto relevante do trabalho com arquivos digitais é a própria digitalização dos documentos e as mediações em jogo nesse processo. Na lida com as imagens digitalizadas, me deparei em diversos momentos com páginas dobradas e informações cobertas, sobretudo as tabelas estatísticas, que eram, a princípio, um dos elementos mais importantes do trabalho. As imagens digitalizadas eram também, por vezes, opacas ou desfocadas, dificultando a leitura do seu conteúdo. Essas formas de visibilidade parcial foram mantidas na exposição dessas imagens ao longo da dissertação. Ao expor as tabelas do censo de 1872 no capítulo 2, por exemplo, sua forma de visualização nos arquivos do IBGE foi conservada. A impossibilidade de ler o conteúdo das tabelas é uma forma de evidenciar essas ilegibilidades, traduzidas através dos comentários e análises que teço a partir delas.

Mas o arquivo não é apenas o lugar físico onde os documentos se encontram, ele é também uma força, uma lei, que determina aquilo que merece ser lembrado e aquilo que deve ser relegado ao esquecimento coletivo (Foucault, 1969). Como sugere Derrida (2001), o arquivo promove um entrecruzamento entre lugar e lei, entre um sentido topológico - a casa do arconte, ou seja, o lócus do conhecimento - e um sentido nomológico - o poder de classificar, consignar signos, e repeti-los, criando regiões de visibilidade e invisibilidade. É esse poder de conferir autoridade a determinada narrativa, e produzir um esquecimento ativo sobre outras, que Derrida alega ser a violência intrínseca do arquivo. Desse modo, esse trabalho é, além de um trabalho com arquivos físicos digitais, também um esforço em etnografar a produção de múltiplas ausências. Uma tentativa de tornar visível aquilo que foi obliterado pelas escolhas do que enfatizar nos registros oficiais. Esses registros, muitas vezes encomendados por agentes estatais, ganham o estatuto de fontes, “constituídas, sedimentadas e utilizadas” a partir de consensos sobre que documentos e discursos contam na produção de acervos (Cunha, 2004). Essa seleção também revela um investimento grande na ordenação dos vestígios e limpeza das narrativas que serão propagadas por esses arquivos (Mbembe, 2002).

A ideia de trabalhar com as faltas e as parcialidades produzidas pelos arquivos que criam e sedimentam a memória coletiva sobre os primeiros recenseamentos do Brasil, assim como do desenvolvimento da estatística como ciência e prática de governo, não surgiu de repente. Ela é inspirada, sobretudo, pela estética dos documentos consultados, nos quais os quadros estatísticos aparecem parcialmente encobertos (como mostro no capítulo 1). Faço uma reflexão sobre essa visão parcial no primeiro capítulo, mas vale mencionar que encontrar

as tabelas de compêndios estatísticos cobertas, ainda que esse tenha sido um acaso na digitalização desses documentos, foi um insight importante para esse trabalho. A escolha foi também inspirada pela definição nativa das estatísticas, que são referenciadas como “trabalhos parciais” pelos próprios autores dos compêndios, como mostro também no capítulo 1. Essa sentida falta de dados por agentes do governo imperial é o que cria as condições de possibilidade para que os censos aconteçam e os dados populacionais se proliferem. “Sentida falta de dados” é a forma escolhida nesse trabalho para fazer referência à maneira com que os documentos e falas de agentes políticos do período reiteram a ideia de que não existem dados populacionais confiáveis ou suficientes. Assim, ao invés de naturalizar a falta de dados ou contestá-la, optou-se por analisar o que uma sentida falta de dados é capaz de agenciar.

No capítulo 2, mostro como a prática de aglutinação das fichas familiares em dados demográficos durante o recenseamento de 1872 implicou em algumas escolhas e, conseqüentemente, algumas perdas. Como sugere Besson em “A Ilusão das Estatísticas” (1995), o procedimento de aglutinar números em dados consiste em perder algumas informações para ganhar sentido. Já no terceiro capítulo, o desaparecimento aparece como uma modalidade de gestão dos dados em fins do século XIX, quando a política de embranquecimento da população encontra ecos na teoria estatística, e os números censitários vão sendo progressivamente embranquecidos também.

Produzir uma etnografia com documentos resvala, em muitos momentos, no risco de reproduzir as categorias em operação e o próprio ato de documentação em análise, já que os documentos são, ao mesmo tempo, objeto de reflexão e instrumento da antropologia. Esse é um risco a que Riles (2006) chama atenção quando aproxima as práticas de registro burocráticas e as práticas de registro acadêmicas, pedindo por um posicionamento mais transparente dos antropólogos sobre sua relação com o que chama de uma ‘tecnocracia’. Por isso, embora essa etnografia produza também uma forma de registro, o esforço foi o de criar um distanciamento analítico entre esse trabalho e as narrativas em análise através de algumas estratégias textuais. Uma das estratégias mais importantes foi prescindir da cronologia histórica como eixo organizador do trabalho, trocando a compreensão dos acontecimentos em sua totalidade e ordem, como o fazem os arquivos oficiais, pela compreensão das narrativas sobre os acontecimentos em sua parcialidade e fragmentação. Assim, os capítulos seguem uma organização que pode ser considerada cronológica (1851-52 no capítulo 1, 1872 no capítulo 2 e 1890 em diante no capítulo 3), mas não tem o compromisso de reconstruir uma linha temporal dos recenseamentos brasileiros. Para abrir novos espaços de reflexão, foi

preciso recolocar em parte a própria prática historiográfica em análise, de modo a torná-la também objeto de indagações.

Abro essa dissertação com um capítulo que conta uma história cheia de versões a respeito de um levante popular contra as práticas de recenseamento e registro civil. Esse levante é o mote do que Nelson Senra chamou de expectativas frustradas de 1847 a 1867, período no qual o primeiro censo unificado do Império é organizado, mas não consegue se concretizar em vista de uma série de mobilizações armadas em 1852, iniciadas na região da Zona da Mata Pernambucana. Esse acontecimento é narrado nos documentos oficiais por três atores principais: os párocos, então responsáveis pelo registro civil; os historiadores, que argumentam pela oposição entre racionalidades tradicionais e racionalidades estatais; e os agentes do estado imperial (polícia, sob a figura dos delegados; funcionários com cargos políticos, como governadores provinciais, senadores e deputados; partidos liberal e conservador; jornais, como o Diário de Pernambuco, entre outros), responsáveis por delimitar os limites da categoria de “cativo” que aparecia em disputa nos levantes. Nesse capítulo, procuro mostrar aquilo que é lançado à luz e deixado às sombras em cada uma das versões narrativas produzidas sobre os levantes de 1852 contra o registro civil e o censo.

Já no capítulo 2, descrevo como os números passam de retratos sintéticos da população e do território a inventários ativos através de uma análise dos relatos de viagens e compêndios estatísticos do século XVIII e XIX, que antecedem o primeiro recenseamento unificado do Império em 1872. Nesse censo, as informações passam a ser aglutinadas, de modo a produzir uma visão abrangente dos fenômenos em análise, um olhar totalizante a que Scott (1995) já nos chamava atenção em sua descrição da legibilidade como uma prática de governo. Esse modo aglutinador também nos remete ao que Haraway (1995) chamou de “truque de deus”, uma operação na qual os fenômenos aparecem de forma desincorporada das práticas que lhe deram vida. Mostro como esse truque é produzido, de um lado, através da intertextualidade estatística, ou seja, a capacidade de produzir referências entre números, elegendo-os como autoridade em determinado assunto, e, de outro, através do anonimato como operação necessária para a produção da ideia de números públicos. Para veicular uma narrativa estatística convincente, é preciso saber usar números que persuadem. Nesse capítulo, argumento que o recenseamento de 1872 se tornou uma fonte de produção de argumentações a respeito do Brasil como Nação e do seu povo. No entanto, nessas aglutinações, necessárias à prática estatística, os rastros do censo de 1872 são apagados, produzindo um esquecimento ativo sobre quem são os corpos que deram vida aos números das tabelas censitárias.

No terceiro capítulo, a estratégia de olhar para as lacunas em detrimento das totalidades e de uma cronologia histórica bem organizada aparece na comparação entre a adoção de práticas consideradas modernas nos recenseamentos do início do século XX e a desaparecimento da categoria de cor e raça nesses mesmos censos. Argumento que a modernização das práticas censitárias encontrou ecos na modernização da teoria estatística, que incorporava, também na passagem do século, a correlação de variáveis entre suas práticas. O efeito da desaparecimento de uma das variáveis mais importantes para entender a população naquele momento - a cor/raça - acaba por promover um embranquecimento dos dados, análogo ao branqueamento populacional defendido por Francis Galton, o pai da correlação estatística e também da teoria eugenista (Galton, 1883 e 1886). Essa montagem de práticas de conhecimento distintas, que ora se aproximam e ora se distanciam, não pretende criar uma equivalência ou relação de causalidade entre elas, mas abrir uma possibilidade analítica de comparação. Para produzir pluralidade no texto antropológico, isto é, evidenciar as diferenças e semelhanças de corpos de conhecimento diferentes, é preciso colocá-los em relação.

Estado e administração pública

Para além dos debates específicos de cada capítulo, esse trabalho também está interessado em pensar a contribuição dos primeiros recenseamentos populacionais para a literalização de certas metáforas estatais (Taussig, 1997), como a própria ideia de Estado-Nação em construção no período. Essa é uma reflexão que vêm sendo feita por trabalhos relevantes para a teoria social, como Benedict Anderson (2013), por exemplo, que elege três instituições que atravessam a maneira com que o Estado concebe seus domínios: o censo, o mapa e o museu. Para ele, a prática censitária materializa identidades antes só imaginadas, retirando da nova paisagem de visibilidade tudo o que não se enquadra nas categorias classificatórias estabelecidas. O censo dá, portanto, à ideia fictícia de unidade uma vida social. Assim, se torna ativo na produção e projeção de realidades, tirando as coisas de contexto; produzindo uma intensidade visual forte, mas vazia, capaz de ser reproduzida infinitamente, já que não depende de uma contextualização. Essa autonomia é discutida em mais detalhes no capítulo 2, quando trato da passagem de narrativas de viagem autorais a números aglutinados sem autoria. Taussig (ibid.) adota também estratégias textuais e, sobretudo, uma estética literária, para mostrar como certas práticas consistem não na

ritualização do Estado, como sugeria Geertz (1980), mas na literalização de metáforas de unidade e soberania. Para compreender esse “Estado-Nação fictício” seria preciso adentrar os estados de sonho que o estado moderno criou para si, ou seja, as fantasias de unidade e coesão que dependem de práticas como o recenseamento populacional. É através do censo que a unidade da população se materializa e é criada, assim como o mapa materializa a unidade territorial. Posta em visibilidade, tal qual um mapa faria com o território nas expedições coloniais (Anderson, *ibid.*), a população se torna um domínio desse Estado em formação.

Embora a metáfora de unidade estatal se literalize através das práticas censitárias, suas partes, ou seja, cada fragmento dessa totalidade projetada, continuam ocupando uma posição distinta nas tabelas censitárias. Assim, ao mesmo tempo em que o censo produz pertencimento, ele produz e reitera diferenças entre categorias classificatórias; produz fissuras internas. Essa alocação diferencial de populações nos censos se torna um recurso para que elas usufruam de diferentes estatutos jurídicos e administrativos, como sugere Souza Lima (2002: 14) ao pensar os entrecruzamentos entre as práticas estatais de gerar coletividades e geri-las no âmbito da administração pública, mantendo os “desiguais em seus nichos” (*ibid.*: 16). Trabalho essa questão no capítulo 3, quando trato do desaparecimento da categoria de raça/cor como estratégia de embranquecimento dos dados, ou seja, como forma de reduzir as fissuras e conter as diferenças. Stoler (2010) nos mostra como as formas de registro refletem certas ansiedades e inquietações, revelando incertezas epistêmicas que “repetidamente desestabilizam o conceito imperial de que tudo estava em ordem” (*ibid.*, p. 1). O registro incessante da raça e da cor nos primeiros recenseamentos e seu posterior desaparecimento reverberam as ansiedades raciais de um Estado em formação. Primeiro, com os movimentos de negros escravizados em São Domingos, ex-colônia francesa, que assumiu o nome de “haitianismo” nas narrativas oitocentistas e que mobilizou tanto políticas reformistas quanto políticas anti-tráfico (Carvalho, 1988). Depois, com a miscigenação, que ganha estatuto científico em fins do século XIX e início do século XX com as teorias eugenistas. O capítulo 3 se dedica, então, a pensar a gestão da raça não através das políticas de imigração e branqueamento populacional, mas através das práticas de registro e da gestão de dados que refletem as ansiedades e incertezas que assombravam o governo imperial e as elites brasileiras.

O debate acerca do que constrói a legitimidade e o poder de Estado, e de que maneira é possível pensar os censos populacionais nessa chave, remonta também aos trabalhos que analisaram os processos de formação dos Estados entre os séculos XVIII e XIX, sobretudo

Norbert Elias (1993) e Charles Tilly (1996), que descrevem os aparatos que convergiram para que os Estados Nacionais pudessem se consolidar. Para Tilly, o poder de Estado seria um desdobramento da guerra, que proporcionou uma ampla política extrativista das forças físicas e materiais das populações submetidas nesses conflitos, como o foi o regime de escravidão para a formação nacional do Brasil. Essa perspectiva se aproxima daquela desenvolvida por Weber (1986) ao pensar o Estado como uma formação política que se organiza em torno da relação mando/obediência através da organização de exércitos permanentes e da administração de finanças públicas ligadas ao empreendimento militar. Já Elias descreve o poder da guerra como uma forma de integração, que institui uma força de centralização através da determinação de inimigos comuns e aliados. No capítulo em que trata especificamente da sociogênese do Estado, Elias descreve um processo de acúmulo de monopólios que irá culminar no desenvolvimento de uma máquina de administração militar, territorial e fiscal. Seria a convergência entre o controle da força física, da terra e dos tributos que criaria o Estado como órgão central regulador. Assim, para Elias, quanto maior a diferenciação interna e o antagonismo, maior se torna a necessidade de uma função central, ou seja, de uma força centrípeta capaz de coordenar os movimentos centrífugos e desintegradores da sociedade. Embora Tilly, Weber e Elias estejam tratando, sobretudo, da formação dos Estados europeus, esse papel regulador e coordenador pode ser visto também no Brasil com a consolidação de uma administração burocrática no século XIX mesmo diante de forças antagonistas que brotavam dos conflitos e alianças entre a elite de magistrados e a elite de proprietários de escravos.

A política de conciliação entre o poder da terra e o poder de Estado no Brasil pode ser vista na maneira com que os cargos políticos foram sendo ocupados por elites regionais, como sugere Holanda (1985) em sua tese da “dominação tetrárquica” de Minas, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, o que teria dado, para Dolhnikoff (2005), origem ao federalismo no Brasil. Mattos (1987) propõe que essa elite que dominou os gabinetes políticos no século XIX era uma classe senhorial de proprietários de escravos, cujo objetivo era garantir a estabilidade e a continuidade da escravidão através da projeção desses interesses em uma escala nacional. Já para Carvalho (1996), a elite política imperial teria se formado à parte de uma classe senhorial ligada à terra e à escravidão. Esses bacharéis de Coimbra teriam constituído com a classe senhorial uma relação ambígua de alianças e conflitos. Embora essa dissertação não pretenda assumir um lado ou outro desses debates acerca das elites políticas do Brasil Imperial, as discordâncias em torno da elaboração de um censo unificado, sobretudo as expostas no capítulo 2, sugerem que os conflitos entre elites eram geridos de

modo a consensuar as maneiras corretas e incorretas de se produzir conhecimento. Assim, práticas de gestão da população e dos conflitos que dela emergiam poderiam ser compartilhadas mesmo diante de objetivos distintos, como os defendidos nas casas legislativas. Vale também mencionar o papel da profissionalização da carreira militar no século XIX, sobretudo através da instituição de modelos mais burocráticos e tecnocráticos de organização das hierarquias. Essa nova forma de ordenação do corpo militar participará da produção um oficialato brasileiro, outra elite que se forma em uma paisagem de “‘vícios’ personalistas e aristocráticos típicos do regime imperial (Seidl, 2010: s.p.)⁶ e que terá um papel importante na condução da administração burocrática do Brasil até hoje, como sugere Leirner (2020)⁷. Ainda com Tilly e Elias, é possível pensar o papel dos censos imperiais no alistamento para os conflitos bélicos, assim como para a recolha de tributos ligados, sobretudo, à posse de escravos.

Mas para além de serem empenhados no acúmulo e administração de força física e material, os recenseamentos têm um papel importante na aglutinação de capital simbólico para o Estado, como sugere Bourdieu (1996 e 2014), já que sua capacidade de produzir nomeações e classificações constitui uma das dimensões morais do Estado, através da qual o mundo é organizado em oposições lógicas, como a normalidade e o desvio. Pensar a formação do Estado para além da sua relação direta com a coerção física, foi um empreendimento, principalmente, de autores marxistas, como Gramsci (2006), Althusser (s.d.) e Philip Abrams (1988), entre outros, que formularam teorias sobre o aspecto superestrutural e ideológico da dominação. Gramsci (ibid.), por exemplo, descreve um tipo de guerra que estaria para além do confronto direto expresso pela tomada e conservação do Estado pela força. Essa guerra ideológica, que ele nomeou de uma guerra de posições, consistiria em uma conquista dos aparelhos de hegemonia que garantiriam a direção de uma classe na esfera superestrutural de dominação. Assim, conferiria aos dominantes a possibilidade de elaborar e dirigir vontades e consensos em um plano político-ideológico, ao qual chamou de Estado-ético ou cultural State, que compõe sua concepção de Estado-ampliado. Já Althusser (ibid.) sugere que o Estado operaria suas distinções (entre público e privado, por exemplo) através de aparelhos ideológicos capazes de projetar valores e dispensar o uso da força física em primeira instância. Esses aparelhos estariam para além

⁶ Sobre os militares no Império, ver os trabalhos de Motta (1976), Schulz (1971 e 1994), Silva (1940), Uricoechea (1978), entre outros.

⁷ Outros materiais não-acadêmicos do autor para pensar a relação dos militares com a burocracia no Brasil são sua entrevista para Unisinos (ver em: <https://bityli.com/TRGat>) e sua entrevista em vídeo para a República do Amanhã (<https://bityli.com/hpmYP>), entre outros.

das instituições propriamente governamentais e administrativas, que seriam, para Althusser, responsáveis por gerir os aparatos repressivos do Estado.

Em uma abordagem mais recente, como a de Philip Abrams (*ibid.*), o Estado é pensado como entidade autônoma projetada através de operações de reificação e mistificação, que obliterariam as práticas de poder empreendidas por instituições e agentes. A aparente uniformidade do Estado seria, então, um efeito da condensação de dissensos sob a forma de uma fabricada coesão. Essas operações, de produção de consensos e de coesão, são vistas nesse trabalho desempenhando um papel importante nos debates acerca das estatísticas públicas, como mostro no capítulo 2. Embora Abrams defenda a importância de olhar para o sistema de Estado, mais rastreável do que o seu aspecto mistificado sob a forma de uma ideia de Estado, esse trabalho se propõe a analisar, a partir das reflexões do autor, como a ideia de um Estado coeso e unitário é capaz de mobilizar uma série de relações, produzindo efeitos no mundo e agenciando práticas institucionais. Assim, uma das propostas da dissertação é pensar como a literalização de metáforas de unidade estatal, para usar os termos de Taussig (1997), se apoiou em práticas de produção de dados como o recenseamento populacional.

A análise de Abrams inspira também o trabalho de Timothy Mitchell (2006), que retoma o debate acerca do Estado a partir de diferentes perspectivas, entre as quais: a negação do Estado como símbolo de unidade nas décadas de 1950 e 1960, sob o argumento de que seria preferível falar sobre sistemas políticos em detrimento de um Estado-ideológico, e a retomada conceitual do Estado, que reemerge na década de 1970 como forma de falar sobre o Estado para além das instituições propriamente governamentais, sobretudo no trabalho de Foucault (2008)⁸. Alinhado com esses trabalhos que se propõem a olhar para o Estado como força discursiva que se materializa em dinâmicas do cotidiano, Mitchell irá pensar como se estabelecem as fronteiras que separam o Estado da sociedade civil, já que esses próprios limites expressam e manifestam uma operação de poder. Assim, argumenta que as fronteiras do Estado são um efeito de práticas, por um lado, de produção de abstrações, e, de outro, de uma forma de organização geoespacial, ou seja, de delimitação do espaço, do movimento e do sequenciamento, que estabelece fronteiras. Trouillout (2006), também inspirado por esses debates, sugere que o Estado não é um objeto fixo e passível de uma teoria geral, sendo possível observar suas manifestações cotidianas apenas sob a forma de efeitos e processos de

⁸ E em outros trabalhos do autor, desde sua tese de doutorado (*História da Loucura de 1961*), até o *Nascimento da Clínica* (1963), *Vigiar e Punir* (1975), os três volumes de *História da Sexualidade* (1976), entre outros. A escolha por debater com *Segurança, Território e População*, aulas dadas em 1977-78, se dá pelo olhar sobre as estatísticas que Foucault lança ao pensar novos dispositivos de segurança, governamentalidade e a emergência da população como um problema de governo, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX.

Estado, que o autor organiza em torno de práticas de isolamento e individuação de sujeitos; de identificação, ou seja, da criação de traços compartilhados entre eles; de legibilidade através de ferramentas de classificação, e de espacialização, cujas fronteiras estabeleceriam os espaços sob jurisdição de determinadas instituições governamentais. Essas práticas descritas por Mitchell e Trouillot ecoam diversas práticas mobilizadas na coleta e sistematização de dados censitários. Esse é o caso, por exemplo, da delimitação geoespacial de unidades de coleta - os “fogos” como unidade domiciliar e as províncias como unidade territorial. Também a aglutinação de dados através da criação de traços em comum, como os “mulatos” e os “pardos” que aparecem no capítulo 3. E, de forma mais geral, a produção de legibilidades e ilegibilidades através de operações de classificação.

Essa dupla vida do Estado, como conjunto de práticas e táticas, e como um efeito de Estado (Mitchell, *ibid.*; Trouillot, *ibid.*), opera de forma implicada. Assim, diferente do que parece propor essa distinção, a dominação ideológica/simbólica - com ressalvas à paridade entre os termos ideológico e simbólico - não operaria ao largo da organização da força física e material. Essas dimensões seriam co-constituídas, como pretendo mostrar nessa dissertação ao narrar a institucionalidade que dá corpo aos números públicos, e os efeitos que esses números provocam nas imagens que o Estado Imperial produz e faz circular sobre si. A materialidade administrativa e repressiva do Estado depende de formas mistificadas e reificadas para se propagar no cotidiano. Alguns trabalhos que descrevem esses processos a partir da antropologia lidaram com as formas com que o Estado ganha corpo no imaginário e nas práticas seja de agentes da burocracia (Gupta, 2012), seja através de metáforas estatais emprestadas de metáforas populares (Herzfeld, 1997 e 2016), seja, ainda, por meio do poder de nomear e produzir classificações (Bourdieu, 1996 e 2014)⁹.

De modo mais específico, alguns esforços também têm sido feitos para pensar a gestão da administração pública no Brasil em seus aspectos práticos e institucionais, como propõem Souza Lima e Carla Teixeira (2010). Ao retomar os trabalhos que se debruçaram sobre temas transversais à administração pública, os autores retomam as análises sobre projetos desenvolvimentistas e estudos de impacto ambiental da década de 60 e 70, os estudos sobre urbanidade, cidadania e direitos da década de 70 e 80, as análises do poder tutelar na gestão de populações indígenas na década de 90, e os esforços mais recentes em

⁹ A respeito do censo como produtor de classificações e visões de mundo, Bourdieu diz: “Tornou-se um lugar-comum dizer que o Estado começa com a estatística, que a palavra estatística contém a palavra Estado, mas Corrigan e Sayer dizem mais: que a estatística é tipicamente um ato de Estado, já que impõe uma visão legítima do mundo social. (...) O Estado opera uma unificação dos códigos. (...) Por meio disso, ele impõe uma visão legítima contra outras visões.” (2014: 198-199).

pensar direito, justiça e legalidade, que se iniciam também entre a década de 90 e os anos 2000. Esses trabalhos deram os fundamentos para que a antropologia no Brasil pudesse olhar etnograficamente para o Estado como um efeito de práticas administrativas e tecnologias de gestão, elencando múltiplos lugares a partir de onde é possível ver processos de formação, negociação e contestação do Estado. Bevilaqua e Leirner (2000) propõem que esse olhar antropológico para o Estado é um efeito dos referenciais teóricos que marcaram a disciplina. Os estudos de sistemas políticos da década de 1940, por exemplo, sobretudo a partir de materiais africanos, influenciaram a maneira com que o político tem sido pensado pela antropologia para além do Estado, produzindo especificidades nas formas de se produzir conhecimento em relação à ciência política e à sociologia política. Foi esse olhar para uma política dispersa, que brota a partir de muitos lugares, que orientou os trabalhos do NuAP no Museu Nacional, um importante centro de produção de reflexões a partir da antropologia da política¹⁰.

Para além dessas publicações que pensam o Estado ou a política a partir de outros lugares, algumas etnografias sobre e de dentro da burocracia estatal abriram os caminhos e as reflexões para esse trabalho: Souza Lima (1995) ao pensar as práticas de tutela do Estado; Bezerra (2018) ao analisar as torções na impessoalidade e racionalidade estatal a partir da ação de construtoras; Freire (2019) em seu trabalho sobre a administração da precariedade e da escassez na saúde pública; Vianna (2002) ao descrever as negociações e matizes na gestão da categoria de menor; Leirner (2012) em seus esforços para pensar o papel da domesticação na produção de unidade estatal; Miranda (2002) ao etnografar as tensões presentes entre agentes fiscais e modelos de burocracia; Ferreira (2011) em sua análise do desaparecimento de pessoas em documentos e arquivos policiais; Onto (2016) ao descrever o uso de recursos visuais e gráficos nas práticas de agentes econômicos; Neiburg (2007) com seu trabalho sobre os números públicos nas políticas monetárias; os trabalhos reunidos na coletânea organizada por Castilho, Souza Lima e Teixeira (2014); os esforços em pensar uma antropologia engajada em um mundo de papéis e projetos estatais reunidos na coletânea do LE-E (Morawska, 2021), entre muitos outros. Esses trabalhos, que poderiam ser organizados em torno das suas experiências empíricas e teóricas com o Estado, formam o terreno referencial sobre o qual essa dissertação se assenta, ainda que os diálogos travados ao longo do texto tenham sido restritos, visando manter o foco das argumentações¹¹.

¹⁰ Ver livros organizadas e publicados pelo NuAP em: <https://bitly.com/kZ1zY>

¹¹ Há, ainda, um conjunto de reflexões sobre elites que não puderam ser contempladas nesse trabalho, apesar das muitas conexões possíveis. Para uma organização desse campo, ver Gomes, Motta e Souza Lima (2021).

Dados e números

Para além de arquivos, documentos, Estado e administração, esse é também um trabalho sobre dados e números. Em uma perspectiva mais contemporânea, Zuboff (2015) propõe que o ‘big data’ seria mais do que uma tecnologia ou um efeito, mas um componente fundamental de uma nova lógica de acumulação denominada capitalismo de vigilância. Assim, os dados tratados a partir da perspectiva do ‘big data’ fazem referência não necessariamente à sua amplitude, mas à rapidez com que as informações são processadas, rapidamente transformadas em aglomerados e intercambiadas entre instituições públicas e privadas. O tratamento dos dados através de operações consideradas de grande escala produziu novas metáforas com as quais convivemos e que nos fazem imaginar que estamos diante de uma era de domínio dos algoritmos nunca antes vista (Awati e Shum, 2015). No entanto, práticas de registro e de aglutinação de informações sob a forma de dados têm sido um recurso de governo de populações há pelo menos algumas décadas, com suas devidas proporções. Embora o fenômeno ao qual denominamos ‘big data’ pareça para nós um acontecimento sem precedentes na história, práticas similares têm sido usadas para intervir em países do sul global pelo menos desde a administração colonial, como mostra Asad (1994) ou o trabalho de Appadurai (1996) a respeito da obsessão britânica em contabilizar e classificar a população indiana. Os surveys foram e seguem sendo, no caso das intervenções desenvolvimentistas em países do sul, empregados na reconstrução moral e material de populações-alvo através de narrativas de modernização (Assad, *ibid.*).

Os dados foram também um recurso de intervenção governamental e internacional na elaboração dos primeiros censos populacionais no Brasil. Embora empenhados pelo governo imperial, os nossos primeiros censos demográficos esbarraram em uma série de intervenções externas, sobretudo dos modelos franceses e ingleses de coleta e sistematização, como mostro no capítulo 2. Os nossos dados censitários foram também apresentados em diversas exposições mundiais em cidades europeias no século XIX, traduzidos para o francês e discutidos em congressos internacionais de estatística, nos quais as variáveis e categorias em jogo eram debatidas fora e, então, aplicadas aqui. Esse foi o caso, por exemplo, da categoria “língua”, que não entrou nos censos brasileiros, mas que era uma categoria importante para diversos censos europeus. Levada ao Congresso de São Petersburgo em 1872, debateu-se

que, para o Brasil, a diversidade linguística não era uma questão relevante, a despeito das centenas de línguas e dialetos indígenas (Botelho, 2005).

Essa forma de intervir em realidades sociais é o que faz os dados serem conceituados como mais do que uma tecnologia ou um efeito, mas também como uma epistemologia, um instrumento de governo e um processo sociotécnico, no qual são aglomeradas teorias, operações, máquinas, experts e políticas governamentais (Daston, 2013). Daston sugere que as regras algorítmicas foram tão efetivas que conseguiram produzir uma racionalidade própria, capaz de substituir os antigos procedimentos de reflexão e conhecimento, tornando-se, sob a forma de teorias de decision-making e, atualmente, de inteligência artificial, um modelo próprio de produção de conhecimento¹².

No entanto, quando falamos de números e dados, a ideia subjacente é a de que estamos partindo de um ponto menos “cozido” (raw data ou números) a um ponto mais “cozido” (cooked data ou apenas dados), um modelo através do qual a realidade é processada e enquadrada numericamente (Biruk, 2018; Gitelman, 2013). De acordo com as definições matemático-estatísticas, os números são tabulados e processados através de um conjunto de raciocínios ou operações chamados algoritmos, que produzirão um tipo específico de dado de saída. Nesse modelo, persiste a concepção de que números crus (raw data) não passaram por intervenções e são, portanto, informações “sem cozimento”, ainda que as práticas de enquadramento, seleção e registro sejam já formas de intervenção (Awati e Shun, 2015) e que esse tipo de modelização prévia interfira de forma definitiva nos resultados apresentados (Besson, 1995). O apagamento das intervenções faz parecer que estamos diante de um fenômeno singular: máquinas operando algoritmos e processando dados em segundos. Esse tipo de fetichização dos dados produz um apagamento dos seus processos e condições de produção, assim como dos modelos que sustentam as categorias em operação (Besson, *ibid.*). Como sugerem Awati e Shun, quando as metáforas do big data apagam os procedimentos através das quais valores são incorporados a categorias, algoritmos e formas de visualização, “nós perdemos o enredo, não o encontramos” (2015: s.p.).

Por isso, embora essa dissertação não trabalhe na chave do ‘big data’, já que se tratam de dados do século XIX, ela se inspira nessas reflexões ao olhar para a produção de dados populacionais a partir das operações de recolha das informações nos antigos boletins de coleta e de sistematização dos números em categorias censitárias. O objetivo é deixar em

¹² Um contraponto a essa visão é a estabelecida por Besson (1995), na qual as operações numéricas (e, mais precisamente, as operações estatísticas) refletem modelos de conhecimento, mas não constituem uma forma de conhecimento em si. São operacionais e não criativas, portanto, dão apenas a ver as categorias.

visibilidade aquilo que sustenta os dados em pé, procurando escapar da sedução dos números ao se apresentarem sempre como resultado e nunca como processo. Assim, ao invés de pensar em dados como coisas intangíveis e abstratas, a ideia desse trabalho é olhar para a sua materialidade, ou seja, para a vida social dos números, como sugere Biruk (ibid.).

O século XIX foi marcado por uma avalanche de números (Hacking, 1990). Nesse período, com a ascensão do iluminismo científico, se construíram as bases para a crença na objetividade das ciências numéricas a partir do seu distanciamento de práticas consideradas subjetivas (Porter, 1995). Esse processo, no entanto, não se deu sem disputas políticas e consensos em torno das maneiras corretas de se aplicarem as novas ciências da precisão (Wise, 1995). Embora as estatísticas dependam da precisão, pelo menos ao nível das operações, e não necessariamente dos resultados (Besson, ibid.), alguns trabalhos têm sugerido que a imprecisão, a ineficiência, a ambiguidade e os erros constituem também uma modalidade de gestão dos dados (El-Badry, 1961; Scheper-Huges, 1997; Zaloom, 2008; Lampland, 2010, entre muitos outros). Appadurai (1996), por exemplo, argumenta que os números se tornaram importantes para a administração colonial britânica porque eram parte de uma narrativa de coesão e controle burocrático, e não necessariamente porque eram isentos de erros técnicos. Essa abordagem se aproxima daquela que proponho nesse trabalho ao olhar para a maneira com que a sentida falta de dados constitui um recurso importante para a estruturação da burocracia no Brasil. Jerven (2013) propõe uma análise de como estatísticas enganosas e não-confiáveis sobre a renda em países africanos foram fundamentais para criar um imaginário sobre a economia africana. Assim, a produção de dados ambíguos ou imprecisos se torna também um instrumento efetivo de produção de imaginações sobre si e sobre a alteridade.

Embora as estatísticas do século XIX sejam marcadas por um interesse crescente na regularidade dos fenômenos de massa, como casamentos, suicídios e crimes, os estudos desenvolvidos no período por Quetelet, o primeiro a aplicar estatísticas a fenômenos sociais, apontam para um olhar também direcionado para as variações e erros (Porter, 1986). O estudo dos desvios se torna, como mostro no capítulo 3, uma base para as teorias de controle hereditário que serão desenvolvidas por Francis Galton. É apenas no século XX que a imperfeição das estatísticas se torna uma questão de debate científico, culminando no que Hacking (ibid.) chamou de uma “erosão do determinismo”, momento no qual a precisão passa a influenciar a adoção de práticas estatísticas. Por isso, quando trato da imprecisão e da ambiguidade dos dados no século XIX, o objetivo não é tecer uma crítica anacrônica ao

impor um parâmetro do século XX, mas compreender o que a imprecisão e a ambiguidade são capazes de criar em termos de narrativas, políticas, relações.

Os dados censitários, mais especificamente, começam a ser produzidos pela maior parte dos Estados também em meados do século XIX e têm como marco mundial o Congresso Internacional de Estatística, ocorrido em Bruxelas em 1853, congresso do qual o Brasil não participou. Apesar de existirem registros de contagens populacionais mais antigas, que remontam ao Império Romano, Starr e Alonso (1987) elencam pelo menos seis aspectos que diferenciam essas contagens dos modernos censos: o registro de toda a população (e não apenas de algumas categorias); a recolha deixa de ser sobre o indivíduo para se tornar o registro de toda unidade doméstica; a contagem é feita em um período determinado e não de forma contínua; os resultados são publicados, e a instituição responsável por desenvolver o censo não é a mesma que aplica a cobrança de impostos e o cumprimento da lei. Na França, algumas tentativas de recenseamento populacional aconteceram já no século XVIII, como mostra Martin (2001). Essas contagens eram inspiradas nos trabalhos de Jean Bodin sobre o uso dos censos como um instrumento de polícia e de controle populacional. Em sua proposta, ele sugere que “será visto também pela contagem, de que ofício cada um se ocupa, de que ganha sua vida, a fim de caçar republicanos... as moscas, as vespas que comem o mel das abelhas, e banir os vagabundos, os desocupados, os ladrões” (Bodin, 1576). Para Starr e Alonso (ibid.), os censos denominados modernos operam a partir de uma relação diferente de cooperação entre Estado e população, com suas primeiras ocorrências no Canadá, ainda colônia francesa, em 1665; na Suécia em 1749 e nos Estados Unidos em 1790, responsável por elaborar os primeiros censos periódicos. Embora em sua proposta, Starr e Alonso procurem desvincular os censos da prática de vigilância e controle populacional, o que, para os autores, tipificaria as contagens pré-modernas, esse trabalho sugere que, com o desenvolvimento dos dados censitários, novas formas de gestão e controle se tornaram possíveis. A rotinização da prática censitária é um exemplo que ilustra como passamos a viver em paisagens em constante estatização - para me inspirar no trabalho de Santiago (2022) -, nas quais a despolitização técnica de problemas sociais se dá através da oclusão de ansiedades e expectativas em práticas tidas como racionais.

Não à toa, assim como no Brasil, as primeiras tentativas de recenseamento foram marcadas por dissensos e resistência em diversos lugares do mundo. Starr e Alonso (ibid.) contam que, em meados de 1700s na França, várias iniciativas de contagem foram recusadas pela população e por poderes locais com receio de novas taxações. Na Inglaterra, o censo de 1753 não passou no Parlamento porque era visto como um instrumento de dominação e

centralização. Já no Brasil, em 1852-53, as primeiras tentativas de recensear a população de forma unificada encontraram resistência armada em diversas províncias da região da Zona da Mata de Pernambuco. Esses movimentos de recusa à prática censitária sugerem que, a despeito da tentativa de proteger os dados individuais sob a forma de aglutinações, a recolha e a sistematização de informações sobre a população foi vista como uma ameaça por determinados atores.

Por fim, vale ressaltar que esse trabalho não pretende abordar os números e as estatísticas como inimigos, mas descrever os seus processos de estatização, como sugere Souza Lima (2002), ou seja, os processos através dos quais as práticas numéricas vão sendo incorporadas como práticas de governo. Nesse sentido, o dossiê “Number Ecologies: Numbers and Numbering Practices” (Day e Lury, 2014) é uma influência importante ao propor que números são relações e têm relações. Assim, estão inseridos em ecologias nas quais são transformados em dados, escalas, notas e rankings através de certas composições. O desenvolvimento das estatísticas é íntimo ao desenvolvimento das ciências de governo, como sugere sua primeira aparição como “estadística” ainda no século XVIII, que consiste na prática de reunir informações sobre os Estados, sejam elas qualitativas ou quantitativas (Starr e Alonso, 1987; Foucault, 2008). Depois, com a adoção de certas operações de cálculo aprimoradas por William Petty, a estatística se torna a base da “aritmética política”, atuando como abordagem quantitativa para problemas de políticas públicas, sobretudo direcionados para renda e comércio. Apesar dessa relação íntima entre estatística e Estado, explícita na etimologia do termo, a prática de aglutinar números sob a forma de dados têm sido cada vez mais usada como ferramenta de contestação dos dados oficiais, como mostra o trabalho de Cruz (2022) sobre a contra-produção de dados temáticos por um laboratório de favela; os casos recentes de reunião de dados alternativos sobre a pandemia de Covid-19¹³, ou a proposta da plataforma Fogo Cruzado em monitorar tiroteios a partir de dados divulgados pelos próprios moradores¹⁴, para mencionar apenas algumas entre muitas outras iniciativas.

Essas contagens que confrontam dados oficiais encontram espaço em arquivos dissidentes, cada vez mais disseminados pelas oportunidades que as tecnologias digitais oferecem (Kummels e Koch, 2020). Assim, ao mesmo tempo em que dados alternativos são produzidos, regimes arquivísticos são também contestados. Embora esse trabalho lance um olhar para trás, ele é também um esforço em compor com essas iniciativas emergentes. Ao pensar como se sedimentam e se propagam as memórias oficiais sobre as primeiras

¹³ Para acessar a base de dados sobre a Covid-19: <https://bityli.com/v40bM>

¹⁴ Para acessar o site do Fogo Cruzado: <https://bityli.com/hsPW1>

estatísticas públicas, essa dissertação busca produzir uma espécie de dobra, na qual o passado pode ser revisitado a partir das instituições do presente e dos silêncios e ambiguidades que essas instituições fazem ecoar.

Cidade	Preços.						Total.	Total.
	Liberos.		Captivos.					
	Africanos.		Crioulos.		Africanos.			
	HOMENS.	MULHERES.	HOMENS.	MULHERES.	HOMENS.	MULHERES.		
								11.146
								3.437
								11.293
								10.291
								2.764
								5.417
								11.133
								11.510
								4.039
								2.423
Freguezia	16	7	370	463	488	445	5.668	6.190
	3	2	177	170	211	121	3.064	16.157
	1	4	32	16	32	21	659	4.667
	3	5	155	160	44	19	2.255	1.062
	3	4	178	129	92	57	1.759	8.891
	5	2	171	200	101	67	3.370	5.923
		1	70	78	24	17	1.206	9.396
	1		44	66	136	45	1.347	1.627
			70	52	49	15	2.181	1.046
Capella			5	4			424	745
	32	25	1.279	1.338	1.177	807	21.933	5.863
								4.230
								4.295
								6.032
								326,9'

Fig. 1: Página digitalizada do Ensaio de um Quadro Estatístico de Daniel Muller (1836)

CAPÍTULO 1

Um levante contra o registro civil e o censo em três teses

Navegar pelas páginas do arquivo digital de Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo, escrito em 1836 pelo marechal Daniel Muller¹⁵, é uma experiência de caminhar por tabelas parcialmente encobertas, sobreposições de registros, visibilidade parcial ou invisibilidade completa de páginas inteiras. Os quadros estatísticos, parcialmente ou completamente encobertos, nos remetem à advertência escrita por Muller na abertura de seu ensaio:

ADVERTENCIA

Não convem depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos, que servirão de base ao presente ensaio, e que apenas se deverá contar com alguma aproximação á verdade. Nem por isso comtudo se deverá ter por absolutamente improficuo este trabalho, pois quando mais não fosse, **serviria elle para illustrar as pessoas menos intelligentes, que (mormente em alguns logares centraes) são encarregadas de prestarem as informações**, as quaes á vista deste ensaio orientar-se-hão no methodo com que hão de organizar as tabellas, e satisfazer aos quesitos sem as superfluidades que muitas d'essas informações têm até agora contido, e que difficultão, mais do que á primeira vista se cuida, a refusão e organização **d'esses trabalhos parciaes**. (Muller, 1836: s.p., grifo meu)

Embora pouco claras e não-uniformes, ainda que parciais e não confiáveis, as estatísticas públicas se tornaram um artefato central das políticas imperiais, seja na forma de quadros estatísticos provinciais encomendados, seja na forma dos primeiros recenseamentos unificados do Império. O ensaio de Daniel Muller se soma às corografias¹⁶ territoriais e populacionais da província de São Paulo: contagens, mapas, listas e inventários, feitos, sobretudo, por militares que tornaram essa uma das províncias que mais produziu dados sobre suas terras e sua população nos períodos anteriores aos primeiros censos unificados. Apesar da atuação dos militares em São Paulo, as produções numéricas, na maior parte das províncias, ficavam a cargo dos poderes eclesiásticos. Joaquim Noberto de Souza e Silva, em seu trabalho de 1869 que pretendia fazer um levantamento de todas as contagens feitas desde

¹⁵ Sob encomenda das leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837.

¹⁶ As corografias são estudos detalhados de uma região, visando destacar seus aspectos mais notáveis. Essas descrições incluíam, além de uma análise geográfica, uma breve contextualização da historiografia local e os estudos demográficos e antropológicos dos povos nativos.

a colônia até o seu tempo presente¹⁷, conta que, em 1847, a Câmara dos Deputados ordenou a distribuição de “A igreja do Brasil - ou informação para servir de base a divisão dos bispados” (1819). Considerada à época uma das estatísticas mais completas sobre a população, foi reimpressa e distribuída em todas as repartições públicas a pedido do Visconde de Goianna. A contagem de “A igreja do Brasil” se baseou em dezenas de mapas feitos por outras pessoas, com uma estimativa do quanto teria crescido a população com base no tempo que havia se passado desde os últimos registros. Nessas contagens, números que falam sobre outros números - uma intertextualidade estatística -, se mesclam às narrativas dos contadores.

Esse capítulo trata um pouco dessas narrativas que emergem das imaginadas lacunas dos dados. É da sentida falta de registros e da parcialidade das informações que surgem os espaços para o desenvolvimento de instituições burocráticas direcionadas para a coleta e a sistematização de dados populacionais, espaços nos quais são forjados os encontros entre um passado imaginado, um presente estimado e um futuro projetado. Mas é também na distribuição dessas estatísticas parciais em todas as repartições públicas que se vê seu efeito mais imediato, o de “ilustrar as pessoas menos inteligentes, que são encarregadas de prestarem as informações”, como nos indica Muller (1836, s.p.). Em Red Tape, Gupta (2012) se pergunta se mesmo os dados imprecisos são capazes de nos dizer algo sobre as práticas de Estado. Segundo ele, a imprecisão dos dados importa porque, apesar de seus efeitos biopolíticos fracos, ela nos mostra os meios materiais através dos quais as escalas do Estado são continuamente agregadas, ou seja, mantidas juntas por meio de narrativas e artifícios de produção de coesão. A distribuição de informações a respeito da população e do território em diversas repartições do Estado torna visível outro tipo de lacuna, aquela que emerge nos canais institucionais imperiais, e que torna a máquina de governo um conjunto de fragmentos a serem tecidos juntos através da distribuição de narrativas compartilhadas.

Os levantes contra o registro civil e o censo de 1852, sobre os quais esse capítulo se deterá com mais atenção, se inserem em um momento de tentativa de centralização do Poder Executivo e de propagação de uma noção de civilização fortemente ligada à formação de uma elite burocrática em universidades europeias. O projeto de centralização e civilização dos saquaremas - como ficaram conhecidos os regressistas ou conservadores à época - se estende pelo Período Regencial e pelo Segundo Reinado, quando os conflitos da Regência são “pacificados” e a ordem do dia é estabelecer por toda a extensão do Império um valor único

¹⁷ O levantamento abre com a citação de Forjaz Sampaio em Elementos da Estatística: “a estatística é a luz do legislador, do ministro de Estado e do diplomata; a prova e comentário de toda história, e o único fundamento seguro dos cálculos do porvir” (Silva, 1869: s.p.).

de progresso (Mattos, 2004). Apesar das divergências entre liberais e conservadores no que diz respeito às disputas federalismo/centralização, poder moderador/assembleia constituinte, entre outras, “nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia [liberal] no poder”. A frase do senador Holanda Cavalcanti reflete as alianças entre elites que estenderam por décadas os modelos monárquico e o sistema de escravidão, mesmo com suas discordâncias políticas internas. Manter a coesão entre escalas de atuação do governo imperial era fundamental, portanto, tanto para o projeto de unificação saquarema, quanto para os ideais federalistas dos liberais.

As práticas de registro que se tornaram, em fins do século XIX, um recurso centralizado de administração do Estado, são lidas, por Gupta (2012), como instrumentos através dos quais as escalas do Estado são agregadas. Assim, as estatísticas, assim como a escrita de documentos, manteriam as imaginações de um Estado unificado e coeso em produção constante. Apesar da ideia corrente de que dados produzem legibilidade (Scott, 1998)¹⁸, ou seja, de que as estatísticas atuam como uma forma de visualização sistemática e simplificada do mundo, Gupta (ibid.) sugere que, por não serem acuradas ou precisas o suficiente, as estatísticas nem sempre tem um efeito de legibilidade forte. O marechal Daniel Muller, nas estatísticas que abrem esse capítulo, chama atenção para esse aspecto parcial dos números compilados. O efeito biopolítico ou de legibilidade, para Gupta, dependeria de uma correspondência entre os dados e aquilo sobre o que eles falam. Dependeria, portanto, da produção de uma leitura precisa do mundo. Mas a parcialidade das estatísticas não impede sua difusão enquanto uma narrativa oficial. É que não se trata apenas de precisão o que está em jogo na produção dos números públicos, mas da própria agregação de dados como parte de um processo de produção do Estado.

A fabricação de dados a partir de sentidas lacunas, no entanto, não é uma prática comum apenas entre funcionários imperiais e estatísticos. A historiografia também precisou lidar com uma sentida falta de documentos na produção de suas operações historiográficas. Em 1851-52, diversas províncias do nordeste brasileiro (à época conhecidas como parte do Norte) viveram um período de grande mobilização, com notícias de levantes populares acontecendo de forma dispersa em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe, sem uma aparente liderança organizada. Esses levantes ficaram conhecidos pela historiografia como as

¹⁸ “(...) processes as disparate as the creation of permanent last names, the standardization of weights and measures, the establishment of cadastral surveys and population registers, the invention of freehold tenure, the standardization of language and legal discourse, the design of cities, and the organization of transportation seemed comprehensible as attempts at legibility and simplification” (Scott, 1998: 2)

Revoltas contra o Registro de Nascimento e Óbitos¹⁹, uma menção ao conjunto de decretos promulgados para serem executados a partir de 1º de janeiro de 1852 e que organizavam o primeiro recenseamento unificado do Império e o início do registro civil de nascimentos e óbitos, até então sob autoridade dos poderes eclesiásticos locais e que passariam a ser realizados pela figura do Escrivão. Com os documentos remanescentes da época - publicações em jornais, como o Diário de Pernambuco, e relatórios e cartas trocados por párocos, delegados de polícia, presidentes de províncias e ministros - é impossível reconstituir as relações de causalidade que levaram as pessoas às ruas e portas das igrejas, portando armas e rasgando os editais com os decretos afixados nas paredes, ou impedindo a leitura dos decretos nas paróquias. Os documentos remanescentes nos arquivos são sempre mediados por uma narrativa das elites imperiais, sobretudo por uma leitura do Diário de Pernambuco, principal acervo conservador de notícias sobre os levantes. Mas a impossibilidade de reconstituir os acontecimentos de forma integral não é um impeditivo para a prática historiográfica. Pelo contrário. As sentidas lacunas são também a condição de possibilidade para a produção das suas narrativas.

O que estou chamando de narrativas históricas aqui não é um exercício de criatividade sem rigor, mas justamente o esforço de construir imagens rigorosas do passado a partir do que Certeau (1982) descreve como uma operação historiográfica: o encontro entre um lugar social, um conjunto de práticas e um texto escrito. Também as fabulações compartilhadas do governo imperial precisaram ser tecidas a partir do encontro entre os lugares de onde elas emergiam, as práticas que envolviam e os registros usados em sua propagação. Ao longo desse capítulo, pretendo mostrar como não necessariamente essas imagens compartilhadas surgem de uma lacuna dos dados ou da concreta falta de documentos. As narrativas produzem, elas mesmas, as lacunas das quais elas precisam através de uma seleção do que conta e do que não conta como conhecimento.

Nesse sentido, a leitura de cada uma das versões dos levantes abre para nós mundos distintos, os quais pretendo explorar nas partes que se seguem. Nesse capítulo, passo pelas narrativas produzida por párocos, historiadores e funcionários imperiais a respeito dos levantes contra as práticas de registro e recenseamento. Esse exercício surgiu da dificuldade de lidar com as diversas versões dos levantes de 1851-52 e de reflexões sobre qual poderia ser a contribuição da antropologia a um campo de debates já ocupado por tantos trabalhos historiográficos. O esforço desse capítulo consiste em uma tentativa de não produzir uma

¹⁹ Esses levantes também ficaram conhecidos como Ronco das Abelhas na Paraíba e Guerra dos Marimbondos em Pernambuco.

I. Teses²¹ sobre a secularização: a gestão da *boa vida* e da *boa morte*

“O mesmo inimigo que tenta o homem à desobediência religiosa a Deus, é também o que tenta à desobediência civil ao governo” (Fragoso, 1986, p. 79)²²

É em dezembro de 1851 que aparecem nos jornais provinciais os primeiros registros de movimentações na Zona da Mata pernambucana. Victor de Oliveira, então presidente da província de Pernambuco, escreve ao ordenado bispo de Olinda, D. João da Purificação, em 24 de dezembro deste ano, sugerindo a propagação de um boato criado por pessoas de má-fé que estariam abusando da ingenuidade da população “menos sensata” ao espalhar calúnias a respeito dos decretos 797 e 798, que implementavam o registro civil nas províncias e o primeiro censo unificado do Império, a ser realizado no ano seguinte, em 1852:

Havendo rasões para crer que **pessoas mal intencionadas abusando da credulidade da população menos sensata, espalham por alguns lugares do interior da província, ideias falsas e perigosas** contra a execução do decreto de 18 de junho deste anno, cujas disposições alias tem um fim todo benéfico e salutar; e podendo-se supor, que alguns parochos tenham sido indiferentes a essa disposição hostil ao mesmo decreto, quando com sua palavra e seus esforços lhe cumpria concorrer para desvanecer quaesquer infundados preconceitos e malignas insinuações, que por ventura se oppozessem ao fiel cumprimento da referida lei, julgo conveniente convidar para este objecto toda a atenção de V. Exc. de cujo zelo espero as mais promptas providências, afim de que todos os parochos das províncias coadjuvem as autoridades de suas parochias na execução do predito decreto, dissipando o erro, de que se tem apoderado certos espíritos, que cumpre esclarecer e guiar, como conselho dos dignos ministros da religião²³.

Após recebida a carta do presidente da província que convoca o clero ao esclarecimento da população, D. João da Purificação manda circular um aviso aos reverendos das paróquias de Pernambuco, indicando que se use todos os meios para “fazer ver com maior clareza a infundada calúnia”, que só teria como função perturbar a paz na província. Recomenda que, enquanto não fosse possível executar o regulamento do registro civil, dado o atraso no envio dos livros de nascimentos e mortes, que os reverendos continuassem a “administrar os batismos e dar sepultura aos mortos” como se fazia até então²⁴. A

²¹ O uso da ideia de teses visa organizar as versões narrativas sobre os levantes reunidas aqui. Elas são uma sistematização minha a partir das produções de um campo de analistas, que inclui não apenas historiadores, mas agentes imperiais do período, figuras do clero e jornais.

²² Fala do presidente Vicente Pires da Motta em carta ao Frei Caetano de Messina durante a Revolução Praieira de 1848 em Pernambuco.

²³ Diário de Pernambuco, 3 de janeiro de 1852, grifo meu.

²⁴ Diário de Pernambuco, 8 de janeiro de 1852.

comunicação sugere um primeiro problema de temporalidades: o tempo de execução dos decretos corria mais rápido do que o tempo de chegada dos livros de registro nas províncias do Norte. Essa descontinuidade entre a execução e a prática da lei cria um momento de espera e imprevisto.

A tese que emerge dessas comunicações entre funcionários imperiais e figuras clericais é a de que a implementação dos registros civis e a prática de recenseamento implicaram uma secularização (ou laicização) da vida e da morte estranhas às dinâmicas religiosas que organizavam as relações nas províncias (Botelho, 2005). O registro de nascimentos e óbitos, conhecido também como registro civil, foi promulgado através do decreto 798 de junho de 1851, no qual a inscrição dos nascidos e mortos passaria a ser realizada nos livros distribuídos pelos Distritos de Paz através da figura do Escrivão. Segundo o decreto, os nascidos deveriam ser registrados no prazo de 10 dias desde o seu nascimento pelos seus pais. Ele contemplava o reconhecimento de filhos ilegítimos, quando fosse esse o caso, e a inscrição pelo senhor do recém-nascido, quando este fosse um filho de escravos. Além disso, informações como profissão e domicílio dos pais e “tribo” ou “nação” a que pertencia, no caso de crianças indígenas, também deveriam ser fornecidas no ato do registro. Quando nascida escrava, a criança seria inscrita sob autoridade do senhor de seus pais, declarando-se o seu nome, dia e hora do nascimento, sexo, cor, nome dos pais, se solteiros ou casados, e se no ato do registro se conferiria liberdade à criança ou não. O ato do registro não pode ser lido, então, apenas como uma inscrição de informações, mas também como um ato que atesta e reafirma uma condição. Ser declarado escravo quando nascido implica a reiteração de uma condição legal e uma posição nas hierarquias sociais. A luta pela concessão da alforria também se realiza ou não ali, no ato de registrar as crianças filhas de negras escravizadas na ata do Distrito de Paz.

No livro dos mortos seriam inscritos, de acordo com o decreto 798, os registros dos falecidos. Suas mortes deveriam ser declaradas em até 24 horas após o acontecimento. Ali, as causas da morte e as informações da família seriam detalhadas ao Escrivão, de modo que o acontecimento pudesse ser apurado. A apuração da morte era um privilégio das pessoas livres. Para os escravizados registrados, a declaração de seu nome, idade, cor, naturalidade, ofício que exercia, doença da qual faleceu e as informações de seu senhor seriam o suficiente. Sua morte não seria investigada. A assunção de que morreu de uma doença o escravo, enquanto ao livre se assume a possibilidade de ter sido morto, nos mostra que mesmo morrer é um ato que inscreve os corpos em uma geografia das desigualdades. Sua morte nunca identificada, sua morte sem autor, inscreve sua posição de cativo nos arquivos.

Embora os escrivães não recebessem nenhuma quantia para realizar os registros nas atas de nascidos e mortos, sendo este um serviço gratuito, receberiam seus salários da emissão das certidões. Essas certidões se tornariam, com o decreto, obrigatórias para a realização do batismo das crianças e do sepultamento dos mortos nos cemitérios públicos, como mandavam os artigos 23 a 25²⁵. Um desentendimento de que a primeira certidão (de vida ou de morte) deveria ser emitida sem custos fez com que, no início de janeiro de 1852, no auge dos levantes nas províncias, o Ministro dos Negócios do Império mandasse circular um aviso de que os “Escrivães de Paz não deveriam cobrar emolumentos pelas certidões”²⁶, em resposta ao caso de um Escrivão do primeiro distrito de São José que exigia que a Santa Casa pagasse as certidões dos mortos que o hospital tratava e sepultava gratuitamente. Esse aviso, que circulou apenas em janeiro de 1852, buscava homogeneizar os procedimentos de registro que permaneciam até então à mercê das interpretações dos Escrivães dos distritos, sugerindo que, em diversos locais, a compra e venda de certidões foi uma prática adotada.

A implementação do registro de nascidos e mortos e de suas relações com o poder eclesiástico levanta algumas hipóteses historiográficas. A mais recorrente é a de que o registro civil implicou uma secularização estranha à vida nas províncias, como sugere Botelho (ibid.). A perda de poder por parte dos padres paroquiais, responsáveis até então pelo registro de batizados e mortos nas atas eclesiásticas, indica que a “indiferença dos párocos” à disposição hostil do povo nos levantes, como comenta o presidente da província ao bispo D. João da Purificação em sua comunicação, seria uma forma de aliança com os levantados e até de liderança dos levantes por parte de algumas figuras eclesiásticas locais. De acordo com essa perspectiva, haveria uma relação íntima entre as práticas de registro e a autoridade conferida aos responsáveis pela gestão da vida e da morte nas províncias.

João José Reis (1991) nos conta como o momento da morte para os cristãos no século XIX era mediado por uma série de práticas para o bem morrer, algumas inscritas em liturgias, ou seja, prescritas por regras, outras provenientes de ritos e procissões que emergiam de forma mais espontânea entre a população. Essa gestão do bem morrer é o que garantiria a continuidade da vida no além. Assim, a morte era um momento de reparação moral e material, em que se pagavam as dívidas e se revelavam os segredos vividos. Não à toa, em

²⁵ Art. 23. Não se dará á sepultura cadaver algum sem que os Administradores dos cemiterios tenham presentes as certidões dos obitos. Art. 24. Os Parochos para a administração do baptismo exigirão certidão do registro do nascimento, salvo somente o caso de evidente perigo de vida do recém-nascido. Art. 25. A infracção dos Arts. 23º e 24º será punida com a pena de desobediencia (Decreto 798 de 18 de junho de 1851).

²⁶ Aviso de 7 de janeiro de 1852. Declara que os Escrivães de Paz não devem cobrar emolumentos pelas certidões de que tratam os Arts. 23 e 24 do Regulamento n.798 de 18 de Junho do anno passado.

diversos testamentos da época, encontramos, no leito da morte, filhos ilegítimos sendo reconhecidos, relações com mulheres sendo confessadas e várias concessões de alforria. A gestão da boa morte consistia também, de alguma forma, em uma gestão da vida vivida. Experienciada mais uma vez no leito da morte, a vida era reorganizada e reparada para o julgamento divino. Segundo Reis (ibid.), o sepultamento dos corpos nas igrejas católicas locais - seja no interior da Igreja ou nos cemitérios paroquiais - tornava a morte uma presença constante e próxima; uma lembrança da vida no além para aqueles que ainda viviam a vida terrena. A proximidade dos corpos sepultados na igreja com os vivos era um facilitador às diversas mediações que o morto precisaria para sua travessia pós-morte. Portanto, os vivos e os mortos operavam juntos a gestão do bem morrer, ainda que o morto dependesse da interseção dos vivos para uma vida póstuma de liberdade. Nessas interseções, o clero figurava como o único mediador capaz de livrar o morto de uma passagem pelo purgatório através da realização das missas fúnebres. O local de sepultamento, a presença de um padre no momento da passagem, a quantidade de pessoas que velavam o morto e intercediam por ele - tudo isso fazia parte, segundo Reis (ibid.), das práticas de gestão do bem morrer.

Apesar de não ser mencionado nas notícias de jornal ou nas historiografias como algo relacionado aos levantes de 1852, os decretos 797 e 798 que organizavam o registro civil e a realização do primeiro censo, foram antecidos pelo decreto 796, que regulava os serviços de sepultamento, o preço dos caixões e todos os objetos relativos aos funerais²⁷. Nesse decreto, os corpos passariam a ser sepultados em cemitérios públicos, uma decisão que vinha sendo pressionada por Portugal desde 1835, quando se proibiu o enterro nas igrejas, apesar da continuidade ilegal da prática nas províncias (Reis, ibid.). Os sepultamentos eram organizados de modo que o preço dos objetos e ornamentos funerários variavam conforme a posição do morto nas hierarquias sociais. No decreto, por exemplo, a taxa das sepulturas para as primeiras quatro classes é de 10\$000, e inclui “sepultura rasa de pessoa adulta, sendo o corpo conduzido em veículo de alguma das primeiras quatro classes”. Se for escravo, 1\$000, sem a possibilidade de escolha do veículo ou do caixão. Enquanto a primeira classe era sepultada em um “caixão de madeira coberto de velludilho ou belbutina preta, forrado de setim branco, e guarnecido com duas ordens de galão entrefino vulgar de 36 a 40 linhas de largura, com 6 argolas douradas, posto na casa do finado, de 68 a 75 pollegadas de comprimento”, o caixão do escravo é descrito como um “caixão de madeira pintado de

²⁷ Decreto nº 796, de 14 de Junho de 1851. Regula o serviço dos enterros, o quantitativo das esmolas das sepulturas, a policia dos Cemiterios publicos e o preço dos caixões, vehiculos de conducção dos cadaveres, e mais objectos relativos aos funeraes.

preto”. A morte aparece no decreto como um momento de reafirmação de um sistema de posições sociais através da distribuição desigual da possibilidade de se morrer uma boa morte. As hierarquias reiteradas nas práticas fúnebres e no sepultamento de livres e escravos no decreto também estavam presentes na geografia dos cemitérios paroquiais, onde os escravos, quando sepultados ali, o eram em covas mais rasas e mais distantes da Igreja. Em alguns casos narrados por Reis (ibid.), escravos que não haviam recebido a extrema-unção tinham negadas as sepulturas sagradas.

O mesmo acontecia com os batizados. As histórias populares de crianças mortas que não haviam sido batizadas e que ficavam para sempre peregrinando pela terra, assombrando os vivos como espíritos perturbados, são exploradas por Paulo Vieira (2001). Nas cartas do Arcebispo da Bahia publicadas no Diário de Pernambuco, o batismo aparece como o momento de “purificação da mancha do pecado original”²⁸. O arcebispo vê na necessidade de uma certidão para a realização dos batismos, o risco de que ainda mais crianças deixassem de ser batizadas pela “falta de seus pais”, dadas as condições de localização das comarcas que posicionavam as autoridades locais muitas vezes distantes dos locais de nascimento e morte, sobretudo em regiões mais interioranas. Além disso, o arcebispo lançava dúvidas sobre a integridade dos oficiais Escrivães, suscitando o caso da França, onde se encontravam em várias comunas “omissões e mesmo infidelidades, porque o encarregado de tais registros não era, em umas, o homem mais apto, nem, em outras, o mais moralizado” (Diário de Pernambuco, 23 de janeiro de 1852).

Se os poderes eclesiásticos locais reivindicavam a autoridade para operar a gestão da vida e da morte nas províncias, as novas práticas governamentais pretendiam geri-las a partir de outros instrumentos. Com os decretos, os procedimentos necessários para uma boa vida e uma boa morte passariam a depender da inscrição nas atas de registro civil. Essas inscrições liberavam as certidões necessárias para que os corpos pudessem ser encaminhados para o sepultamento, assim como inscreviam os vivos em um novo mundo de papéis que atestavam a sua existência, tornando possíveis os batismos. A temporalidade dos papéis e sua demora se somou à geografia das instituições burocráticas, para a qual os locais de registro civil se organizavam a partir da divisão dos Distritos de Paz, uma demarcação territorial que tornava muitas vezes os Escrivães inacessíveis para algumas pessoas e localidades. Enquanto nas práticas religiosas, a vida e a morte eram geridas a partir de uma noção de proximidade,

²⁸ Diário de Pernambuco, 23 de janeiro de 1852.

operada pelo batismo e pelo sepultamento no terreno das igrejas, o registro civil parecia funcionar a partir de muitas operações de distanciamento.



Fig. 3: Santo viático sendo levado a um paciente, Debret (1834-1839)²⁹.

As práticas de recenseamento e suas contagens, no entanto, não eram estranhas às dinâmicas da vida religiosa. Pelo contrário. Foram os registros paroquiais que tornaram possíveis as primeiras reuniões de dados sobre a população. Como nos mostra Santos (1971), as estruturas burocráticas estatais dependeram das instituições eclesiásticas e, por vezes, delegaram ao clero diversas funções civis, criando uma espécie de “liberalismo eclesiástico”, que ocupava diversas posições dentro das primeiras organizações do funcionalismo público. Assim, as contagens e registros já eram algo familiar às pessoas que viviam nas províncias, sobretudo no decorrer do século XIX, quando a estrutura administrativa eclesiástica se torna ainda mais organizada e ampla com a fundação de diversas capelas. Desde a instituição do regime de Padroado, que concedeu à Coroa portuguesa o poder de organizar e financiar as atividades religiosas nos territórios colonizados, as relações entre a vida civil e a vida religiosa na América portuguesa se encontravam implicadas. Os registros paroquiais, por

²⁹ Disponível no The New York Public Library: <https://bityli.com/6Jk7e>. O viático é a comunhão levada a pacientes no leito de morte.

exemplo, foram regulados pelos acordos estabelecidos no Concílio de Trento e pelas Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia de 1703 (Fleiter e Souza, 2010), e estavam vinculados a certidões que possuíam valor civil, reiterando a centralidade da paróquia como autoridade local (Wernet, 1987). Mesmo depois da independência, Carvalho (2008) descreve como a maquinaria imperial se apoiou na estrutura administrativa eclesiástica. As listas nominativas e os quadros resumidos da população, organizados pelas paróquias desde 1765, cumpriam um papel nas novas dinâmicas administrativas do Estado, com o alistamento militar e a sistematização da cobrança de impostos, como descreve Boni (1974).

Apesar disso, a presença do Escrivão e as práticas de registro civil nos Distritos de Paz, pareciam, para algumas figuras eclesiásticas, desafiar sua posição. Em algumas versões narrativas produzidas por párocos locais, como o Arcebispo da Bahia, as novas práticas burocráticas colocavam em risco sua hegemonia enquanto classe responsável por gerir a vida e a morte. Ainda assim, há uma grande divergência interna. Nas circulares de D. João da Purificação de Pernambuco, há uma forte sinalização de apoio à decisão do governo imperial de implementar o registro civil e o censo. Nessas versões de apoio à burocracia imperial, o papel do clero seria o de “esclarecer” a população iletrada acerca das funções e das vantagens das novas práticas, estendendo as alianças entre Estado e Igreja que já vinham sendo forjadas desde as primeiras práticas eclesiásticas de registro sob o regime de Padroado.

Em 6 de janeiro de 1852, o bispo D. João da Purificação escreve ao Frei Caetano de Messina, então prefeito do Hospício de Nossa Senhora da Penha, pedindo para que se dirija à Pau D’Alho e cidades vizinhas com o intuito de “fazer ver aos povos, com a maior clareza a manifesta falsidade de tal mal fundada calúnia” que se espalhava entre os revoltosos. “Ideias falsas”, “perigosas”, “infundados preconceitos” e “malignas insinuações” são algumas das formas que o boato que se espalhava assumia nas notícias de jornal. Porque os jornais demoraram para revelar o seu conteúdo, talvez para evitar novos focos sediciosos apenas com a propagação da ideia, sabemos que se tratava de um boato que conferia às estatísticas um “sinistro fim” (ibid.). O Diário de Pernambuco narra a chegada do frei Caetano de Messina em Pau D’Alho, uma das primeiras localidades de onde se tem notícias do levante:

Quando informamos hontem os leitores de que a provincia gozava de paz e socego em todas as suas comarcas, tendo havido apenas em Pau D’Alho uma amotinação causada pela falsa e deploravel opinião que se formou o povo d’alli contra o decreto de 18 de junho do anno passado que manda pôr em execução o regulamento do registro de nascimentos e obitos, acrescentamos que mesmo nesta comarca a tranquillidade publica estaria já restabelecida, não somente pelas providencias tomadas pelo governo, senão também pelos esforços e palavras suasorias do Rvm. prefeito da Penha, o qual convidado pelo Exm. bispo diocesano partiria imediatamente para alli a fim de missionar, e chamar os povos a obediência da lei (...).

Com effeito, ao aproximar-se de Pau D’Alho o reverendo missionário frei Caetano de Messina, os amotinados sahiram logo a recebe-lo soltando foguetes, repicando os sinos e dando todos os signaes do mais intenso jubilo; podia bem dizer-se que os animos estavam ja acalmados, e o motim acabado, quando se soube na villa da aproximação da força que Exm. Sr. Presidente da provincia fez d’aqui partir para restabelecer a ordem coadjuvando o reverendo missionário na empresa de pacificar aquella comarca; então imediatamente teve lugar um outro alvoroço, correndo alguns dos amotinados a emboscarem-se na matta de S. João que dista duas léguas de Pau D’Alho.

Ahi ao passar da tropa, estes individuos dispararam-lhes varios tiros, mas o comandante da mesma, sem se demorar, continuou sua marcha, e ao sahir fora da mata encontrou um grupo dos amotinados com a bandeira branca, os quaes enviados ao encontro do mesmo pelos outros que tinham ficado na villa já socegados e tranquilos, graças aos esforços do reverendo missionario, pediram-lhe que não os hostilizasse, e que para remover a desconfiança se deixasse ficar em algum dos engenhos próximos a povoação, ao que ele prudentemente annuo indo-se acampar no engenho Cajueiro, que fica pouco distante d’alli, no qual ainda se acha, ficando a comarca toda tranquila³⁰.

Os capuchinhos são uma ordem dos franciscanos que assumiu um lugar de centralidade no Brasil depois das missões jesuíticas, sobretudo na catequização de indígenas no século XIX (Amoroso, 1998 e 2010) e nas cruzadas de pacificação pelos sertões nordestinos (Costa, 2017). A chegada do frei capuchinho, Caetano de Messina, é contada de maneira semelhante no trabalho de Mário Melo (1920). Melo foi um historiador pernambucano que ganhou visibilidade através de suas publicações na revista do Instituto Histórico Pernambucano e em colunas de vários periódicos populares da época. Como sugere Cavalcanti (2016), o papel dessas colunas era popularizar o acesso a uma certa história revisada do Brasil, na qual a readequação dos heróis nacionais e dos eventos memoráveis tinha como finalidade alinhar a escrita da história a novas premissas políticas, além de produzir um sentimento de pertencimento através da fabricação de novas identidades nacionais. A memória de Melo sobre os levantes de 1852 foi publicada em 1920 na revista do Instituto Archeológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)³¹ e narra a chegada do frei Caetano de Messina a cavalo em Pau D’Alho. “A notícia da aproximação de frei Caetano alegrou aos camponezes. Todos confiavam no querido missionário, para elles com cheiro de santidade” (Melo, 1920: 41).

Caetano de Messina ficou conhecido como a figura que conduziu a pacificação dos levantes em todo interior nordestino. Melo (ibid.) conta que o frei convenceu os levantados a

³⁰ Diário de Pernambuco, 7 de janeiro de 1852.

³¹ Apesar de Melo sugerir que a memória foi reconstituída com as notícias dos levantes publicadas no Diário de Pernambuco porque essa seria a única fonte disponível que haveria sobre o assunto, a escolha pelo jornal foi deliberada, já que há notícias publicadas em outros locais, como o Argos Pernambucano e O Paladim, associados ao movimento liberal, enquanto o Diário de Pernambuco era considerado um jornal conservador e alinhado com as perspectivas do gabinete imperial.

erguerem bandeiras brancas em sinal de paz quando o nono batalhão, saído de Recife, chegou a Pau D'Alho. No dia seguinte, segundo o historiador, o frei ainda celebrou uma missa onde entregou uma bandeira branca com um registro do Sagrado Coração de Maria ao comandante da tropa, dizendo: “Eis aqui a espada sr. comandante”. Então, o povo se pôs a cantar e rezar, tocou o hino nacional e “o missionário levantando a voz deu vivas ao divino padroeiro de Pau D'Alho, á santa religião, a s. majestade o imperador, ao presidente da província, ao comandante da coluna, á tropa expedicionária, e ao religioso povo de Pau D'Alho, sendo todos esses vivas respondidos com muito entusiasmo pelo povo” (ibid.: 44).

Esse relato conta o evento que marcaria o suposto fim dos levantes em Pau D'Alho em 1852, mas ele só é publicado em 1920 pela RIAHGP. Vale lembrar que entre 1920 e 1930, quando esse texto é publicado, o sistema de oligarquias regionais cafeeiro, centrado em São Paulo e Minas Gerais, vivia um momento de crise. A reafirmação de um nordeste rico em figuras heroicas e marcos nacionais reivindica o seu lugar em uma nova geografia política. Isso é importante porque Melo só pode ser entendido como um historiador inserido nas demandas das instituições históricas de seu tempo, que estavam focadas na produção de certo revisionismo da história nacional e de um acerto de contas com o passado colonial. Em seu relato, vemos o desejo de reconstituir os acontecimentos de maneira objetiva, uma prática da escrita positivista da história que só seria alvo de críticas mais tarde, no século XX (Certeau, 1982). Depoimentos de “pessoas fidedignas” e notícias de jornal servem como suporte à narrativa dos heróis nacionais em sua missão civilizatória. O uso do termo é inspirado em Norbert Elias, em *O Processo Civilizador*, e aparece no trabalho de Costa (2017), onde o autor nos mostra o papel dos freis capuchinhos na adequação dos padrões de conduta das camadas mais pobres, sobretudo em Pernambuco.

Diferente do que se pode supor com a tese de uma secularização estranha às dinâmicas religiosas nas províncias, a chegada do registro civil e do censo não marcam uma passagem profunda ou disruptiva nas práticas de gestão cotidiana. Como mencionado, as contagens e os registros em atas eclesiásticas sempre estiveram presentes nas paróquias como parte do rito de gestão da boa vida e da boa morte. O que a inscrição nas atas de registro civil faz é lançar as pessoas em uma nova dinâmica de instituições, que opera a partir de múltiplos distanciamentos, sejam eles a distância física do Escrivão das províncias, dada a organização territorial baseada em distritos; a distância do corpo que será sepultado em um cemitério público ou os distanciamentos produzidos pela circulação dessas informações em novas instâncias burocráticas, localizadas, sobretudo, na capital do Império, a léguas das províncias do Norte. Portanto, não se trata só de pensar o que o ato de documentação representou para

essas pessoas, mas, antes, em que novos circuitos elas passam a circular através da inscrição da vida e da morte nos novos documentos burocráticos.

Embora a tese da secularização reitere uma passagem entre diferentes modos de gestão da vida e da morte, o que se vê é uma continuidade de práticas de conhecimento que produzem efeitos distintos, já que colocam as pessoas em diferentes regimes de circulação e visibilidade. Taussig (1997) sugere que, com a ascensão dos Estados nacionais, a igreja não foi destruída, mas remodelada em uma teologia política que, através da ficção do Estado-Nação e dos seus sonhos de unificação, foi capaz de reinscrever o espetáculo em novas práticas. Não há, para ele, uma cisão, mas uma continuidade nas diferentes literalizações das mesmas metáforas de unidade e soberania. É curioso que também Taussig esteja pensando o papel dos mortos na produção de uma certa ficção de Estado moderno. Os mortos são constantemente trazidos à vida: no caso de Taussig através das possessões, na historiografia, através dos arquivos, e nas práticas de registro civil e de recenseamento, através da inscrição em papéis e na produção de dados populacionais. Essa continuidade de práticas de conhecimento que, para Taussig, literalizam metáforas de unidade, evocam também a noção de uma teodicéia secular de Herzfeld (2016). A ideia de uma comunidade política ampla, ou seja, de um Estado-Nacional em pleno vapor no século XIX, se tornaria, para ele, o equivalente secular da divindade cristã através do compartilhamento de certos símbolos em comum. Assim, com a instauração de instâncias burocráticas cada vez mais distantes das pessoas, se constitui uma nova identidade transcendente. Inacessível e soberana, ela passa a regular a vida e a morte a partir de fora e de longe.

Herzfeld também chama atenção para a retórica do formalismo e da rotinização de práticas burocráticas mobilizadas dentro de instâncias governamentais como recurso para escapar da responsabilidade, consolidando um sentimento comum de que a burocracia atua de forma independente de seus agentes, como propôs Weber (1982). Por isso, a chegada do Escrivão nas províncias é também a chegada de um poder que não se origina ali, embora seja ali realizado. A impossibilidade de negociar diretamente com o Escrivão, dado que seu poder emana de algum outro lugar, torna a gestão da vida e da morte engessada por práticas repetitivas e rotineiras, mas que não são estranhas às pessoas, já que incorporam vários dos elementos da religiosidade cristã. Essas leituras possíveis nos mostram, como sugere Herzfeld, que o nacionalismo e a burocracia não foram um empreendimento que se formalizou de cima para baixo e nem em contraposição a uma dinâmica religiosa, já que não existem tais universos separados de Estado-Nação e tradição local, ainda que eles persistam analiticamente. Pelo contrário, o que essas leituras indicam é de que maneiras as práticas

transitam e se transformam nesse processo. Ao serem estatizadas, ou seja, incorporadas pelo governo imperial, as práticas de registrar e documentar a população acabam por instituir uma nova geografia da burocracia e, com ela, novas relações de proximidade e distância³².

II. Teses sobre o *cativoiro*: a gestão de uma categoria

Tendo nós, pretos e pardos pobres, notícia do **papel da escravidão** que hoje era o competente dia de se ler, desejamos saber de V.S., como autoridade superior encarregado, se é ou não verdade; e só nós desejávamos com a resposta de V.S., etc.

Também temos notícias que os escrivães dos juizes de paz, de hoje em diante, são uns dos encarregados respectivos aos batizados, sem certidão deles não se poderá fazer uma criança cristã; e como o povo tudo em massa não quer esta lei pouco dura, ou então V.S. verá todo o povo desgraçado, ficando V.S. obrigado a tudo isso.

Deos guarde por muitos anos, etc.

Sebastião de Azevedo Junho, Silva Coelho, Nunes Azevedo³³

A carta endereçada ao delegado da polícia de Pau D'Alho e assinada por lideranças desconhecidas foi apresentada pelo Diário de Pernambuco em 16 de fevereiro de 1852 e é o único documento que se tem sobre uma suposta perspectiva dos levantados. Apesar da sua indicação de que os levantes de 1852 estariam sendo organizados por uma população pobre de negros e pardos, há uma disputa nos enquadramentos de quem seriam, de fato, os participantes da revolta. Em 2 de janeiro de 1852, por exemplo, Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, chefe da polícia da província de Pernambuco, encaminha um ofício que recebeu do subdelegado da freguesia de Muribeca, onde relata que “a povoação fora invadida no dia 1 do corrente por grande número de pessoas armadas do lugar, com o pretexto de não consentirem na leitura do decreto imperial, que estabelece o registro dos óbitos e nascimentos, porque tem por fim escravizar as crianças nascidas daquelle dia por diante”³⁴. O inspetor de polícia da freguesia de Escada também enviou um ofício no qual contava que “os povos dessa povoação se acham mui alvoroçados por dizer-me que apparecera o Sr. Miguel Gomes, o qual veio a povoação e dissera a algumas pessoas que era tempo de socorrerem

³² Existe um universo maior de autores que trabalham com processos de centralização como processos de produção de Estado que renderiam reflexões diferentes das propostas aqui, como é o caso de Tilly (1996), Elias (1994) e outros.

³³ Diário de Pernambuco, 16 de fevereiro de 1852, grifo meu.

³⁴ Diário de Pernambuco, 17 de fevereiro de 1852.

com as armas nas mãos, pois os guabirus pretendiam os captivar”³⁵. Também em Nazareth, o delegado Manoel Thomaz Campello conta terem se reunido cerca de “duzentos ou mais homens no engenho de Aldea, pertencente ao termo de Nazareth”, para realizarem “pequenos insultos”. Logo, relata o delegado, se retiraram para casa, já que não quiseram ler para eles “um papel que eles esperavam e que dizem ser do cativoiro”³⁶. Ainda, em 12 de janeiro de 1852, os comunicados do tenente coronel Hygino José Coelho são publicados no Diário de Pernambuco, que retoma os acontecimentos em Pau D’Alho dando agora uma outra narrativa, na qual “matutos e camponeses” teriam se “amotinado e lançado mão das armas para obstar a execução do regulamento de 18 de julho do passado, relativo ao registro dos nascimentos e óbitos”³⁷. Em 20 de janeiro de 1852, o Diário relata, em uma de suas colunas, a aparição de alguma oposição ao regulamento em Alagoas e em “Jacuípe, onde os índios da povoação reuniram-se, e foram a capella com o fim de rasgarem um edital”³⁸.

As ambiguidades na definição dos levantados - ora camponeses pobres, ora negros libertos, ora indígenas organizados -, reúnem aqueles que poderiam, sob diversas justificativas, enquadrar os decretos como uma “lei do cativoiro”, embora a categoria tenha muitas vidas para além da sua relação direta com o regime de escravidão vigente, o que discutirei mais adiante. Com essa nomenclatura, as notícias sobre o conjunto de decretos que promulgava o recenseamento e o registro civil foram veiculadas. O boato que se propagava seria o de que o governo imperial estaria, com o registro civil e o censo, visando o cativoiro dos que já gozavam de liberdade. Embora as menções à abolição da escravidão africana sugira que um novo cativoiro de negros africanos libertos tenha sido a motivação dos levantes, o perfil dos levantados vai se alterando semana a semana nas notícias. As ambiguidades nesses enquadramentos não são fortuitas. Elas se dão em um momento em que as posições nas hierarquias sociais se encontravam em disputa, sobretudo diante das acaloradas discussões em torno de leis abolicionistas e do futuro das relações de trabalho. Essas disputas de posições se materializavam também em uma disputa pelos sentidos da categoria de cativoiro. Como pretendo mostrar, houve um esforço em demarcar os limites do que poderia ser considerado cativoiro pelas elites imperiais, apesar dos muitos sentidos que a categoria carrega.

O aparente horror que a possibilidade de um novo cativoiro suscitava fez com que parte considerável de seus esforços administrativos durante os primeiros meses de 1852 se

³⁵ Diário de Pernambuco, 18 de fevereiro de 1852.

³⁶ Ibid.

³⁷ Diário de Pernambuco, 12 de janeiro de 1852.

³⁸ Diário de Pernambuco, 20 de janeiro de 1852.

voltassem para as cruzadas de “esclarecimento da população pobre” que se amotinava pelos interiores nordestinos, em uma repetição incansável nos jornais provinciais de que o censo e o registro civil não teriam outra finalidade que não a liberdade do povo. Em 9 de janeiro, D. João da Purificação escreve aos diocesanos da província uma carta, republicada diversas vezes nas semanas seguintes pelo Diário de Pernambuco. Nela, o motivo dos levantes, ou o conteúdo do boato propagado, é aventado publicamente, mas o que mais chama atenção é a maneira com que o cativo aparece como associado ao desconhecimento das verdadeiras finalidades dos decretos:

Sendo o **nosso mais sagrado dever dissipar o erro, cujas consequências produzem sempre funestos resultados**, e como ora nos conste, que pessoas mal intencionadas tem procurado persuadir o povo incauto, fazendo-lhe acreditar que o **governo imperial intenta captivar os que com toda justiça gozam de plena liberdade**, propomos em nosso animo desvanecer taes sentimentos, firmemente acreditando, que o governo nunca teve, ou terá jamais tão abominável, como perverso desígnio, não existindo a menor suspeita, em favor deste maligno intento, sem a qual não he licita a menor desconfiança, principalmente quando se trata de objectos, que o mesmo comuum reprova.

Como seria possível que o governo geral concebesse uma tal ideia, quando he o mesmo que com o maior desveio promove a abolição da escravatura africana? Querera libertar esta para escravisar os livres no paiz da Santa Cruz?...Como entre nós se ouve dizer (se he verifica[da] a noticia, que corre): não queremos ser escravos! Somente em virtude de uma lei a mais inique, e de impossível execução poderia acontecer tal fatalidade. Existe porém esta lei? Seriam os nossos augustos legisladores tão faltos de probidade que a decretassem? Teria o nosso sempre excelso Imperador animo para a sancionar? Ah! Ella jamais poderia sahir a luz, pois que devia ser reduzido a pó o papel, que suportasse sua impressão.³⁹

Em *Scenes of Subjection*, Hartman (1997) chama a atenção para a aparição metafórica da negritude, usada como superfície para o entendimento da Nação sobre si mesma. Nessas operações de inversão, na qual o Outro fala sobre o Eu, a alteridade é obliterada em prol da produção de imaginações sobre o Estado. As representações de perigo têm um lugar central nessas imaginações, dando elementos para as ansiedades experienciadas nas expedições coloniais (Stoler, 2010) e na instauração de projetos nacionais. São essas elaborações de ameaça e perigo que delimitam as fronteiras entre nós e os outros, marcadas pela raça como instauradora de uma diferença moral. Parron (2011) narra os dissensos que acompanharam as discussões abolicionistas no Brasil, pautados, sobretudo, por uma ambiguidade no enquadramento da população negra, retratada ora como um perigo iminente, ora como uma força necessária para as novas dinâmicas de trabalho.

³⁹ D. João da Purificação em 9 de janeiro de 1852, publicado em 10 de janeiro 1852 no Diário de Pernambuco.

Ainda entre 1830 e 1840, a abolição assumia contornos filantrópico e de competição entre o governo imperial brasileiro e a diplomacia inglesa, que pressionava o fim do tráfico dando ao comércio caráter de pirataria e forjando diversos ataques aos navios negreiros, com claros interesses comerciais. O jogo do governo imperial brasileiro consistia em duvidar da caridade inglesa ao argumentar que as condições dos negros aqui eram ainda melhores do que a de trabalhadores manufatureiros na Inglaterra e de camponeses da Europa. Esse é o caso do trabalho “Inglaterra e Brasil” (1845) do deputado João Manuel Pereira da Silva, no qual defende o Brasil dos ataques que vinha sofrendo da imprensa inglesa. Para isso, o deputado retoma o atraso da Inglaterra em se mobilizar a favor da extinção do comércio de negros africanos e defende as condições de vida dos negros no Brasil ao argumentar que “em geral os nossos escravos vivem vida melhor do que a dessa misera gente, o que é atestado pelo rápido aumento da sua raça” (p. 69). O argumento acionado pelo deputado, de que a vida dos negros escravizados no Brasil não era tão ruim, encontrava fundamento em uma produção massiva de números que relatavam um aumento da população negra no país (Parron, *ibid.*)⁴⁰.

Essas narrativas de crescimento populacional se tornariam depois um recurso ora para defender a sua inclusão no novo regime de trabalho assalariado, ora para reiterar sua ameaça à branquitude e seus valores⁴¹. Como sugere Fanon (2008), o racismo é um mecanismo de defesa que emerge de uma elaboração de ameaça fundamentada, sobretudo, na centralidade dos elementos biológico e sexual. Assim, a reprodução da população negra vai assumindo os contornos de um problema demográfico e social, atualizado em diversas narrativas contemporâneas acerca das altas taxas de natalidade das populações negras periféricas. No entanto, não se trata apenas de um crescimento (de fato) no número de negros no país, já que qualquer estatística do período, sobretudo aquelas que antecedem aos censos, é marcada pela sua incompletude e imprecisão. Se trata, antes, de uma retórica que adota as estatísticas como um recurso de autoridade para projetar certos valores morais e ansiedades, ligados, principalmente, ao medo das rebeliões escravas haitianas e às ameaças da mestiçagem como um problema de “contágio” (McClintock, 2010). Como nos mostra Hodes (2006) ao olhar

⁴⁰ A escolha por números que atestassem o crescimento populacional dos negros para justificar sua condição de vida sugere também uma seleção muito precisa do que conta como dado. A escolha por enquadrar a vida, em detrimento da morte, por exemplo, deixa de lado outros números, como as altas taxas de mortalidade de negros escravizados só no trânsito entre os portos africanos e os portos brasileiros nos séculos XVIII e XIX, como mostra a “Mortalidade de escravos observada durante a travessia do Oceano Atlântico, entre portos selecionados da África e Rio de Janeiro, durante os séculos XVIII e XIX” em *Estatísticas Históricas do Brasil* (1990).

⁴¹ “Para não correr o risco de virarmos o Reino do Congo, não se pode ficar indiferente aos princípios de humanidade e filantropia” (apud Rodrigues, 2009), disse o Marquês de Inhambupe em 1831, a apresentar o primeiro projeto que pretendia proibir o tráfico de negros escravizados ao Brasil.

para as frações e ficções do censo americano de 1890, a negritude se tornou alvo de várias categorias censitárias fragmentadas que pretendiam marcar a população afro-americana dos Estados Unidos a qualquer custo, garantindo que elas não deixassem de ser recenseadas. Com a incorporação de categorias que buscavam incluir a população negra nas contagens públicas, como o “mulato”, o “quadroon” ($\frac{1}{4}$ de sangue negro) e o “octoroon” ($\frac{1}{8}$ de sangue negro), os negros não poderiam, em qualquer situação, ficarem fora dos números públicos ou serem recenseados sem querer como brancos.

Essa oposição entre uma branquitude indivisível e uma negritude fragmentada também aparece nas nossas contagens. No Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco (1852), de Figueira de Mello, à época secretário de província, é possível encontrar “pardos” e “pretos”, subdivididos em “crioulos” (nascidos no Brasil) e “d’África”, enquanto no recenseamento de 1872, os “cativos” são subdivididos em “pretos”, “pardos” e “caboclos”, para mencionar apenas alguns casos que, ao incluírem a população negra em categorias fragmentadas e a qualquer custo, em oposição à sua invisibilidade anterior às contagens, acabavam por reiterar as narrativas de um crescimento populacional acelerado. Essa fragmentação nas categorias censitárias, argumenta Hodes (ibid.), nos mostra como a negritude foi associada a noções de contaminação que separavam sistematicamente os brancos puros e indivisíveis dos misturados. Também no trabalho de Figueira de Mello essas noções de contaminação e contágio aparecem vinculadas às práticas de reprodução das mulheres negras, inferidas a partir de dados sobre filhos legítimos. Em suas estatísticas, que visavam desenhar um quadro nacional a partir dos dados de Pernambuco, coletados em fontes oficiais e não-oficiais, como relatos de viagens, o autor argumenta de que “na província de Pernambuco, e em todo o império, as pretas em geral, e uma grande parte das outras classes inferiores da sociedade, pertencentes ao sexo feminino, se entregam mais ou menos à prostituição, atento o grandíssimo número de filhos naturais, em relação aos legítimos, constante do mapa que apresentamos.” (Mello, 1852: 304).

Essas narrativas de desmoralização, degeneração e desordem pública, produzidas por uma leitura dos dados sobre a população negra no Brasil, nos mostram de que maneira os enquadramentos das estatísticas do período evocam ansiedades raciais, alimentadas por uma complexa relação de desejo e perigo que autores como Stoler (2010), McClintock (2010) e Fanon (2008) exploraram em seus trabalhos. Assim, negros eram cotados como força de trabalho para o novo regime assalariado antes de serem instituídos os colonatos, sobretudo ao se acionar o argumento de que os africanos eram as pessoas ideais para lavrar as terras brasileiras, já que estavam mais aptos a lidarem com o clima dos trópicos e não tinham a

mesma ganância do que os colonos europeus (Parron, *ibid.*)⁴². Ao mesmo tempo, também se produzia um discurso fortemente pautado pelos elementos de desmoralização vinculados às figuras dos negros e às suas supostas práticas de reprodução e natalidade. Em ambos os casos, seja como força física, seja como ameaça moral, a narrativa racializada encontrava na corporeidade negra e nos elementos biológico-sexuais uma justificativa para políticas de inclusão-exclusão seletivas e estratégicas. As ambiguidades nessas leituras dos números públicos sugere que a “plena liberdade”, da qual falava D. João da Purificação em sua carta, não foi, desde o início, uma categoria unívoca, assim como a categoria de cativo em disputa nos levantes de 1852.

Diversas teses historiográficas procuraram dar sentido à noção de cativo atribuída aos decretos 797 e 798, argumentando que as distinções entre liberdade e escravidão deveriam aparecer em primeiro plano nas análises sobre os levantes, como é o caso dos trabalhos de Oliveira (2005) e Palacios (*ibid.*). Se, para Oliveira, essas diferenças entre liberdade e cativo mal podiam ser vistas ou sentidas pela população pobre, para Palacios era justamente a manutenção dessas distinções que importava, já que ela marcava certos lugares sociais. Para o autor, com as leis abolicionistas, agricultores livres teriam sido iguados aos ex-escravos em sua condição de pobreza e dependência, o que teria desencadeado uma revolta a favor da manutenção de seus antigos privilégios e contra a abolição. Na tentativa de criar a nova figura do trabalhador da qual o Brasil precisava para substituir as mãos escravas nas grandes propriedades, agricultores pobres e negros livres e libertos se tornavam concorrentes no novo mercado, o que explicaria as tensões de 1852.

Como mostra Gorender (2016), em 1850 o número de negros cativos no Brasil havia declinado de mais de 50% da população para 34,5%. Esse foi um efeito, por um lado, das medidas de repressão ao tráfico pressionadas pelo movimento abolicionista e por importantes intelectuais negros do período, como Luiz Gama. Por outro, foi um efeito da introdução de novas relações de trabalho e da ansiedade racial produzida por argumentos que associavam a negritude à desordem e desmoralização, o que implicou em diversas medidas que defendiam a abolição visando banir os negros libertos das relações sociais em geral. A lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que proibia o comércio de negros africanos, representou um avanço para os movimentos abolicionistas, embora beneficiasse os senhores de escravos, que não poderiam ser considerados réus nos processos de tráfico transatlântico, um retrocesso em relação à Lei

⁴² Em fala dirigida à Assembleia Provincial de MG, na abertura da sessão de 1843, Francisco José d’Andrea diz que “os africanos têm contribuído para o aumento ou têm feito a riqueza da América. A riqueza é sinônimo de civilização no século em que vivemos; logo, a África tem civilizado a América” (apud Parron: 160).

Feijó de 1831 que considerava réus contrabandistas, negociantes e também senhores (Rodrigues, 2009), ainda que a sua implementação não tenha acontecido fora do papel. Apesar das medidas legais que pareciam caminhar em direção à abolição, Rodrigues (ibid.) chama atenção para as distinções entre o fim do tráfico e o fim da escravidão, já que o regime escravocrata encontrou meios para pendurar através da manutenção do cativo de filhos de escravos pelo menos até 1871, com a Lei do Ventre Livre, e de sexagenários pelo menos até 1885, quando a Lei dos Sexagenários é promulgada.

Esse movimento de abolição progressiva tinha como finalidade fazer uma passagem gradual de um regime escravocrata para um novo modelo de relação de trabalho, sem comprometer as alianças entre o governo imperial e a elite senhorial, que eram praticamente classes indistintas. Em 1852, a Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização dos Indígenas (SCT), criada no Rio de Janeiro em 1850 com o propósito de encaminhar sugestões para a substituição de trabalhadores escravizados por trabalhadores livres, lança uma proposta em “Sistema de medidas adotáveis para a progressiva e total extinção do tráfico e da escravatura no Brasil”. No documento, o tom filantrópico do debate abolicionista se mescla ao de um problema administrativo. Expressões como “o espírito naturalmente generoso do brasileiro”, a “caridade cristã para com os escravos”, o “ato de humanidade calculada e refletida”, a “Grande Obra de caridade e justiça”, são acionadas para falar sobre as medidas anti-tráfico, ao mesmo tempo em que o problema da substituição da mão-de-obra e o trabalho livre aparecem como núcleos centrais das propostas encaminhadas. Uma das propostas consistia no recenseamento de todas as crianças nascidas de mães negras, visando garantir a “mão-de-obra do futuro”, além do registro civil de todos os escravos urbanos e rurais.

Nas atas do Senado do Império, o recenseamento desapareceu dos debates entre 1851 e 1852, quando os levantes nas províncias aconteceram, e teve uma rápida aparição em maio de 1852 com o senador Montezuma, que requeria uma estatística de africanos livres (Livro 1, 1852). Francisco Jê Acaiaba de Montezuma foi um advogado baiano protagonista do movimento abolicionista e fundador da Sociedade Estatística do Brasil em 1854. Sua atuação nos mostra como as estatísticas se tornaram também um recurso em defesa da abolição, que pretendia contabilizar os africanos livres para argumentar em favor da mão-de-obra interna e do encaminhamento das medidas abolicionistas. Por outro lado, a aparição dos recenseamentos nas atas do Senado de 1850, período anterior aos levantes e aos decretos 797 e 798, é sempre acompanhada de dissenso. Em uma das discussões, o senador Hollanda Cavalcanti, um dos proponentes do recenseamento, após ser interrompido diversas vezes em

sua fala, termina a sua colocação dizendo: “senhores, não quero tomar nada a ninguém, o que quero é saber o que possuem!” (Livro 6, 1850). O receio de que o registro civil e o recenseamento pudessem lançar a público as ilegalidades do tráfico, assim como das terras e propriedades, sugere que esses novos modelos de documentação colocavam em risco os segredos de uma elite senhorial. Assim, embora a tese recorrente seja a de que o registro civil e o censo apresentavam uma ameaça ora para os negros libertos e livres, ora para camponeses pobres e indígenas organizados, há controvérsias que mostram os anseios de uma certa elite de proprietários com a contabilização pública de seus bens.

As instabilidades no processo abolicionista e a passagem gradual para um novo modelo incerto de relações de trabalho são elementos presentes na paisagem de desconfiança que se consolidou no século XIX com a promulgação do registro civil e do recenseamento. Dessa paisagem, emerge a tese de um novo cativo. Como propõe Velho (1995) em seu trabalho sobre o retorno do cativo como um receio recorrente entre camponeses amazônicos e nordestinos, é preciso prescindir das leituras que traduzam os sentidos de cativo para categorias consideradas mais plausíveis para nós, como as analogias analíticas que pretendem produzir equivalência entre o cativo e a proletarianização, ou o cativo e a chegada do Estado e do capitalismo. Essa operação tem sido feita em alguns trabalhos que procuraram estender os sentidos de cativo para abarcar as novas relações de trabalho livre assalariado, como o conceito de “cativos da terra” do sociólogo Martins (s.d.). Adotar essa extensão de sentido implicaria aqui em reconhecer que o cativo do qual as pessoas falavam na carta que abre esse capítulo é o das novas relações de trabalho livre-assalariado, que representariam, de algumas formas, a perduração de relações de dependência. Mas fazer essas analogias, segundo Velho (ibid.), seria uma forma de tornar o medo do retorno do cativo algo compreensível dentro dos nossos próprios esquemas explicativos, reafirmando o binômio cativo/liberdade, para o qual a libertação seria alcançada apenas através da instauração de relações de autonomia. Assim, para entender o cativo em outros termos, seria preciso adentrar os realismos produzidos pelas próprias narrativas nativas, e não procurar um sentido mais “real” fora delas. Seria preciso entender que tipo de realismo é produzido por esse conjunto simbólico que elege o cativo como um evento iminente.

O boato de 1852 reflete diversos temas e posições em disputa no período. As múltiplas compreensões de cativo acionadas por párocos e funcionários imperiais evocam a complexa trama que incorporava e produzia os envolvidos nas revoltas, fossem eles ex-escravos, livres, pobres, senhores, funcionários da administração imperial, clero. Portanto, o boato colocava em evidência as ambiguidades de um mundo que se apresentava para si e

para fora através de categorias unívocas de cativo e liberdade. Ao lançar para o debate público os sentidos de cativo através de circuitos extra-oficiais em massa, o boato se tornava uma via alternativa aos jornais, ofícios, decretos. Assim, constituía, para as camadas pobres e analfabetas, um meio de produção de pertencimento e participação política. Em sua análise dos rumores sobre o assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi, Das (2007) nos apresenta a compreensão do rumor como uma prática de atualização de certas regiões do passado. Ao mostrar como a circulação de narrativas recria e transforma essas experiências, aponta para as dificuldades de delimitar o início e o fim de eventos como esse. Assim, nesse ressurgir através de rumores, o passado é trazido ao presente em certas relações de continuidade. O que a análise de Das oferece para nós é a possibilidade de pensar o novo cativo como dispositivo de produção de continuidade entre o passado e o presente em uma paisagem na qual a “plena liberdade” aparecia como superação do cativo-escravidão. Ao forçar uma intrusão do cativo em um momento no qual o abolicionismo ocupava o centro dos debates públicos, as compreensões de liberdade e cativo vão sendo testadas em sua univocidade e diluídas em múltiplas contradições e ambiguidades.

O uso do termo “papel da escravidão”, bem como a compreensão de que “sem certidão não se pode fazer uma criança cristã”, sugerem também uma teoria nativa sobre a agência dos documentos e das inscrições como mobilizadores do cativo. Assim, em resposta à escrita burocrática, que precisa ser lida por outrem, emergem a notícia, o rumor, o boato, como instrumentos alternativos de mobilização. A irrupção de um levante armado contrasta com a cotidianidade e a repetição da administração burocrática. Em sua etnografia sobre a implementação de um programa de combate ao desemprego na Índia, Mathur (2016) narra a chegada repentina de um leopardo na vila onde fazia sua pesquisa de campo. A chegada do animal selvagem nos surpreende com a irrupção de uma temporalidade que contrasta com a temporalidade repetitiva, cotidiana e lenta da burocracia e da produção de documentos. Também entre a aprovação dos decretos 797 e 798 e sua efetiva implementação no ano seguinte, irrompe uma situação extraordinária que conflita com a espera pela efetivação da lei. A espera, um tempo visto como de submissão e passividade, assume outra perspectiva, criando possibilidades de ação. Mais do que imobilizar, a espera é um tempo de mobilização. Nesse aparente hiato, a noção de “papel da escravidão” referencia um importante marco na administração imperial: a ascensão e o império dos papéis no século XIX é marcado pela capacidade dos documentos de agenciar e produzir cativos.

Pensar a resistência ao registro civil e ao censo, portanto, não implica em afirmar que a produção de inscrições e dados estatísticos estivessem sendo rejeitadas pelas pessoas em

termos gerais, mas antes sendo moduladas por práticas e referências que contrastavam com as realidades imaginadas e projetadas por perspectivas estatais. Motta (2019) faz esse trabalho ao analisar como os recenseamentos em favelas cariocas encontraram múltiplas formas de resistência aos números e aos processos de quantificação estabelecidos. Assim, ao mesmo tempo em que as unidades forjadas pelos censos escapavam das definições e estabilizações produzidas por “realidades estatísticas” - como é o caso das categorias de “favela”, “aglomerados subnormais” ou “domicílio” - também as próprias pessoas contestavam e duvidavam dos números censitários. Isso não significa, no entanto, que se estivesse rejeitando a prática de produção de dados, já que em diversas iniciativas de autorrecenseamento narrados pela autora, o reconhecimento da relevância dos números estatísticos dividiu espaço com a desconfiança generalizada. Ao mencionar Porter (1995), Motta sugere que a quantificação é uma tecnologia de distância na qual os ajustes vão sendo feitos de acordo com espaços de resistência e contestação como esses. Essa é a perspectiva que se procurou assumir ao narrar esses circuitos não-oficiais de notícias sobre o registro civil e o censo de 1852. A resistência que se encontrou para estabelecer as inscrições e contagens populacionais nas províncias, apesar de enquadrada por narrativas de perigo, ameaça e desordem profundamente racializadas, pode ser lida como uma força que tencionava as práticas burocráticas e não apenas as rejeitava. Essa leitura sugere que os levantamentos de 1852 podem ser também entendidos como uma estratégia de mobilização e participação política que disputava categorias e representações em um novo mundo de números e papéis em formação.

III. Teses sobre o nordeste insurgente e o homem do campo: a gestão das narrativas históricas

A violência se consolidou como forma de relação natural entre a população nordestina e refletia a acentuada deterioração das condições sociais. (Monteiro, 1978: 12)

A tese que surge de uma sentida lacuna de documentos nos acervos históricos é aquela que figura os levantamentos de 1851-52 como parte de um movimento mais amplo das camadas mais pobres em defesa de seus modos de vida. Em seu trabalho sobre os levantamentos de Pernambuco, a historiadora Renata Saavreda sugere que os movimentos contra o registro

civil “põe[m] em xeque a infalibilidade dessa maneira “científica” e racional de organizar a sociedade, pondo em relevo formas mais “sensíveis” de ordenamento do social” (2011: 15). A sensibilidade é entendida por ela como “uma outra forma de apreensão do mundo para além do conhecimento científico”. Inspirada por Sandra Pesavento (2009) e seus trabalhos que pensam as relações entre política e sensibilidade, e de que maneira o conhecimento sensível do mundo constrói certas noções de pertencimento, o trabalho de Saavreda se soma aos esforços de historiadores que se propõem a dar voz às versões não-oficiais e às dimensões sensíveis que produzem fissuras na racionalidade estatal e no pensamento científico. De alguma forma, esses trabalhos se alinham à perspectiva historiográfica de Walter Benjamin (1940) e da força messiânica que nos foi concedida pelo passado. O encontro entre gerações nos coloca um chamado, o de revisitar o passado oprimido e não deixar que os inimigos vençam outra vez sobre os mortos. Essa perspectiva aparece em diversos trabalhos que pensam levantes e revoltas. Maria Odila da Silva Dias (1998), por exemplo, nos fala da importância de documentar as lutas pela sobrevivência e resistência de homens pobres livres, sociabilidades que teriam sido apagadas pelas práticas historiográficas.

Esses trabalhos que recontam e refazem acontecimentos do passado também compõem o conjunto arquivístico sobre a consolidação das práticas estatísticas e do recenseamento no Brasil. Eles estendem os eventos para além de seu tempo, nomeiam os levantes, organizam a cronologia e oferecem interpretações possíveis aos acontecimentos. Embora os levantes de 1852 sejam considerados históricos em escala menor quando comparados às Balaiadas, Sabinadas, Praieiras e outros levantes populares que movimentaram o Norte do Brasil Imperial, diversos trabalhos foram e têm sido publicados sobre o tema. A ideia de arquivo em porvir de Derrida (1995), um arquivo que está sempre por ser feito, nos ajuda a olhar para as impressões deixadas pelos eventos e seus registros, atualizados e transformados nas práticas de recuperar e produzir constantemente novas versões sobre eles. Como mencionado no início do capítulo, a historiografia também precisou lidar recorrentemente com uma sentida falta de dados e documentos sobre os levantes. No caso do recenseamento de 1852, o censo que nunca aconteceu, os documentos que serviriam de suporte para acessar uma narrativa dos levantados, ou seja, uma narrativa que não aquela propagada pela própria elite imperial, não existem. Assim como outras práticas científicas produzem seus instrumentos para lidar com as imaginadas lacunas do conhecimento - como as estimativas para a estatística, por exemplo -, a historiografia também precisou de recursos para produzir suas narrativas em meio a uma sentida falta de informações

Nessas imagens rigorosas do passado produzidas por uma certa leitura historiográfica contemporânea, é possível ver associações entre o mundo dos homens pobres, camponeses e negros do século XIX e certo modo de vida místico-religioso ou gerido por outras formas de racionalidade, como sugerem alguns trabalhos. Essas “formas mais sensíveis” de ordenamento da vida, segundo Saavedra (2011), teriam sido perturbadas pelo desenvolvimento de uma racionalidade administrativa que se manifestaria com a chegada do registro civil nas províncias. Mas é preciso pensar o que essas associações nos dizem não a respeito do que foram os levantes, já que a prática de escrita da história, como argumenta Certeau (1982), está vinculada ao lugar do sujeito que a escreve e às suas inserções institucionais. É possível pensar, então, de que maneira essas versões historiográficas nos contam algo sobre a comunidade científica e suas convenções compartilhadas. Um dos fios condutores dessas operações historiográficas é o que vou chamar aqui de teses sobre um “nordeste insurgente” e sua população de “homens livres e pobres”.

De maneira análoga ao Oriente de Edward Said, o Nordeste é também efeito de práticas e políticas de poder. Entendido como parte de um genérico “Norte”, foi assumindo aos poucos, em fins do século XIX e início do século XX, aspectos mais consolidados de diferenciação regionais. Neves (2012), professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, argumenta que o Nordeste deve ser visto como mais do que uma inscrição geográfica. É produto de uma geografia do conhecimento - ou de um conteúdo sociopolítico, como prefere chamar -, que institui formas de ver e ler, assim como políticas governamentais. As produções acadêmicas em torno de uma região de cangaceiros e coronéis, uma classe aristocrática decadente e de secas recorrentes acabou por reiterar uma oposição entre o desenvolvimento do Centro-Sul e a incapacidade do Norte-Nordeste de se adequar aos novos modelos de desenvolvimento e de pensamento que se propagaram ao longo do Segundo Reinado. Para Neves (ibid.), o Nordeste é uma criação do século XX. É visto em seu trabalho através dos embates entre Gilberto Freyre como um defensor da “civilização nordestina” e a coluna “Impressões do Nordeste” de Paulo Barros, onde o colunista defendia a superioridade paulista com base em teses eugenistas-racistas. Apesar da demarcação temporal específica do autor, é possível ver um embrião, em meados do século XIX, do que viriam a ser as produções dessas identidades regionais.

O “Norte Agrário e o Império”, de Evaldo Cabral de Mello (1984), é a expressão de uma versão historiográfica na qual o Norte do Brasil vai perdendo aos poucos seu espaço para o Sul nas políticas imperiais de 1830 a 1889. Embora Mello (ibid.) afirme que a periodização não é tão precisa, já que até pelo menos 1870 o sistema monocultor-escravista

produzia uma espécie de homogeneidade entre as províncias do Norte e do Sul, depois de 1870, há o que ele chama de uma “era da diferenciação regional”, na qual as lavouras de café do Sul e a vinda de imigrantes estrangeiros para cultivar as terras direcionadas para a cafeicultura assumem um lugar de centralidade nos interesses públicos. Nessa versão, vemos um Norte, que se estende do Maranhão ao Recôncavo Baiano, de classes em decadência, despossuídas de suas principais ferramentas de sobrevivência: a produção de açúcar que vivia um momento de crise no mercado internacional, e a produção pecuária no agreste e sertão, que atuava como atividade subsidiária da cana-de-açúcar.

Mas existem versões divergentes. Christillino (2013) defende que as lavouras de açúcar e a elite fundiária nordestina bem consolidadas foram capazes de reinventar suas relações com a terra mesmo diante da crise que se aprofundou em fins do século XIX na região. Para ele, grande número de pequenos proprietários falidos e de pessoas que não tinham acesso a terras próprias passaram a oferecer a sua força de trabalho nas antigas e tradicionais fazendas de engenho, seja como atividade principal ou como um complemento de sua renda. As implicações dessa nova dinâmica de trabalho e de seus efeitos nas relações com a terra serão discutidas mais adiante. Por hora, basta dizer que as produções em torno de um Nordeste escasso e vencido pelo Sul, esvazia dos debates a possibilidade de olhar para as reinvenções das dinâmicas e das relações nas províncias nordestinas do século XIX. O trabalho de Moacir Palmeira (2006) é uma referência do que foram essas reinvenções diante da decomposição não apenas de um modelo econômico, mas de todo um conjunto de relações que se fundavam sobre o latifúndio açucareiro. Não há apenas o deslocamento da atividade agro-exportadora do açúcar para o café, mas uma transformação também dos engenhos manuais de açúcar em usinas açucareiras, assim como a transformação de uma aristocracia rural em uma burguesia rural usineira, o que tem várias implicações para as relações cotidianas.

É dentro desse cenário produzido de escassez e crise que emergem as interpretações possíveis para as inúmeras revoltas e levantes que povoaram a história dos nordestes brasileiros no século XIX. A tese de “Nordeste insurgente”, do historiador Hamilton de Mattos Monteiro (1972), é justamente a de que as revoltas do século XIX só podem ser entendidas a partir da crise econômica que se aprofundou em fins do século na região. A insurreição, diferente da revolução, para o autor, indica uma ruptura na ordem estabelecida através de uma oposição a aspectos imediatos e localizados da vida social, como o registro civil, por exemplo. Assim, “cangaceiros e fanáticos são faces de uma mesma moeda” (ibid.: 17), ou seja, expressam, através do banditismo rural ou da espera por uma salvação divina, a

falta de confiança nos mecanismos oficiais. É nesse “ambiente ‘pré-revolucionário’”, diz Monteiro (ibid.), que emergem os movimentos de oposição aos decretos 797 e 798, do registro civil e do censo. O espírito para a insurreição nas classes de trabalhadores livres pobres teria sido, na narrativa do autor, produzido através das falas públicas dos radicais do partido da Praia que protagonizaram a Revolta Praieira entre 1848 e 1849⁴³. Assim, o espírito revolucionário das classes mais pobres era mantido vivo através de recorrentes “focos sediciosos” remanescentes do partido. Mas essa tese só é possível a partir da imaginação de que a população pobre era incapaz de julgar o conteúdo dos decretos por si, e que, por isso, seria necessária uma liderança letrada para guiar os espíritos dos mais pobres em direção à revolta.

Assim como no trabalho de Monteiro, também nas publicações do Diário de Pernambuco de 1851-52, a Revolução Praieira aparece ligada aos levantes. Desde as primeiras notícias, a revolta figurava como efeito de um boato propagado por “pessoas de má fé”. Uma das primeiras causas aventadas pelo jornal foi a de que o povo estaria sendo liderado pelo clero, que parecia não se opor às pequenas sedições iniciais em Pau D’Alho e região. Depois do posicionamento de D. João da Purificação e da participação do Frei Caetano de Messina na campanha de pacificação dos levantes, o Diário de Pernambuco começa a sugerir que deveria haver uma liderança remanescente de figuras praieiras. Em 7 de janeiro de 1852, Jeronymo Vilella de Castro Tavares, um dos líderes presos da Revolta Praieira, e liberto em 1851, escreveu ao Diário de Pernambuco para negar a participação do movimento liberal nos levantes de 1852. Como o jornal conservador já vinha sugerindo que haveria um desejo intencional de provocar a desordem nas províncias, visando atacar o governo provincial conservador, Jeronymo escreve não apenas para alegar não ter tido parte nos movimentos sediciosos, mas para publicizar seu sentimento de reprovação com relação a eles. Segundo a liderança praieira, os levantes estariam “se opondo a civilização e retardando a marcha do progresso”, inclusive a do partido liberal do qual Jeronymo fazia parte⁴⁴. Ignacio Bento Loyola, uma outra liderança da Revolta Praieira, também escreve ao jornal e é publicado na mesma edição. Em sua nota, ele diz:

Para arredar de mim qualquer responsabilidade, ou invectiva, que meus gratuitos inimigos possam maquinar contra minha pessoa, declaro perante Deos e os homens, que não só **desaprovo os desvários e loucuras desses fascinados homens que se rebelaram** contra a execução das leis do paiz, mas que desde já hypotheco os meus serviços ao governo para ajuda-lo na manutenção da ordem e segurança pública⁴⁵.

⁴³ Para uma leitura aprofundada da Praieira, ver Quintas (1967), Marson (1980), Porto (1981), entre outros.

⁴⁴ Diário de Pernambuco, 10 de janeiro de 1852.

⁴⁵ Ibid., grifo meu.

Os anos de 1980 e 1990 foram marcados por trabalhos historiográficos sobre o Segundo Reinado que estiveram especialmente direcionados para o deslocamento de uma leitura imperial centrada na figura do imperador para análises mais minuciosas das relações entre elites políticas. Esse é o caso dos trabalhos de José Murilo de Carvalho (2008) e Ilmar de Mattos (2004). Enquanto Carvalho (ibid.) argumenta que a elite burocrática - sobretudo aquela formada em Coimbra e que ocupava cargos burocráticos, principalmente, no Rio de Janeiro - se desenvolveu à parte de uma classe de proprietários de terra, o que produziu uma série de conflitos internos, Mattos (ibid.) defende que a elite burocrática não pode ser lida de forma dissociada de suas heranças familiares e de suas alianças com o poder senhorial vinculado à terra. Em ambas as leituras historiográficas, a centralidade da ideia de grupos políticos acaba por deixar em segundo plano a análise das práticas de conhecimento compartilhadas e transformadas por essas elites, como é o caso das alianças entre igreja e Estado nas atividades de registro civil, assim como entre elites políticas liberais e conservadoras no enquadramento do que foram os levantes de 1852. Enquadrar os levantados como “desvariados” e “loucos”, “ignorantes” e “desinformados”, é um dos instrumentos em comum mobilizados tanto por liberais quanto por conservadores para deslegitimar as revoltas. Mas, mais do que isso, foi um instrumento que acabou por produzir e reafirmar uma espécie de oposição ontológica entre a rudeza e a ignorância dos homens pobres do campo e a moderação esclarecida de certa elite imperial e de um projeto de Estado.

De acordo com Franco (1997), um terço da população livre do século XIX era de camponeses pobres, enquanto as províncias mais populosas do Império eram justamente as províncias do Norte, sobretudo a região da Paraíba (Christillino, 2013). Na Zona da Mata Pernambucana, de onde se tem as primeiras notícias de levantes, o perfil populacional era de cativos, ex-escravos e pardos livres que constituíam a classe dos camponeses, conhecidos também como pobres livres pela bibliografia (Palacios, 2006). Na revisão semanal de 12 de janeiro de 1852, quando o Diário de Pernambuco tranquilizava os seus leitores dizendo que Pau D’Alho se encontrava pacificado depois dos trabalhos do Frei Caetano de Messina, a coluna retoma os acontecimentos na comarca, dando um perfil mais específico aos levantados:

Mas, se pela cidade assim passamos, outro tanto não aconteceu na villa de Pau D’Alho, onde os **camponezes ou matutos se amotinaram** e lançaram mão das armas para obstar a execução do regulamento de 18 de julho do passado, relativo ao registro dos nascimentos e óbitos.

Grande foi o número de embusteiros e perversos, que por esta ocasião se encarregaram de espalhar notícias da meia noite, e pôr em sustos as famílias com boatos aterradores; mas estamos persuadidos que a despeito das phantasmagorias desses magicos interessados, tudo estará, a esta hora, acalmado⁴⁶.

Vemos na retomada semanal do jornal uma refiguração do problema dos levantes. Se eles apareciam nas cartas ao bispado como associados à questão da liberdade de homens livres em termos gerais ou com menções à abolição de negros africanos, nessa versão os levantados aparecem como camponeses ou matutos, termo usado para designar o homem do campo e que faz referência a uma certa “rusticidade” da vida camponesa. É curioso que na mesma semana, o Diário de Pernambuco aproveite a centralidade da comarca nas notícias e relate alguns assassinatos em Pau D’Alho e região, que teriam se dado nos últimos dias de dezembro de 1851. A maneira com que são apresentadas essas mortes, sugere sua vinculação aos levantes. Embora nem todos os assassinatos em pequenas regiões fossem mencionados pelo jornal, fazer uso dessas imagens naquele momento parecia produzir alguns efeitos.

No lugar denominado Capoeira fora assassinado a cacetadas o capitão de campo Severino Mendes, sem que se soubesse qual o autor desse atentado, que na noite desse mesmo dia, no lugar Canastitula fôra mortalmente ferido com duas facadas José Francisco por Joaquim Bezerra, que também fôra ferido em uma mão e se acha preso; que na noite do dia 24 o pardo Severino, já alli criminoso e morador na comarca de Nazareth, alterando-se contra o povo que se achava reunido para ouvir missa disparou um tiro que ferio a cinco pessoas; e que no dia 25 do mesmo mez esse individuo assassinara a Alexandre Gonçalves Marinho com um tiro que lhe dera de emboscada⁴⁷.

Em 20 de janeiro de 1852, o Diário relata a aparição de oposição ao regulamento em Alagoas e em “Jacuípe, onde os indios da povoação reuniram-se, e foram a capella com o fim de rasgarem um edital (...), correndo também o boato de que em Dous-galhos um tal Ferreira Neto tinha força reunida para se lhe opor”⁴⁸. A coluna também conta que o chefe da polícia havia chegado a Alagoas com o objetivo de observar o estado da localidade, dadas as notícias de motins em Porto de Pedras e Porto Calvo. Também no caso de Porto de Pedras, a notícia dos levantes é seguida de um pequeno enxerto de assassinatos na região: “Antonio - sacristão - estando em uma casa de jogo, com uma faca de ponta, matou a João Saraiva, e feriu a Antonio Baptista e João Francisco Ferreira (genro do subdelegado Beriz), mas veio a morrer poucos momentos depois”. Assim como em Pau D’Alho, os assassinatos estampados na coluna parecem operar um tipo de organização moral dos acontecimentos.

⁴⁶ Diário de Pernambuco, 12 de janeiro de 1852.

⁴⁷ Diário de Pernambuco, 10 de janeiro de 1852.

⁴⁸ Diário de Pernambuco, 20 de janeiro de 1852

Embora as análises sobre o lugar da violência entre camponeses do século XIX apareça também nas práticas historiográficas, como é o caso do clássico trabalho de Franco (1997) sobre os códigos do sertão e a centralidade da violência nos modos de vida camponeses, esse movimento faz parte de um interesse crescente da disciplina em olhar para lugares preteridos ou obscurecidos pelas leituras historiográficas hegemônicas. Estudos que se debruçaram sobre os modos de vida das populações camponesas, como é o caso de Franco (ibid.), ou que procuraram dar um rosto para a classe de homens pobres livres (Christillino, 2013), são diferentes do que foi o recurso à narrativa da violência nas notícias de jornal veiculadas sobre os levantes. Para produzir uma ideia de homem livre, racional e moderado, uma invenção necessária para as transformações das relações que estavam se consolidando em meados do século XIX, foi preciso também produzir o seu oposto: o homem rude e ignorante. As imagens se refletem mutuamente. As vinculações entre populações camponesas e sua incapacidade de adequação aos novos modos de vida cosmopolitas, importados de uma Inglaterra em ascensão industrial, produzem a um só tempo a rudeza e a moderação.

Ainda que as publicações de lideranças praieiras existam nos acervos do Diário de Pernambuco e, de alguma forma, sugiram que não houve participação dos partidos nos levantes de 1852, teses como a de Monteiro (1972), de que os levantes teriam sido liderados por elites imperiais já existentes, sobretudo remanescentes do Partido da Praia, reverberam alguns elementos das narrativas históricas. Primeiro, a ideia de que a resistência só poderia ser organizada a partir de uma liderança letrada ou informada sobre o funcionamento interno das novas instituições burocráticas. Segundo, a noção de que momentos de crise econômica e paisagens decadentes criam as condições de possibilidade para uma espécie de “ethos” da revolta. E, por fim, uma leitura na qual os levantes teriam sido motivados por um tipo de sentimento que se opõe a uma racionalidade burocrático-administrativa, sobre o que falarei mais adiante. A proposta não é que esses apontamentos tenham necessariamente uma crítica às operações historiográficas, mas se proponham a ser um esforço em mostrar como certas imagens e leituras do passado vão se consolidando não exatamente nas lacunas dos documentos históricos, mas em uma seleção do que conta como documento e do que não conta, um tipo de cristalização operada, sobretudo, na composição de arquivos oficiais. Ainda, essas leituras acabam por esbarrar em compreensões como a do governo imperial, de que os levantes dos homens pobres e livres, ou de negros ex-escravizados, constituem movimentos anti-estatais e, portanto, movidos pela irracionalidade ou por uma outra forma de racionalidade.

Saavedra (2011) sugere que há um modo de relação típico no Pernambuco do século XIX, o qual a autora chama de uma contestação política pernambucana ou uma “cultura da revolta”. O termo designaria um modo de lidar com as interferências oficiais, sobretudo aquelas vinculadas a Portugal e à Coroa, que se expressaria no reavivamento constante de uma “imaginação da retomada pernambucana” e que remonta às lutas para expulsão dos holandeses no século XVI, marcadas por um forte sentimento nativista e anti-colonial. Essa “cultura da revolta” também se expressaria nas insurreições de 1817 e nas dezenas de outros levantes que marcaram as dinâmicas de um Pernambuco oitocentista, um dos palcos mais importantes dos levantes de 1852. Apesar disso, na leitura da autora, os marimbondos, como ficaram conhecidos os levantados pernambucanos, não devem ser lidos na chave da marginalidade e exclusão como motor de certo ethos comunitário para a revolta. Pelo contrário, sua atuação precisa ser entendida como uma estratégia de negociação e participação ativa na alta política, como sugere também Palacios (2006). Não se trata, segundo ela, de um movimento de recusa ao Estado, mas de dinâmicas disruptivas e integrativas que modulam as lutas por reconhecimento.

Essa é a perspectiva também de Dantas (2011) em “Revoltas, motins e revoluções: homens livres, pobres e libertos no Brasil do século XIX”. A questão que perpassa as inúmeras revoltas que povoaram o norte oitocentista, para a autora, é como as mobilizações, a princípio sob o comando de elites e partidos locais, se transformaram em lutas protagonizadas pelas demandas de homens pobres e livres, contratados ou obrigados, a princípio, a lutar em exércitos pessoais da elite aristocrática. Segundo Dantas, o acúmulo de experiências de contestação vai criando uma espécie de consciência de classe que se expressa em um entendimento próprio das situações de conflito. Nesse vislumbre de uma política das oportunidades, legitimidade e direitos se tornam uma moeda de troca para as camadas mais pobres. Os esforços das leituras de Saavedra, Palacios e Dantas perfazem o caminho de um conjunto de trabalhos historiográficos que pensam o lugar dos homens pobres livres nas lutas por inclusão e cidadania. Mas o que quero perseguir aqui é o que as mobilizações lidas ora como anti-estatais, ora como lutas por assimilação, nos informam a respeito das práticas de Estado.

A criação de novos sujeitos por categorias e instrumentos como os envolvidos nas práticas de registro civil e do censo não se dá sem intrusões e resistências. Os levantes contra as práticas de registro sugerem a necessidade de um olhar que se oriente para o que Veena Das e Deborah Poole (2004) descreveriam como as margens do Estado. Essas que não são margens necessariamente geográficas, mas espaços nos quais as práticas políticas que

constituem o Estado são reformuladas ou colonizadas por outras formas de regulação; margens que refundam cotidianamente o Estado. É no encontro entre as distintas práticas de gestão da vida e das relações que as controvérsias se tornam visíveis. Práticas que tornam certas identidades legíveis, que tecem territórios, fronteiras e soberania, mas também práticas que resistem, refazem e estendem essas compreensões para buscar justiça e reconhecimento, como na leitura sugerida por Saavedra, Palacios e Dantas dos levantes. Essas práticas de resistência não devem ser entendidas como necessariamente anti-estatais. É que a própria construção dos sentidos do Estado precisa ser continuamente tecida através dessas relações que Saavedra (ibid.) bem descreve como uma intercalação de dinâmicas disruptivas e integrativas que compõem as lutas por reconhecimento e inclusão, mas que também compõem novos sentidos para o Estado.

A questão é que certas compreensões do Estado moderno como sendo constituído apenas por um tipo específico de racionalidade burocrática acabam criando espaço para que alguns pares de oposição persistam nas análises, como é o caso dos duplos estatal/anti-estatal, racional/irracional, tradicional/moderno. Essas compreensões se baseiam, sobretudo, em certa leitura dos trabalhos de Weber (1982; 2000) a respeito da burocracia enquanto forma de dominação racional-legal, e no trabalho de Foucault (1991; 2008a) a respeito da governamentalidade como modalidade de exercício do poder que conecta racionalidades específicas e tecnologias de governo. Em ambos os autores, processos de racionalização são descritos a partir de arranjos de práticas de administração incorporados por instituições ou formações estatais, como a criação de uma esfera pública distinta da privada, a divisão de cargos e funções, a especialização e a organização hierárquica e impessoalizada em Weber, e as tecnologias de cálculo, esquadrinhamento, aglutinação que emergem de domínios de saber e de novas configurações de sujeito em Foucault. Apesar das suas compreensões distintas de como localizar analiticamente o poder, há um compartilhamento operacional nos autores de descrever as práticas tidas como modernas na administração do poder como processos de maximização técnica, ou seja, de instrumentalização visando a eficiência, no caso de Weber, e a normalização de condutas em Foucault. Nesse sentido, as estatísticas são vistas como parte do arsenal técnico que constitui uma nova modalidade de administração baseada na racionalização dos processos e das práticas de Estado, como nas leituras de Hacking (1991) e Rose (1991), mas também de Senra (2005; 2014) a respeito das estatísticas brasileiras. De fato, há uma grande contribuição dessas análises em pensar como as estatísticas protagonizaram um papel importante na criação de regularidades e irregularidades, normalidades e desvios, fenômenos de massa, repetição, replicação e eficiência de processos.

Essas formas de administração, que se organizaram em torno da relação de instituições burocráticas com as práticas de quantificação, contrastam em alguma medida com outras formas de administração e regulação da vida, o que tem sido explorado por trabalhos que pensam a relação entre burocracia e outras formas de gestão de coletividades, como os mencionados nesse capítulo e outros.

Mas, como também é possível ver em Weber e Foucault, há mais do que racionalidade nos processos de incorporação das estatísticas a instituições de Estado, como exploro nessa dissertação, sobretudo ao enquadrar suas parciais como principal objeto de análise. As ansiedades que emergem das situações de conflito, como foi o caso dos levantes de 1852 e suas múltiplas formulações de perigo e ameaça, evocam as irracionalidades envolvidas nos processos de Estado e na burocracia dos números. Essa não é uma novidade, já que o tipo ideal weberiano de dominação racional-legal foi uma ferramenta metodológica do autor para descrever características da burocracia que não se materializam de forma pura nas dinâmicas da vida social, convivendo com tipos carismáticas e tradicionais de dominação. Esses arranjos da burocracia em instituições de Estado mobilizam distintas formas de afetividade, como procuro mostrar nesse capítulo. Também Foucault (1991; 2008a), quando elege a governamentalidade como ferramenta para traçar conexões entre diferentes relações de poder, está olhando para esse momento de formação de uma estrutura administrativa no século XIX. A governamentalidade seria, então, uma modalidade da arte de governar que se constitui com a criação simultânea da população como objeto de governo e da economia como técnica. Embora ela seja formalizada como um modo de racionalidade específica, Foucault descreve a razão de Estado a partir de um conjunto de práticas de conhecimento que vão sendo ajustadas, adaptadas, emprestadas de outras formas de exercício do poder, como é o caso do poder pastoral cristão. Suas práticas, cuja missão era guiar, conduzir, dirigir o seu rebanho de forma totalizante, mas também individualizante, encontram espaço nas práticas administrativas que produzem uma noção de população a ser guiada, conduzida, dirigida em direção a novas formas de sujeição.

Portanto, não se trata aqui apenas de eleger a racionalização de práticas e processos de Estado como paradigma para pensar a burocracia dos números, mas entender de que forma a racionalidade foi produzida, através de narrativas oficiais e da delimitação de fronteiras nós/eles, como uma lente para olhar para as instituições burocráticas e suas ferramentas, como as estatísticas públicas. Pensar a burocracia para além dos processos de racionalização das instituições de Estado foi um esforço que encontrei também nos trabalhos de Navaro-Yashin (2007) ao descrever as relações afetivas entre imigrantes turcos e práticas de

documentação; de Aretxaga (2003) em sua formulação de como certos conceitos estatais se tornam objeto de medo e violência; de Herzfeld (1997) ao descrever as formulações das poéticas nacionais em sua interação com símbolos da vida cotidiana; e, sobretudo, no trabalho de Stoler (2007), que lança em dúvida a racionalidade iluminista do século XIX e XX ao olhar para a gestão colonial dos afetos, principalmente em sua distribuição racializada, o que inspira essa dissertação.

É possível que as estatísticas como prática e os números públicos como seu efeito literalizem as metáforas da onipresença e da onisciência presentes na religiosidade cristã a partir de novos referenciais, para usar a gramática de Taussig (1997). São conjuntos de conhecimento que, como mostro no capítulo 2, se autonomizam e se tornam capazes de gerar um número infinito de argumentações morais, a depender das relações traçadas entre números. Esses conhecimentos aparentemente descorporificados dão também ao Estado em construção seus sentidos e efeitos de coesão e integração, mas não necessariamente essa operação se dê através de práticas e processos racionais. A racionalidade do Estado é efeito de um conjunto de conhecimentos compartilhados, incorporados pelas elites burocráticas e reafirmados em operações como as que segmentam o Norte agrário e campesino do Sul cosmopolita e em desenvolvimento, assim como a rudeza e a moderação como distintos modos de vida. Essas narrativas selecionam as informações de que precisam para existir: camponeses armados ou ex-escravos; uma conspiração clerical contra o governo imperial; a reaparição de velhas lideranças liberais. Aos poucos, e através da reiteração de uma narrativa oficial, sobretudo por meio da prática arquivística, essas versões assumem o estatuto de uma representação fidedigna de um passado irrecuperável, construindo as paisagens necessárias para que os aparatos burocráticos vinculados aos censos e ao registro civil possam se edificar. Essa construção é narrada no capítulo seguinte, onde trato da produção efetiva dos primeiros dados censitários em 1872. No caso de 1851-52, os levantes tiveram sucesso em alcançar os efeitos desejados. Em janeiro de 1852, o decreto 907 suspende a execução dos regulamentos para organização do censo e do registro civil, que só aconteceria 20 anos mais tarde.

CAPÍTULO 2

Números que persuadem

Palácio do Conde dos Arcos, 1850, Rio de Janeiro

A sessão começou pontualmente às dez e meia da manhã. No salão, que abrigava já a algum tempo o Senado do Império, os senadores, provenientes das mais diversas províncias, se organizavam em suas cadeiras e balcões, portando seus títulos de viscondes e barões. Naquela manhã, a sessão não teria público. Apesar de o salão dispor de espaço para a multidão, que costumava se espremer ali, no alto e atrás dos senadores, para acompanhar os dias importantes de decisões legislativas, naquele dia, não havia ninguém. A sessão começa sempre pontualmente às dez e meia por comando da presidência. Barão de Monte Santo, presidente daquela legislatura, aprovou a ata do dia anterior, pois há sempre número suficiente de senadores no início da sessão e, no final, sobram alguns poucos depois das longas e exaustivas discussões. Porque ficam apenas aqueles cujo interesse pela pauta é maior que o desejo de escapar de cinco ou seis horas de debate, é no final dessas sessões que se estendem os mais acirrados dissensos. Esse era o caso naquele dia, já que se tratava da terceira discussão sobre terras devolutas e colonização⁴⁹. As terras devolutas foram um efeito da prática de registro de propriedades no início do século XIX, que tornavam as terras não-declaradas e improdutivas propriedades públicas. Assim, essas terras seriam distribuídas e taxadas de acordo com as diretrizes acordadas em sessões legislativas como essa⁵⁰. O debate reuniu até o fim da sessão nobres proprietários, como o senador Holanda Cavalcanti e o senador Vergueiro; os mais ilustres acadêmicos, como Cândido Batista de Oliveira, e grandes estadistas, como visconde de Abrantes, membro do conselho de Estado e senador. O projeto buscava regulamentar a questão das terras no Brasil e voltava ao senado após receber um parecer da comissão de estatística e colonização.

⁴⁹ O debate está disponível para consulta no Livro V dos Anais do Império, sessão de 22 de julho de 1850 (ver referência documental). Para descrever esse debate, tomei a liberdade de recorrer a alguns artifícios da narrativa ficcional, embora as falas descritas sejam citações diretas das atas.

⁵⁰ Para uma discussão aprofundada sobre terras devolutas, ver Silva (1996), Linhares e Teixeira da Silva (1999), Motta (2008), entre outros. Carvalho (2008) também argumenta que, na prática, as distinções entre terras públicas e terras privadas propostas nessas tentativas de regularização fundiária foram “vetadas pelos barões”, impedindo que fossem efetivadas as limitações à expansão territorial de grandes proprietários de terra. As distâncias e desencontros entre a Lei de Terras e sua efetivação foram discutidas por Holston (1993) e Motta (1998), que compartilham a perspectiva de que há uma distinção entre a retórica e a formalidade da lei e sua apropriação em diferentes contextos e relações.

O SR. VERGUEIRO: [...] Pois o artigo não é injusto? Parece-me isto tão evidente que não sei como o nobre senador que acaba de sentar-se não está já persuadido disto. Ele mesmo como que o reconheceu quando falou na diferença de preço que pode ter uma légua de terra aqui e em outra província.

[...] Note-se, senhores, que este imposto de 100 rs. por cada quadrado de cem braças de terras vai importar em muitos milhares de contos. **Eu creio que um terço da superfície do Brasil tem dono.** Na província do Rio talvez não haja porção de terreno de que alguém não se diga dono; em S. Paulo não há a quarta parte das terras que não tenha donos. Na província de Minas creio que ainda menos, etc. Portanto, é uma superfície muito extensa sobre a qual se tem de pagar. Se se compreendesse toda a superfície do Brasil, o imposto andava por 20,040:000\$rs.

O argumento de Vergueiro constitui um fragmento do que foram as discussões no senado a respeito da aplicação de um novo imposto sobre as terras, visando investir o valor arrecadado no melhoramento das províncias e na vinda de colonos estrangeiros para o Brasil. A pauta se concretizou com a lei 601 de 1850, que dispôs sobre as terras devolutas do Império, e que tem sido alvo de diferentes interpretações ainda hoje, sobretudo a respeito de seus efeitos na concentração fundiária e de seus usos para a expropriação de terras visando a ampliação de grandes propriedades. Para delimitar as terras a serem “devolvidas”, era preciso estabelecer um parâmetro único de demarcação e de registro dessas propriedades, o que aparecia em disputa nesses debates acerca de um novo imposto territorial. Ao esboçar seu argumento contrário à taxação, o senador Vergueiro estimava que metade da superfície do Brasil se achava possuída. Estimava com base na experiência de chegar na província do Rio de Janeiro, em São Paulo ou em Minas Gerais e não ser possível encontrar uma porção de terreno sem dono. Vergueiro usa a braça, a medida antropométrica do braço estendido, embora essa braça não tenha mais relação com o braço de fato, mas com o braço codificado sob a forma de medida (Witold Kula, 1986). O braço imaterial, mas que não poderia ser uma braça convencionada sem o suporte da materialidade do braço. Usa também a légua, que apesar de ter sido incorporada ao sistema métrico decimal anos mais tarde como equivalente a 6.600 metros, foi usada antes da convenção como análoga a um lugar muito distante. Léguas e léguas não podiam ser mensuradas, mas eram sem dúvidas experienciadas. O corpo caminhava léguas sem precisar contar um número. Mas Visconde de Abrantes não havia sido convencido pela estimativa de Vergueiro. É preciso ler a réplica do senador sem se ater ao cálculo. É preciso prestar atenção à forma com que os números de Abrantes compõem uma narrativa persuasiva.

O SR. VISCONDE DE ABRANTES: O nobre senador [Vergueiro] para agravar a desigualdade do imposto, para que o senado tenha em horror o mesmo imposto, exagerou-o a ponto de asseverar ao senado que uma légua de terra, à razão de 100 rs. por cada quadrado de cem braças, tem de pagar 90\$000 rs., sem se lembrar de que o projeto estabelece também a taxa de 36\$000 rs. por légua quadrada; sem se lembrar que a terra pode ser de cultura, ou campo natural, ou conter alguma superfície inteiramente inútil para a cultura, ou criação, como a ocupada por águas, rochas, areais, etc.; supôs enfim que toda a terra era capaz de cultura, e cheia de uberidade.

Há pois manifesta exageração quando se diz, para atacar a base do imposto, que toda a légua quadrada está sujeita a pagar 90\$000 rs. E não parou aí a exageração do nobre senador... Senhores, para que se avalie quanto foi exagerado o nobre senador, aliás tão refletido, que se tem ocupado tanto desta lei (o que eu torno a agradecer-lhe), que se acha tão habilitado pela sua ilustração e experiência a sustentar uma discussão calma e tranqüila, bastará que eu reproduza uma argumentação de que ele acaba de servir-se contra o imposto. Figurou ele, em primeiro lugar, que metade da superfície do Brasil se achava ocupada e possuída; e, em segundo lugar, calculou que o imposto territorial de toda a superfície produziria uns 24 mil contos!

Sr. presidente, **eu dei-me a todo o trabalho que me foi possível, para formar um cálculo aproximado** do imposto territorial que o projeto admite; **consultei alguns livros e alguns homens especiais** que me pudessem inteirar sobre a matéria. Começando por querer saber qual era a superfície do Brasil, o que me pareceu mais razoável foi o cálculo do célebre barão de Humboldt, feito há mais de 40 anos; calculou ele a superfície do Brasil em 356,896 léguas quadradas de 20 ao grau, que reduzidas a léguas portuguesas de 18 ao grau, dão 231,206. Não me pareceu que fosse mais razoável o cálculo feito por outros geógrafos e estatísticos, nem mesmo o de Mc. Culloch; que estima a nossa superfície em 2,300,000 a 2,700,000 milhas inglesas, e que não duvida asseverar que talvez nem 2 por cento da mesma superfície esteja aproveitada, embora calcule o mesmo Mc. Culloch a nossa população em 7 milhões. Ora, admitido o cálculo do barão de Humboldt, pergunto ao senado se não é grandíssima exageração supor o nobre senador que metade da superfície do Brasil achasse ocupada? Refletiu o nobre senador na imensa extensão que deve ter a metade da superfície de 256,896 léguas quadradas, e no grande número de milhões de habitantes necessários para a ocupação dela? Decerto não é possível haver maior exageração do que dizer o nobre senador que metade da superfície do Brasil está possuída.

Visconde Abrantes se dá ao trabalho de formar um cálculo aproximado. Para isso, consulta livros e homens especiais. Consulta o cálculo do barão de Humboldt, alemão conhecido por seu comprometimento com a causa científica da geografia descritiva, mas que não se sabe se chegou a pisar em território brasileiro. Em sua expedição à América do Sul em 1799, Humboldt narra sua chegada ao Alto Rio Negro e sua passagem pelo Alto Amazonas, fronteiras que ficavam no limiar entre território espanhol e território português, já que não havia, até então, uma demarcação bem estabelecida dessas fronteiras. As relações tensas entre Espanha e Portugal tornavam Humboldt alvo de diversas ameaças, caso decidisse prosseguir com sua viagem pelos interiores do Brasil (Helmut Andrä, 1962; Oliveira Filho, 1987). Abrantes assume o cálculo de Humboldt, feito há mais de 40 anos, por um geógrafo que mal se sabe se chegou a pisar em terras brasileiras. Assume essas estatísticas, apesar da possibilidade de que esses cálculos não dispusessem de exatidão, atualidade e, mais

importante, qualquer relação com a experiência concreta de contar, medir, mensurar, mas com o puro exercício lógico de estimar. Apesar da discordância com os resultados alcançados por Vergueiro, os cálculos de Abrantes também não dispõem de exatidão. A respeito da limitação do seu método, ele explica:

(...) Para calcular, pouco mais ou menos, o produto do imposto, recorri ao auxílio de homens especiais, como o nosso colega, e meu amigo o Sr. Baptista de Oliveira. **Nada, porém, podemos conseguir que pudesse servir para o que tínhamos em vista, por falta de dados, aliás essenciais, para o mesmo cálculo;** e tenho a convicção de que, nas circunstâncias em que nos achamos, não é possível que alguém o faça. Sendo isto assim, não é, senhores, outra exageração grandíssima da parte do nobre senador, o ter orçado em 24 mil contos o produto do imposto, sem dúvida para dar certo ar de ridículo à opinião que sustenta o mesmo imposto? Estou certo que o nobre senador não pode sustentar que o imposto dará 24 mil contos sem postergar todas as regras da estatística, sem pôr de lado todos os princípios, os mais gerais e ordinários, da chamada ciência estatística.

O SR. VERGUEIRO: Eu disse que no caso de que todo o território pagasse.

O SR. VISCONDE DE ABRANTES: Mas então como deixa o nobre senador de subtrair da extensão do território que deve pagar o imposto a extensão ocupada pelas águas, pelas rochas, picos inacessíveis, e areas, em fim terras absolutamente estéreis, que em nenhum país pagam o imposto territorial? Países há em que essa subtração vai além de 25 por cento da superfície total. Os países mais cultivados e povoados do mundo apresentam de quando em quando certa extensão de terrenos completamente estéreis; a própria Inglaterra tem terrenos que não podem ser aproveitados, porque seriam rebeldes a todos os esforços da arte e do trabalho humano. **A ninguém será dado orçar o produto deste imposto, senão à vista de dados, que aliás não temos,** para poder avaliar a superfície sobre que deva recair o imposto, e para determinar nessa superfície qual a extensão das terras de cultura, das dos campos de criação, etc., porque estão sujeitas a diferentes taxas. Se porém isso não é possível, se **o que disse o nobre senador não se compadece com regra nenhuma de estatística,** como veio aqui falar-nos em 24 mil contos, e lançar sobre o projeto essa espécie de ridículo? **Não é assim que se deve argumentar!**

A argumentação lógica de Abrantes possui um efeito persuasivo forte, porque apesar de se basear em cálculos sem atualidade ou exatidão, recorre a um importante recurso narrativo: a intertextualidade estatística. Números que falam de outros números. Números que, por sua capacidade de referência, ganham certa autoridade científica. Quantas vezes não somos fígados por esse recurso da ciência em se elevar a partir de suas próprias regras de enunciação? Vergueiro “lança o projeto a essa espécie de ridículo” ao operar uma estimativa a partir de uma experiência quase sensorial. Mas as regras da ciência estatística diziam que a experiência de mensurar não correspondia à experiência concreta de ver e contar. Esse tipo de mensuração opera uma espécie de corte epistemológico, no qual as impressões e percepções vão sendo apagadas da prática de produzir contagens. Apesar de estarem lá, como rastros tornados imperceptíveis, as impressões se tornam um aspecto indesejado das estatísticas.

A discussão sobre terras devolutas é interessante porque sintetiza alguns dos problemas centrais que o governo imperial do Brasil enfrentava em meados do século XIX. A falta de informações e registros populacionais implicava em um desconhecimento das suas propriedades e da extensão de terras ocupadas e improdutivas, o que dificultava a contabilização de terras devolutas e o valor a ser arrecadado com impostos territoriais sobre essas terras. A falta de registros criava empecilhos à ampla política de imigração que se planejava empreender para substituir a mão de obra escrava, uma vez que criava barreiras à arrecadação de novos impostos para financiar o empreendimento, além de barreiras à regularização de terras que seriam distribuídas no novo regime de colonato. Mas a discussão não se encerra ali. Cálculos aproximados são lançados no debate um atrás do outro, por dias a fio. Batista de Oliveira, senador pela província do Ceará, menciona, ao estimar a população em 8 milhões de habitantes, que seus resultados são “aproximativos e talvez aquém da verdade”, dada a falta de um censo. Costa Ferreira, senador pelo Maranhão, questiona a base dos impostos ao bradar uma das frases que se tornou mais emblemática nos debates sobre os censos imperiais: “não temos senso, nem escrito com s, nem censo escrito com c”.

A sentida falta de dados populacionais e territoriais nos debates sobre a Lei de Terras implicou em uma falta de “senso” por parte do governo imperial, ou seja, na impossibilidade de se orientar em vista de um imaginado vazio informacional, de modo que a questão do registro de terras se tornou um dos elementos mais importantes para que o primeiro recenseamento unificado do Império fosse levado a debate no ano seguinte, em 1851, embora tenha grande recorrência nos debates do senado de 1850 junto à Lei de Terras. Apesar da centralidade que o debate sobre as terras assumiu nas primeiras proposições de um censo imperial unificado, a formalização do primeiro recenseamento do Império em 1851 circulou publicamente como um projeto de contabilização de mão-de-obra interna visando a transição para o trabalho livre, como mencionado no capítulo 1. Essa narrativa é reafirmada em trabalhos recentes que procuraram analisar as relações entre os censos imperiais e a dissolução progressiva do regime de escravidão. Nessas operações do que vêm a público e do que é mantido em invisibilidade, as relações íntimas entre o problema das terras, os novos impostos territoriais e as estatísticas públicas acabaram por permanecer em segundo plano.

Em *Construção da Ordem*, José Murilo de Carvalho (2008) se pergunta como foi possível produzir tamanha centralização na ex-colônia portuguesa em um território tão extenso que, na contramão das ex-colônias espanholas, se unificou rapidamente em um único

Império. A solução monárquica, imperial, contou com uma elite política que se misturou à burocracia governamental muito rapidamente, de modo que a incorporação a cargos públicos e a manutenção da propriedade de terras caminhavam juntos. Um elemento fundamental desse movimento de centralização, para Carvalho (ibid.), foi a produção de certa homogeneidade ideológica, capaz de consensuar os conflitos existentes intra-classes. Assim, conflitos latentes entre senadores, como este de Vergueiro e Abrantes, e outros tantos casos ilustres nos debates do senado imperial, chegavam a soluções que visavam sempre a unidade nacional, um projeto que se mantinha praticamente inabalado. A homogeneidade ideológica, segundo Carvalho, só foi possível graças a um processo de socialização através da educação dessa elite político-burocrática nas universidades portuguesas, sobretudo na Universidade de Coimbra.

Essa homogeneidade passava também, como pretendo mostrar ao longo desse capítulo, por um processo de disciplina dos modos de ver e pensar, que instituíria formas corretas e incorretas de se argumentar e defender posições. Tratava-se não apenas de formação acadêmica unificada, mas do compartilhamento de certos procedimentos lógicos que atravessavam as mais diversas formações. Os conflitos, embora solucionados sempre sob a ótica da unidade nacional, sugerem que o projeto de centralização não se manteve intacto ou inabalado, mas foi continuamente fabricado através da produção de consensos. O consenso de que o Estado-Nacional estava acima de qualquer conflito nos mostra que o projeto de unidade territorial, política e social, nunca esteve pronto, mas foi alvo de um trabalho contínuo de fazimento, no qual as estatísticas populacionais tiveram papel fundamental. Foi através da supressão de forças fragmentadoras, que apareciam sob o fantasma da Revolução Haitiana – o “haitianismo” – que brotavam dos conflitos internos à elite imperial, mas que também emergiam dos dados dispersos e parciais sobre as províncias, que as narrativas de centralização, unidade, nação, foram sendo produzidas, propagadas, compartilhadas. Para suprimir essas forças e fazer vigorar o projeto, era preciso mais do que instrumentos materiais de administração de conflitos; seria preciso formular uma visão única do projeto.

A Universidade de Coimbra é o ponto de encontro de Vergueiro, Cândido Batista de Oliveira, visconde de Abrantes e Costa Ferreira. Três dos quatro senadores se formaram em Direito na mesma escola, com exceção de Cândido Batista, bacharel em Matemática e

Filosofia⁵¹. Apesar de as estatísticas terem sido associadas a uma visão positivista do mundo, na qual se defende a observação metódica dos fenômenos, ou segundo Horkheimer e Adorno em sua definição crítica da ciência positiva, que substitui “o conceito pela fórmula, e a causalidade pela regra e pela probabilidade” (2002: 3), Coimbra não era um reduto do positivismo como o eram as cátedras iluministas francesas (Carvalho, 2008). A universidade portuguesa defendia em seus programas de curso um iluminismo conservador, distante dos ideais libertários. Em uma fala de Bernardo Pereira de Vasconcelos na Câmara dos Deputados de 1826, a universidade de Coimbra figurava como um espaço fechado e incomunicável com a comunidade científica europeia mais ampla:

A universidade de Coimbra está inteiramente incomunicável com o resto do mundo científico. Ali não se admite correspondência com outras academias, ali não se conferem os graus se não àqueles que estudaram o ranço de seus compêndios, ali estava aberta continuamente uma inquisição pronta a chamar às chamas todo aquele que tivesse a desgraça de reconhecer qualquer verdade ou na religião, ou na jurisprudência, ou na política. (Anais da Câmara, 1826, tomo VI: 64-65, apud Carvalho, 2008: 84)

A impossibilidade de reconhecer qualquer verdade na religião, na jurisprudência ou na política nos coloca de frente a um movimento de incerteza e de recusa aos avanços das ciências iluministas que viviam seu auge nos países vizinhos. O distanciamento científico das universidades portuguesas dos demais países europeus foi tema de diversos debates que figuraram as academias lusas como atrasadas e isoladas em relação à modernidade europeia (Domingues, 1994; Lourenço, 1994, entre outros). No paradigmático discurso de Antero de Quental em 1871, ele diz: “À influência do espírito católico, no seu pesado dogmatismo, deve ser atribuída esta indiferença universal pela filosofia, pela ciência, pelo movimento moral e social moderno (...) Fomos os Portugueses intolerantes e fanáticos dos séculos XVI, XVII e XVIII: somos agora os Portugueses indiferentes do século XIX” (Quental, 2005: 30-32). Carvalho (2007) sugere que essa leitura do iluminismo como um movimento monolítico e coeso acabou por esconder as tensões internas que fizeram com que os princípios das luzes se materializassem de maneiras distintas. No caso da Universidade de Coimbra, e de Portugal de forma mais ampla, o iluminismo científico teria sido hibridizado a tradições eclesiásticas, constituindo o que se convencionou chamar de “iluminismo católico”, “ecletismo” ou “ilustração de compromisso” (ibid.: 19). Esse hibridismo pode ser visto na incorporação da dúvida e da incerteza como elementos mobilizadores da prática científica. Assim, a dúvida é

⁵¹ Tornaram-se bacharéis: Vergueiro em 1801, Costa Ferreira em 1803, Abrantes em 1821 e Cândido Batista em 1824.

constantemente tornada visível nas estimativas incertas, na reafirmação da incompletude dos dados, nas introduções aos relatos de viagem, nas quais o escritor pondera a respeito das limitações do seu trabalho e da parcialidade das suas informações. É a incerteza sobre os resultados alcançados que engendra novas tentativas, colocando, de alguma forma, a roda da produção de dados para girar. Esse é um procedimento que se repete nos documentos, sejam eles cartas, relatos ou transcrições de falas no senado. E o que ele sugere é que, apesar de estarmos falando de um momento em que a ciência moderna se consolidava no mundo sob a égide da precisão e da comprovação, foram das imprecisões e das ambiguidades que se fizeram os nossos dados. Não do método positivo da comprovação dos fatos, mas da produção dos fatos através da argumentação correta, da citação e do consenso sobre os números mais persuasivos, e não os números mais precisos.

O objetivo desse capítulo é pensar a produção de números persuasivos e o apagamento progressivo das impressões nos documentos oficiais. Para isso, comparo as narrativas encomendadas de viajantes do final do século XVIII e início do século XIX e os quadros e compêndios estatísticos que culminaram no primeiro recenseamento geral do Império. Pretendo mostrar, através desses documentos, de que maneira a fabricação de narrativas e mapas territoriais e populacionais esteve vinculada à experiência corporal de adentrar as matas e caminhos recém-abertos, e de que forma o uso de variáveis e correlações nos quadros estatísticos promovem transformações nos dados, não mais vistos através da experiência sensorial e corporal, mas do raciocínio lógico e da argumentação numérica. Essa nova forma de compor números nos dá pistas sobre a maneira como as estatísticas foram sendo desassociadas da experiência concreta de contar.

Impressões: os relatos de viagem do século XVIII e XIX

As expedições de viajantes estrangeiros ao Brasil foram recorrentes entre adeptos da escola naturalista e dos herdeiros das descrições paisagísticas do geógrafo berlinense Alexander von Humboldt, que iniciou um programa de coleta de informações sobre a fauna, flora e vida na América a partir de um princípio de integração do homem e de seu meio. “A influência do mundo físico sobre o moral”, ele diz, “dão ao estudo da natureza, quando a contemplamos de um ponto de vista elevado, um atrativo particular” (Humboldt, 1828: 23-6, apud Kury, 2001). Latino Coelho, literato português, escreveu um famoso louvor a

Humboldt: "Colombo descobriu a América, Humboldt estudou-a; cantou-a Chateaubriand, e Humboldt conheceu-a; louvou-a Tocqueville, e Humboldt fêz mais que todos êles, quase de nôvo para a ciência a descobriu" (apud Helmut Andra, 1962: 403). Apesar de não se saber se o alemão pisou, de fato, em território brasileiro, Humboldt foi um dedicado estudioso de nossos mapas, compêndios, e enviou ao Brasil dezenas de viajantes no século XIX com os quais trocou correspondências até o fim de sua vida. Um dos mais ilustres de seus correspondentes foi Martius, alemão que produziu trabalhos pioneiros sobre a Amazônia, e que faz parte de uma geração de dezenas de cronistas que receberam livre acesso ao Brasil depois do Congresso de Viena, quando se adotou uma política menos isolacionista em relação aos interesses de diversos países da Europa continental (Oliveira Filho, 1987). Em um dos relatos de Martius, intitulado *A Fisionomia do Reino Vegetal*, de 1824, se vê a influência do princípio humboldiano de integração com o meio e da influência do físico sobre o moral. Martius inicia o seu relato comparando a América à Atlantis, a ilha engolida pelo mar, de abundância de metais preciosos, plantas odoríferas e animais fortes, agora redescoberta por Colombo. Passa à descrição minuciosa e idílica das terras, espécies e caminhos semi-abertos pela serra do mar, do sul ao norte, quando margeia o rio Amazonas e descreve a sensação de adentrar a floresta densa e escura:

Escuro como o inferno, emaranhado como o caos, aqui se estende uma floresta impenetrável de troncos gigantescos desde a foz do Amazonas até muito além do território português em direção a oeste (...) A natureza pudibunda do reino vegetal parece, de repente, sentir prazer em produzir formações grotescas, numa ânsia inquieta. Arbustos com espinhos irritantes e malignos, palmeiras com terríveis aguilhões, cipós laticíferos emaranhados perturbam os sentidos do peregrino (...) **Não admira que a alma do índio, errando em tal ambiente, torne-se sombria** e de tal maneira, que, perseguido pelas sombras da solidão, possa ver em toda parte criações fantasmagóricas da sua rude imaginação. (Martius, 1824: 246, grifo meu)

Nesse processo de “redescobrimto da América”, a ciência naturalista, com sua descrição de paisagens e seus exaustivos inventários da vida local, teve papel fundamental nos modos de se produzir relatos e narrativas no Brasil imperial. Apesar da dificuldade de divulgação desses trabalhos, dadas as restrições criadas pelas autoridades coloniais, como descreve Oliveira Filho (1987), o Segundo Reinado foi marcado por um grande número de publicações inéditas de manuscritos de viagens coloniais na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). As descrições de viajantes estrangeiros eram influenciadas pelo romantismo como estilo literário predominante no século XIX, ao mesmo tempo em que os estudos naturalistas seguiam princípios rígidos de descrição, sobretudo das espécies vegetais, estudadas em sua fisiologia e interações. Dezenas desses exemplares foram

enviados junto a extensos relatos de viagem para fora dos domínios continentais, onde as obras eram publicadas em língua estrangeira e assim circulavam entre os intelectuais brasileiros. Pratt (1999), ao analisar como os relatos de viagem acabaram por produzir o resto do mundo para os europeus, nos mostra essa aliança entre o relato como um gênero discursivo subjetivo e permeado de sentimentalismos e impressões, e a história natural como gênero científico, que operava a partir de classificações e catalogações. Para a autora, a figura do observador é interessante porque explicita uma forma de autorrepresentação que pretendia atestar a inocência dos viajantes europeus, ou seja, sua falta de impulso para a conquista. É através dessas figuras aparentemente passivas, os observadores, que se estenderiam os olhos imperiais, engendrando formas de apropriação e posse distintas da conquista territorial. Esses relatos de viagem e suas afirmações morais, como as de Martius, foram fundamentais para que se consolidasse um repertório comum sobre a vida nas Américas, reiterando a necessidade de intervenção do homem branco europeu no novo mundo.

Mas os relatos de viagem dos quais trato nesse capítulo não foram empreendidos visando fornecer informações de paisagens e populações para finalidades científicas, e não foram necessariamente levados para fora dos domínios continentais. Esses relatos foram encomendados pelo próprio governo imperial em fins do século XVIII e início do século XIX, inspirados pela tradição dos cronistas estrangeiros. Como sugere Oliveira Filho (1987), a ideia de “relatos de viajantes” condensa uma miríade de enquadramentos teóricos e relações de legitimidade e hierarquia que organizavam as crônicas como um tipo de produção intelectual do período. Os relatos que referencio aqui foram realizados, sobretudo, por militares que desbravavam as recém-abertas estradas pelos interiores do país. Essas expedições por terras pouco exploradas buscavam cultivo potencial e terras férteis para alocar os colonos trazidos pelo governo imperial para povoar os territórios considerados despovoados. Nessas expedições, que duravam semanas ou meses, os viajantes adentravam as matas e descreviam as paisagens, rios, fazendas, estradas, indicando, em exaustivo relato-inventário, a qualidade das terras pelas quais passavam. Essas viagens aconteciam sob encomenda do imperador ou dos governadores provinciais e tinham como objetivo fornecer informações para o projeto de investimento na infraestrutura das províncias, que esteve em debate no senado em 1850 junto à Lei de Terras, mas que já existia como projeto de Estado muito antes da discussão formal ganhar espaço na casa legislativa.

Essas viagens são sempre marcadas pela observação e pelas impressões dos viajantes. As narrativas começam com um breve resumo da viagem e acompanham uma descrição detalhada do roteiro, com momentos épicos de encontros com nativos e dias a fio sem sair de casa por “moléstia”. Elas constituem um gênero narrativo que se propõe a descrever a experiência de adentrar as matas e caminhos em territórios pouco explorados, e oferecer ao leitor um vislumbre das paisagens, terras, rios, fauna e flora, em um movimento expositivo da vida local. As tabelas numéricas, incorporadas aos relatos, sobretudo, no século XIX, encerram as viagens e vêm sempre ao final do extenso relato. Contabilizam tudo o que foi visto e descrito nos relatos sob a forma de números em linhas e colunas, como o Mapa de Sebastião Berford de 1798, publicado em 1810. Essa maneira de inventariar a vida local comum nas práticas de catalogação dos séculos XVIII e XIX, para Pratt (ibid.), constitui uma das modalidades de apropriação criadas a partir da figura do viajante-observador. O relato conta a experiência do coronel maranhense em atravessar um novo caminho aberto de São Luiz do Maranhão à Corte do Rio de Janeiro, sob encomenda do governador da província do Maranhão. Foram 50 dias por terra e água, o coronel contabiliza, acompanhado de negros escravos e um pequeno exército pessoal, financiado pelo próprio Berford, que se gaba de sua modéstia nas cartas que troca com o governador.

M A P P A

EM QUE SE VÊ SEPARADAMENTE, E POR JUNTO, MAS EM RESUMO,
as Cidades, Villas, Freguezias, Arraiaes, Fazendas, Rios, Riachos, que ha desde a Cidade de
S. Luiz do Maranhão até á Côte do Rio de Janeiro, pela estrada constante deste Itinerario, com
declarações das legoas, braças, dias de viagem, e falhas, que houverão.

Capitanias.	Cidades.	Villas	Freguezias.	Fazendas.	Arraiaes.	Rios.	Riachos.	Legoas.	Braças.	Dias.	Falhas.
<i>Maranhão.</i> <i>De S. Luiz até o rio Manoel Al- vares o Grande.</i>	1	1	4	48	1	5	54	221 ou 235	1500	42	23
<i>Goiazes.</i> <i>Do rio Manoel Alvares o Grande até Campos de Fora.</i>		1		49	6	8	206	219	1630	37	33
<i>Minas Geraes.</i> <i>De Campos de Fora até o rio Pa- raibuna.</i>		4	1	160	14	12	234	210 ou 203	130 ou 2880	40	29
<i>Rio de Janeiro.</i> <i>Do rio Paraibuna até á Corte.</i>			1	20		4	36	27	2750	6	1
<i>Total do Maranhão até o Rio de Janeiro.</i>	2	6	6	277	21	29	530	679 ou 686	10 ou 2760	125	86

Fig. 4: Mapa de Sebastião Berford que encerra seu relato de viagem ([1798]1810)

O mapa, como sugere Berford, é uma forma de “ver separadamente, e por junto, mas em resumo” as cidades por onde passou. Lendo nas linhas, horizontalmente, se tem um resumo dos principais achados do coronel em cada província. Lendo nas colunas, verticalmente, se vê uma comparação entre as províncias em termos de quantidade de freguesias, fazendas, riachos, braços. Os números constituem uma espécie de condensação do relato. A mesma narrativa, mas agora resumida. Eles não se sustentam por si, mas representam um artifício narrativo. São outra forma de contar e ver o que foi contado e visto através da palavra e experienciado com o corpo. Tem algo curioso nesse relato, que são as impressões presentes nessas estatísticas primárias, seguindo vários dos princípios naturalistas de descrição e coleta de informações. Os números são, nesses trabalhos, menos uma forma de pensar e mais uma forma de ver, ressoando a interessante analogia de Pratt (ibid.) sobre os “olhos do Império”. A analogia ocular importa porque ela marca a existência necessária de um observador *in loco*. Assim, os números coexistem com um dos princípios mais importantes propagado por Humboldt: a capacidade de inventariar tudo o que for possível observar com os olhos e experienciar com o corpo e de reconstituir essa experiência ao leitor do relato da forma mais precisa possível. Existe, nesses trabalhos, uma primazia do olhar, que, como pretendo mostrar ao longo desse capítulo, vai sendo apagada das produções estatísticas.

Em Ensaio d’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo, de 1836, escrito pelo engenheiro e marechal Daniel Muller, os quadros estatísticos, que intitulam sua obra, consistem em um conjunto de tabelas que ocupam a segunda parte de seu relato. O Patriarca da Estatística no Brasil, como ficou conhecido nas biografias de Affonso de Taunay, introduz um novo papel aos números, no qual as estatísticas se tornam capazes de fazer afirmações autorais sobre os fenômenos de massa:

O fim da Estatística é dar em geral um conhecimento da extensão, e descrição d’um paiz, e em particular de sua administração, população, commercio, industria, e produção: pode-se-lhe chamar - **um inventario exacto do paiz**. (MULLER, 1838: s.p.)

Se os nascidos excedem aos mortos, signal é de abastança no povo, e ao mesmo tempo da ausencia d’esses vicios e enfermidades, que a pobreza ou a insalubridade do clima traz consigo: o contrario annuncia no povo pobreza ou molestias, e que seus vicios, miserias, ou indolencia estancão n’elle a acção reproductivos. (...) A somma dos nascidos e repartidos pelos casados dá o número de filhos, que proporcionalmente competem a cada

um: se este numero decresce, deve suppor-se, ou escacez de subsistencia, ou vicios que contrarião o sentimento natural da propagação da especie. (...) A comparação entre os nascimentos legitimos e naturaes dá o estado dos costumes. A igualdade de nascimentos e obitos, tanto nos livres, como nos escravos, suppoem igualdade de gosos para ambas as classes. (...) O número proporcional de casamentos prova moralidade no povo, e por isso mesmo annuncia prosperidade no paiz. (ibid.: XXVI)

Se em Martius e na tradição humboldiana, as condições físicas e materiais determinam a moralidade dos povos, de modo que a paisagem sombria explica a alma sombria e as criações fantasmagóricas dos povos nativos, em Muller se vê uma métrica moral produzida através de relações entre números. O número de casamentos *prova* a moralidade do povo; os nascidos, quando comparados à proporção de casamentos, *anunciam* a presença ou ausência do desejo de propagação da espécie, *dão* (a ver) os efeitos da pobreza, vícios e miséria que incorrem em um maior número de mortos do que de vivos. As estatísticas em Muller são capazes de provar e anunciar, medir e argumentar. Diferente do Mappa de Berford, não se referem a algo que está fora delas, não são um retrato sintético de uma experiência ocular, mas um inventário ativo, que produz, através de relações lógicas, um tipo muito específico de argumento moral. Assim como os relatos de viagem, também essas estatísticas acabaram por criar um repertório comum para a elite imperial, de modo que as intervenções em vidas e terras marginais do Império pudessem ser justificadas. Essa passagem de números que retratam experiências corporais a números autorais aparece no desenvolvimento dos modelos estatísticos em diversos lugares do mundo, como os narrados por Hacking (1990), Porter (1986) e Desroisières (1998). Ela explicita uma mudança nas práticas estatísticas, antes inspiradas em um modelo descritivo alemão, e, posteriormente, em um modelo inglês, no qual as estatísticas irão figurar como um método de pensamento.

Modelos estatísticos em disputa no século XIX

Nos trabalhos que se debruçaram sobre o desenvolvimento das estatísticas no século XIX nos grandes centros de produção de conhecimento, é possível ver uma diferença de procedimentos entre a statistik alemã e a aritmética política inglesa (Martin, 2001; Santos, 2007). Enquanto o modelo de estatística alemã foi considerado descritivo pela literatura, um conhecimento sintético dos fenômenos que pretendia descrever a morfologia de traços, como o clima, a geografia e os recursos naturais, bastante próximo do que foi a escola naturalista

para as ciências naturais, a aritmética política inglesa se propunha a ser um método de pensamento. Nesse método, a coleta deveria ser reduzida ao mínimo para se empreender um esforço maior em cálculos e estimativas. Enquanto a *statistik* alemã tinha uma natureza empírica, e até literária, a aritmética política inglesa cria um modo de expressão e pensamento que se consolida através dos números. William Petty, conhecido como um dos fundadores da aritmética política inglesa, ainda no século XVII, descreve sua prática como “um método incomum, que ao invés de simplesmente usar termos e termos em comparação, e meramente destilar argumentos racionais, adota um método que consiste em se expressar em termos de números, pesos e medidas” (Petty, 1690, apud Desrosières, 1998, tradução minha).

Essas controvérsias entre modelos estatísticos apareceu também na França oitocentista nos debates entre Peuchet e Duvillard, no qual o primeiro defendia a análise simples e sem obscuridade dos fenômenos, e o segundo um empreendimento de descoberta do que não poderia ser visto imediatamente através do raciocínio e do cálculo, como nos mostra Martin (2001). Desrosières (1998) empreende uma análise muito rica sobre o desenvolvimento desses modelos estatísticos, e sugere que, apesar de se dizer que as estatísticas inglesas venceram e se tornaram o modelo geral da ciência estatística para o mundo, o procedimento descritivo da *statistik* alemã deu as bases para todo procedimento quantitativo posterior. Foi a *statistik* alemã que cunhou o termo estatística, com Goddfried Anchewall, no século XVIII, e que explorou as primeiras tabelas de cruzamento de dados. A proposta era reunir o conhecimento de forma sintética, como no Mapa de Sebastião Berford de 1798 visto acima. A possibilidade de tornar esse conhecimento um resumo de fácil apreensão tinha propósito político e administrativo em uma Alemanha fragmentada em diversos pequenos estados depois da Guerra dos 30 anos. Era preciso, como sugere Desrosières (ibid.), criar uma espécie de unificação superior, que as tabelas e os cruzamentos de números tornaram possível com suas linhas e colunas, que ora homogeneizavam as unidades em análise e ora as tornavam passíveis de comparação.

O autor defende, ainda, que uma das diferenças mais fundamentais entre a estatística alemã e a aritmética política inglesa era quem produzia ciência. Na Alemanha, a *School of Statistics*, da Universidade de Göttingen, preparava o corpo de funcionários do Estado. Isso fez com que a *statistik* alemã operasse, segundo Desrosières, do ponto de vista do Estado. Já na Inglaterra, o desenvolvimento de uma classe distinta da monarquia, o Parlamento, que reunia comuns e lordes, criou uma espécie de distanciamento entre a estatística e o governo

monárquico. Produzidas por businessman, médicos e doutores em ciências, a aritmética política foi vendida à monarquia inglesa. É curioso notar que essa classe distinta inglesa teve acesso apenas aos registros paroquiais, e que qualquer possibilidade de um censo unificado tenha sido banida da Inglaterra durante o século XVIII sob o argumento de que o censo arruinaria a liberdade do povo. Foi sobre documentos fragmentados e dispersos que a aritmética política inglesa se consolidou. Operar qualquer tipo de cálculo exato da população e do território era pragmaticamente impossível, então se criou um artifício de pensamento, um instrumento que resolvesse a lacuna dos dados não através de mais dados, mas de uma operação lógica: as estimativas.

Aqui, também ganhou fôlego a ideia de que os dados eram um recurso escasso a ser explorado pelo governo imperial. De forma análoga às viagens encomendadas que pretendiam penetrar regiões pouco conhecidas (Bemerguy, 2019), os dados também penetravam um imaginado vazio informacional. Os relatos de viagem e os quadros estatísticos pretendiam, então, suprir a lacuna de conhecimento dos governos provinciais e do governo imperial, cada qual a sua maneira. Enquanto os relatos operavam a partir de uma primazia do olhar e da reconstituição da experiência de viagem ao leitor, os quadros estatísticos produziam uma espécie de conhecimento sintético através de tabelas e inventários numéricos. Com o desenvolvimento das estatísticas, os números vão progressivamente falando por si e se tornando capazes de argumentar e produzir seus próprios veredictos morais. Hacking (1991), ao retomar uma das primeiras aparições das estatísticas na França, nos conta sobre a sua nomenclatura como uma “ciência moral”, que visava compreender fenômenos relacionados a criminalidade, aos suicídios e à prostituição, dando os fundamentos numéricos para as compreensões sociológicas posteriores de normalidade e desvio. Mas para se tornarem ativas na produção de argumentos próprios e autorais, as estatísticas dependeram de alguns truques procedimentais.

Em seu trabalho sobre o desenvolvimento da racionalidade do cálculo nos séculos XIX e XX, Porter (1986) nos mostra como a objetividade estatística se tratou menos de uma busca por uma apresentação realista dos fenômenos, o que se mostrou impraticável desde o início, e mais o efeito da aplicação de um método sancionado através do consenso de uma comunidade de praticantes. A medida certa dependeria, então, não apenas do sistema adotado, mas da disciplina das pessoas envolvidas e da padronização dos instrumentos e dos processos em jogo. Nesses esforços para forjar uma objetividade para as estatísticas, de modo

que ela pudesse ser lida como uma prática científica confiável apesar das suas imprecisões, foi preciso consensuar as maneiras corretas de adotá-las. Desroisières (1998) também argumenta que foi preciso criar outra relação para além da representação fidedigna entre os números e os fenômenos que eles pretendiam exhibir, uma vez que as inexatidões e erros acompanhavam o desenvolvimento da estatística desde suas primeiras elaborações, sobretudo em suas interações com a teoria das probabilidades. Segundo Besson (1995), a relação das estatísticas com os fenômenos seria mais a de uma apresentação do que a de uma representação. Assim, para o autor, o analista precisaria renunciar à expectativa de que as estatísticas funcionassem como uma fotografia do mundo ou como a visão de um satélite. A visão que as estatísticas proporcionariam em termos de conhecimento, segundo Besson, seria mais parecida com a de uma modelagem, na qual a observação e a interferência do observador têm papel fundamental.

A objetivação estatística consistiria, então, em uma criação ativa de abstrações, formadas a partir de particularidades e individualidades em prol de uma visão mais generalista dos fenômenos, da qual as inexatidões fazem parte e para as quais são necessárias. Assim, as estatísticas operariam sempre com algum grau de inexatidão. Como a aglutinação seria indispensável nesse processo, parte das informações necessariamente se perderiam “para se ganhar sentido” (ibid.: 36). A ideia de que nas elaborações estatísticas algo sempre se perde é fundamental para pensar o desenvolvimento dos números públicos e do seu efeito persuasivo forte no século XIX, um momento no qual os dados não estão condicionados à veracidade dos resultados apresentados, mas, ainda assim, constituem um dos recursos mais importantes para o desenvolvimento administrativo do Estado. Como sugeri até aqui, esses primeiros números públicos, que muitas vezes não dispunham de métodos estatísticos elaborados para serem arquitetados, se erguiam a partir da sua capacidade de referenciar outros números, de modo que produzissem também uma integração entre a comunidade de praticantes da recém-formulada estatística. Esse recurso, o qual denominei uma intertextualidade estatística, operaria a despeito da exatidão das fontes, já que seria mobilizado menos como um instrumento efetivo de contagem e controle, e mais como um instrumento retórico de citação, produção de consensos e persuasão.

Como sugere Porter (1986), uma das maiores dificuldades em se realizar os primeiros censos foi a de contar com uma estrutura burocrática bem estabelecida e difundida por todo o território, o que não era uma realidade para grande parte dos Estados no século XIX. A

França, por exemplo, usou métodos de amostragem e probabilidade para contabilizar sua população durante todo o século XVIII, enquanto a Inglaterra teve quatro censos realizados através da estrutura da Igreja Anglicana. Nas argumentações de Gupta (2012) mencionadas no capítulo anterior, há a sugestão de que as práticas burocráticas foram fundamentais para constituir noções de unidade e coesão estatal. Nesse sentido, as estatísticas materializavam essas noções sob a forma de dados unificados. Ao mesmo tempo em que os dados preenchiam os imaginados vazios informacionais, as estruturas burocráticas também penetravam, através dos dados e das instituições que eles carregavam consigo, os imaginados vazios territoriais. Povoar as terras e povoar os dados foram movimentos que aconteceram, então, em duas frentes, ambas movidas por uma mesma retórica de expansão. Mas assim como os relatos de viagem exibiam paisagens imprecisas, dada a visão parcial do narrador, também os números foram marcados pela sua inexatidão e parcialidade. O triunfo da retórica, como nomeia Porter (ibid.), consistiu em mobilizar tecnologias de confiança que tornassem os números persuasivos, apesar das imprecisões nas paisagens que exibiam. Nesse processo, argumento aqui, o anonimato foi uma das tecnologias mais importantes.

Em 1895, a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) publicou um artigo intitulado “Memória Estatística do Império do Brasil”. Essa memória foi dedicada ao Marquês de Caravellas e havia sido copiada de um manuscrito guardado na Biblioteca Pública da Bahia por anos. O IHGB foi uma instituição que publicou periodicamente textos escritos por acadêmicos e estadistas do período. Fundado em 1838, inspirado no Institut Historique de Paris, passa a ser frequentado pelos romancistas brasileiros e pelo jovem D. Pedro II na década de 1840, e em 1850 se torna um grande centro de produção de pesquisas oficiais e de divulgação literária financiado pelo próprio monarca. O instituto foi ativo na produção de uma noção de identidade nacional e teve como objetivo fundar a história do Brasil a partir de uma perspectiva interna, centrada em grandes marcos nacionais (Schwarcz, 2000) A memória estatística publicada pelo periódico não tinha autor. Se imagina que tenha sido escrita em 1829 por uma menção na última página ao “ano corrente”. O texto anônimo, que comparava o número de livres e escravos ao longo dos anos, província por província, foi publicado pela revista do IHGB mais de 60 anos depois de sua produção. Diferente dos relatos de viagem, não começava com uma introdução longuíssima ou uma apresentação do autor e de seu roteiro. Seu início é breve e sem qualquer indicação de como as tabelas haviam sido sistematizadas. Essa voz anônima que ganha projeção na revista do IHGB não tem uma

experiência como a dos viajantes para contar, não narra uma aventura, não tem um corpo como o deles, não tem olhos. É uma voz que tem como suporte outra forma de materialidade.

Anonimato e autonomia dos números públicos: o censo de 1872

Hoje, no acervo digital da biblioteca do IBGE, o recenseamento de 1872 é organizado em 12 volumes, com mais de 8.500 quadros estatísticos. Página a página, é possível acompanhar centenas de quadros sistematizados de cruzamento de dados. Os volumes constituem, segundo o resumo do catálogo, uma “preciosa e rica informação sobre o estado da população do Brasil à época do 2. Reinado”. Os quadros falam por si, não são introduzidos e deles não se decorre qualquer análise. É da relação entre linhas e colunas que emergem suas argumentações. Diferente dos relatos de viagem, o censo de 1872 não tem autor, é uma voz anônima, assim como a Memória Estatística do Império do Brasil, publicada pela revista do IHGB. Sabe-se que foi planejado e executado pela Diretoria Geral de Estatística, a DGE, organizada em 1870 com o objetivo de centralizar e coordenar as atividades censitárias, mas qualquer esforço em reconstituir a produção desses números passa pela reunião de dezenas de documentos dispersos. São rastros dos quadros estatísticos que foram apagados dos documentos oficiais. Intencionalmente ou não, a ausência desses rastros produz uma aparente autonomia aos números.

A ideia desse trabalho, no entanto, não é a de reconstituir o processo de produção dos números censitários e seus efeitos, esforço que já foi empreendido por diversas teses historiográficas⁵², mas substituir o aparente anonimato do censo de 1872 pelos corpos que lhe deram vida. Com isso, pretendo mostrar de que maneira a autonomia dos números é produzida através da multiplicação dos corpos de coleta e da organização de dados, agora não mais centralizados nas impressões de uma única pessoa, como nos relatos de viajantes, mas na divisão das práticas censitárias em diferentes instâncias burocráticas. Isso faz com que os números viagem e se transformem, eles também, instituição a instituição, em conjuntos cada vez mais aglutinados e autônomos em relação aos contextos de sua produção, constituindo o que Porter chamou de “números públicos”. Essa dupla constituição de dados e instituições burocráticas reitera o papel das estatísticas populacionais na produção de um corpo administrativo para o Estado, materializando metáforas de unidade e coesão. Através dessas viagens burocráticas, pretendo mostrar também como corpos marginais se tornaram elementos centrais na organização dos primeiros dados censitários, e que implicações isso

⁵² Ver, por exemplo, Botelho (2005), Werneck (2013), Bissigo (2014), Camargo (2018). Esses são alguns trabalhos recentes que se debruçaram sobre o censo de 1872 a partir de olhares distintos.

tem para os regimes de visibilidade e invisibilidades produzidos pelos arquivos oficiais sobre o recenseamento de 1872.

Sancionado em 9 de setembro de 1870⁵³, o primeiro censo unificado do Império foi organizado segundo o decreto 1.829, que determinava a execução de um recenseamento geral da população, a ser realizado a cada dez anos. O decreto seguinte, de janeiro de 1871⁵⁴, criava a Diretoria Geral de Estatística (DGE), que seria incumbida não apenas de coordenar todas as atividades censitárias e sistematizar as informações recebidas pelos presidentes das províncias, mas também organizar os quadros anuais de nascimentos, casamentos e óbitos. Os registros civis, agora sob responsabilidade de um braço institucional do governo imperial, operavam em continuidade com os registros eclesiásticos, que regularam por décadas a vida nas províncias através da inscrição em atas religiosas de todos os nascidos e batizados, os casados na igreja, e os mortos e enterrados de acordo com os ritos fúnebres católicos. Embora esses registros tenham sido mencionados diversas vezes nos trabalhos estatísticos que pretendiam sistematizar todas as tentativas de contagens populacionais anteriores, a inscrição de nascidos, casados e vivos nesses registros passava por uma seleção muito precisa de quem contava e de quem não contava para a igreja. Casamentos ilícitos, filhos fruto de estupros, mortos que nunca foram registrados porque circulavam, quando vivos, no mercado ilegal de compra e venda de escravos. Essas eram as vidas e mortes não registradas, filhos não-inscritos e pais muitas vezes não enterrados se não sob a submissão de sua fé, ao menos publicamente, às prescrições da igreja católica. Assim, apesar das continuidades nos modos de registro, as vidas marginais para as atas eclesiásticas contavam para o censo de 1872 de forma muito ambígua. A prática censitária produzia, em algum nível, um senso de igualdade, para a qual todos importavam em maior ou menor grau, já que o decreto mandava recensear toda a população livre e escrava do Império pela primeira vez.

Essa narrativa se propagou. O censo de 1872 ficou conhecido como o primeiro recenseamento a incluir a população escravizada em seus números. Essa informação aparece em notícias de jornal recentes quase como uma ode ao censo⁵⁵. Finalmente eles seriam vistos! Finalmente nós poderíamos saber alguma coisa sobre eles! O Núcleo de Pesquisa em História

⁵³ Lei n. 1829 - de 9 de setembro de 1870. Sanciona o Decreto da Assembléa Geral que manda proceder ao recenseamento da população do Imperio.

⁵⁴ Decreto n. 4.676 de 14 de janeiro de 1871. Crêa na Côrte do Imperio uma Directoria Geral de Estatistica, em virtude da autorização concedida pelo art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de Setembro de 1870, e manda executar o respectivo Regulamento.

⁵⁵ “Censo de 1872 é disponibilizado ao público: as estatísticas do censo de 1872 são as únicas que incluem a população escrava”. Reportagem da Revista Exame disponível em: <https://bityli.com/uEW8B>

Econômica e Demográfica da UFMG chegou a produzir uma base de dados corrigida do censo de 1872. Para explicar suas correções, o grupo publicou um trabalho intitulado “Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872” (Cedeplar, 2012), no qual faz um diagnóstico sobre o estado dos dados. Para lidar com números divergentes e discrepantes, muito recorrentes nos dados divulgados pela DGE, o grupo recorreu às correções com base nos resultados predominantemente gerais - as modas, além de outros métodos complementares, como o cotejamento automático de variáveis e o ajuste das variáveis pelo valor modal. Mas mais do que apresentar números mais precisos, é importante pensar como a população escravizada foi contada, através de que operações foi feita visível, e o que essa visibilidade implica, produz, faz circular.

Primeiro, foi preciso organizar um completo corpo institucional. A Diretoria Geral de Estatística, como já dito, reunia os números organizados pelos presidentes das províncias. Os presidentes provinciais, por sua vez, nomeavam a seu critério cinco cidadãos capazes de ler e escrever em uma ilha de não-alfabetizados. Esses cidadãos, que aparecem no decreto como comissão censitária, seriam responsáveis por selecionar os agentes recenseadores locais, esses sim os que iriam de casa em casa entregar aos chefes de família os boletins, preenchê-lo no caso de chefes iletrados, e conferir as informações concedidas. Recebiam uma retribuição pecuniária pelos seus serviços e faziam parte da pequena parcela da população que dispunha de conhecimento sobre as letras e os números. A esses recenseadores eram distribuídas as listas de família. Assim, além de organizar as atividades censitárias, a legislação operava uma série de definições categóricas que delimitavam as fronteiras da família, composta não apenas por relações de parentesco, mas por naturalizadas relações de escravidão⁵⁶. Constituíam uma família, para o governo imperial,

a pessoa livre, que vive só e sobre si, em uma habitação ou parte de habitação, ou um certo numero de pessoas que, em razão de relações de parentesco, de subordinação ou de simples dependência, vivem em uma habitação ou parte de habitação, sob o poder, a direção ou a proteção de um chefe, dono ou locatario da habitação e com economia comum” (Decreto n. 4.676 de 1871, inciso 1, art. 3).

A criação desse corpo especializado é organizada em escalas de atuação pelas quais os números viajam, eles também em diferentes escalas. São inscritos nas listas de família entregues ao recenseador e aparecem pela primeira vez já em segunda mão. Sua primeira aparição passa pela tradução do chefe de família daqueles que devem pertencer e daqueles

⁵⁶ Para pensar os documentos como artefatos e artífices da produção de família, ver Vianna (2014).

que não devem pertencer à lista. Sabe-se que mesmo depois de aprovada a Lei Feijó de 1831, que impunha penas aos importadores de africanos escravizados, e a Lei Eusébio de Queiros de 1850, uma medida de repressão ao tráfico através do monitoramento da costa e dos registros de legalidade, milhares de africanos escravizados entraram ilegalmente no Brasil. Só depois de 1850, Araújo (2018) estima cerca de 38 mil africanos ilegais destituídos de registro. Bissigo (ibid.) nos mostra como o arredondamento das idades dos escravizados para 40 anos nas listas de família serviu como estratégia para driblar possíveis penalidades pela propriedade ilegal de escravos. Não à toa, no recenseamento realizado na Corte - uma prévia do que seria o recenseamento geral -, 60% dos declarados escravos tinham precisamente 40 anos, a idade exata para que não fossem enquadrados nas penalidades da Lei de 1831. No mesmo ano do censo, foi realizada também a matrícula dos escravizados sob o decreto 4.835 de dezembro de 1871. Embora ela não tenha extinguido a lei de 1831, a matrícula regularizou a posse de escravos ilegais ou não. Slenes (1983) compara os registros da matrícula e os números do censo, e argumenta que, por ter tido efeitos diretos sobre a regularização da propriedade, a matrícula nos dá informações muito mais precisas sobre a condição da população escravizada. Além do recurso de arredondamento da idade para 40 anos, a matrícula também foi uma estratégia para driblar os possíveis efeitos do recenseamento sobre a posse ilegal de negros e negras tirados à força de sua terra natal e que permaneciam até então sem registro nas propriedades recenseadas⁵⁷.

Depois de preenchidas, essas listas de família eram enviadas à comissão censitária, que seria incubida de:

proceder, depois de terminado o recenseamento, á verificação das listas e boletins, preenchendo as lacunas, rectificando os esclarecimentos inexactos, examinando se os chefes de familia ou de estabelecimentos commetteram erros ou fizeram occultações pelos quaes não dessem os agentes (Decreto n. 4.676 de 1871, art. 2, inciso 6).

Nesse preenchimento de lacunas e verificação das informações prestadas, as listas passavam por uma espécie de conferência; uma averiguação dos dados executada não pelos recenseadores que as preencheram ou acompanharam o seu preenchimento, mas pelos representantes nomeados à comissão. Aqui, as listas ainda existem como documentos distintos, uma a uma vista em sua veridicidade, mas completamente separadas dos corpos que

⁵⁷ Vale dizer que a matrícula também foi um importante instrumento para a garantia da liberdade de negros e negras que haviam sido alforriados, já que serviam como prova de sua liberdade (Loveman, 2009).

lhe deram vida. As propriedades recenseadas ficam para trás. A partir dali, as listas seriam contestadas pelos representantes da comissão de acordo com o seu conhecimento da província, razão pela qual haviam sido indicados ao serviço. Depois de averiguadas, essas listas eram enviadas ao presidente da Província junto a “boletins especiaes, mappas, quadros e mais papeis relativos ao processo do recenseamento” (ibid.: inciso 8). As listas se aglutinam a outros conjuntos de papéis, são transformadas em mapas, quadros, relatórios. Quando chegam à Diretoria Geral de Estatísticas, as listas de família já possuem muitos outros documentos derivados delas, e ganham importância cada vez menor no processo de sistematizar e cruzar números. Já averiguadas nas províncias, são arquivadas pela DGE. Se tornam documentos de uma memória institucional, documentos-prova: legitimam as ações que dele derivam sem que seja preciso sua aparição direta, mas apenas sua menção. Ao pensar no aspecto probatório⁵⁸ dos documentos em arquivos, é possível dizer que um documento arquivável é aquele que constitui o rastro de um processo. As listas de família não são tornadas públicas. Pelo contrário, desaparecem.

No recenseamento de 1906 na cidade do Rio de Janeiro, em uma das últimas páginas do documento, vemos a imagem de uma pilha de papéis em cinzas, queimados. São as fichas preenchidas de outro censo. Rui Barbosa, ministro da Fazenda de Deodoro da Fonseca no governo provisório pós-Proclamação da República, foi responsabilizado por mandar executar, em dezembro de 1890, uma grande queima de arquivos da escravidão com o propósito de inviabilizar os pedidos de indenização de ex-proprietários de escravos. Essas queimas de arquivos, a das fichas de outro censo, e a de diversos documentos relacionados à posse de escravos, nos fazem pensar naquilo que sobreviveu ao fogo. Se as fichas foram queimadas porque se mostravam perigosas, seja em sua exposição da vida íntima, seja porque davam subsídio aos ex-proprietários de escravos para reivindicar indenizações ao Tesouro, será que o que não foi queimado havia sido lido, de alguma forma, como um arquivo inofensivo? Fato é que os quadros do recenseamento de 1872, produzidos pela DGE, sobreviveram, mas as listas de família não.

O desaparecimento dos materiais que subsidiaram os dados censitários de 1872 nos mostram como a aparente autonomia dos números é um efeito do apagamento dos seus rastros de produção, o que não torna as estatísticas um fenômeno mental e descorporificado. São números inscritos em papéis; números que se tornam, através de múltiplas relações,

⁵⁸ A respeito do papel dos documentos como prova, ver o trabalho de Célia Costa (2000) sobre o *Arquivo Público do Império*.

estatísticas, dados, censo; números que viajam por instâncias burocráticas, abrindo canais institucionais. Há muitos corpos envolvidos na produção dos números públicos antes que eles se tornem efetivamente um dispositivo para ver e intervir no mundo. Recuperar esses corpos de papéis e instituições que dão vida aos dados censitários consiste em um procedimento, antes de mais nada, analítico. Trata-se de um esforço em dar corpo ao que resiste à corporificação. Se as estatísticas operam um efeito de autonomização, de maneira que os números se tornam capazes de falar por si e entre si, esse efeito de autonomia faz parecer que estamos diante de um processo lógico e racional, um fenômeno sem corpo. A produção dos números públicos, cuja autoria se torna difusa e espalhada por distintas instâncias burocráticas, dá ao Estado um corpo institucional, ao mesmo tempo em que literaliza suas metáforas de onisciência e onipresença através da ideia de que os dados censitários operariam a partir de um ponto de vista deslocado. Esse truque se parece com aquele narrado por Haraway (1995), o truque-de-deus, no qual conhecimentos não-situados se tornam incapazes de ser chamados a prestar contas. Saberes não-marcados seriam os olhos que produzem, apropriam e ordenam toda a diferença (ibid.: 27) de lugar nenhum, ou de todo lugar, constituindo visões desde cima.

Embora o esforço de Porter ao olhar para a confiança pública nos números tenha sido direcionado para o papel das novas especialidades e profissões, os dados censitários parecem prescindir dos seus recenseadores e agentes averiguadores quando deixam de ser listas, mapas e quadros para se tornarem efetivamente números públicos em tabelas censitárias. Assim, o apagamento dos seus rastros de produção e sua autonomia em produzir argumentações autorais faz parecer que estamos diante de uma imagem objetiva dos fenômenos, que emana de algum lugar fora de um ponto de vista subjetivo. Como sugere Besson (ibid.), a objetivação estatística consiste em aglutinar, perder informações e, ainda assim, ganhar sentido. Embora os rastros dos dados censitários sejam ativamente perdidos nesse processo de aglutinação, os sentidos dos números estatísticos se constituem justamente dessas lacunas e faltas. Mas o exercício lógico é também uma operação de combinação dos números, uma maneira de “efetuá-los”, como sugere Latour (2008) em sua defesa do corpo como interface. Resistir à separação entre operações lógicas e operações corporais, mente e corpo, é, de alguma forma, resistir à sedução das estatísticas em se mostrar sempre como resultado, como forma final de uma operação racional, e nunca como processo.

Enxertos: as margens no centro do censo

A análise de cada uma das categorias operacionalizadas nas listas de família e boletins de coleta do censo de 1872 nos levaria para lugares distintos. Bissigo (2014) faz esse trabalho ao olhar para as categorias de cor, nacionalidade, profissão, religião, entre outras, e pensar a partir delas os seus efeitos. Para a proposta dessa análise, sigo, também inspirada pelo trabalho de Bissigo (ibid.) e Loveman (2009), mas, sobretudo, pela análise de Ferreira e Lowenkron (2020), o que vou chamar de *enxertos*. Os enxertos consistem em parênteses, notas de canto de página e todo tipo de inserção extra às categorias censitárias que nos mostram o lugar marginal que a escravidão ocupou nas listas de família. Como argumentam Ferreira e Lowenkron (ibid.), esses improvisos dentro dos documentos sugerem alterações e subversões das categorias pré-estabelecidas nas fichas burocráticas, revelando ambiguidades e negociações⁵⁹. Riles (2001) também faz uma análise que considero inspiradora sobre a presença dos colchetes nos documentos da ONU como indicadores de dissenso. Sigo inspirada por essas análises para pensar o que esses enxertos nas listas de família produzem à materialidade do censo de 1872.

⁵⁹ Ao pensar o efeito de modelos científicos na maneira com que as pessoas lidam cotidianamente com indicadores econômicos, Neiburg (2007) argumenta que a interação entre modelos científicos e vida ordinária não se dá em via de mão única. Modelos elaborados por especialistas não apenas enquadram e produzem o mundo sobre o qual eles falam, atuando sobre ele de forma a efetivar suas projeções e pretensões, como sugere uma abordagem como a de Callon (apud Neiburg, 2007) a respeito da performatividade de modelos econômicos, ou, de forma mais ampla, de modelos científicos. É possível também que hajam intrusões nesses modelos, de modo que eles sejam afetados por dinâmicas e categorias que brotam desde outros lugares, como aquelas deslocadas das margens ao centro do censo de 1872.

Recenseamento Geral do Imperio em 1872.
Bahia 14 de Junho de 1872

Quartelirão *ignavo*
Logar *próximo ao largo da cadeia*
Rua *Strada da Victoria*
Casa N.º *3327*

LISTA DE FAMILIA N.º 22 *na Matrícula geral de 1872*
de 1 da tabela de 1872

(Deve comprehender todos os pessoas que pertenciam na casa a 1 de Junho de 1872.)

Numeros de Ordem	Nomes, sobrenomes e apellidos <small>(Declara-se primariamente o nome do chefe da familia, depois o da mulher, os filhos, dos outros parentes que com elle moram, e a seguir o dos criados, escravos, agregados e hospedes.)</small>	Côr <small>(Declara-se si a pessoa é branca, parda, cabalo ou preto, comprehendendo-se tambem a designação de estatura e de cor da pelle.)</small>	Idade <small>(Anos completos. Se não for claro os annos das crianças de menos de dez annos.)</small>	Estado	Logar do nascimento		Nacionalidade		Profissão <small>(Declara-se a profissão, estado ou occupaçaõ habitual, ou se sem de vida.)</small>	Religião	Instrução		Condições especiais e observações <small>(Declara-se se a pessoa é alfabetizada, comprehendendo-se tambem a designação de todas as outras condições.)</small>
					No Brazil <small>(Declara-se a provincia ou que nasceu.)</small>	Fora do Brazil <small>(Declara-se o Estado ou País em que nasceu.)</small>	Brazilero	Estrangeiro			Sabe ler? <small>(Responde-se sim ou não.)</small>	Sabe escrever? <small>(Responde-se sim ou não.)</small>	
1.º	Antônio Gonçalves Gravata	Branco	72	Casado	da B.ª		Portuguez				Sim	Sim	
2.º	D. Maria Adelaide de Oliveira	Branca	56	Casada	da B.ª		Portuguez				Sim	Sim	
3.º	Flora	Branca	42	Solteira	da B.ª		Portuguez				Sim	Sim	
4.º	Argentina	Branca	18	Solteira	da B.ª		Portuguez				Sim	Sim	
5.º	Adão	Branco	13	Solteiro	da B.ª		Portuguez				Sim	Sim	
6.º	Heitor	Branco	14	Solteiro	da B.ª		Portuguez				Sim	Sim	
7.º	Tobias	Branco	13	Solteiro	da B.ª		Portuguez				Sim	Sim	
8.º	Flora	Branca	8	Solteira	da B.ª		Portuguez				Sim	Sim	
9.º	Flora	Branca	4	Solteira	da B.ª		Portuguez				Sim	Sim	
10.º	Hypolito	Branco	10 meses	Solteiro	da B.ª		Portuguez				Sim	Sim	

RECENSADOR, CHEFE DE FAMILIA,
Antônio Gonçalves Gravata

Fig. 6: Lista da família de Antônio Gonçalves Gravata, Bahia, para o recenseamento de 1872.

É possível ter acesso a três listas de família preenchidas que remanesceram em acervos dispersos⁶⁰. A primeira lista é a da família de Antônio Gonçalves Gravata, da Bahia, que lista 14 pessoas em sua casa, duas declaradas brancas - Antônio e sua esposa - e 12 declaradas pretas. Em suas idades, os pretos adultos são identificados como tendo “mais de 40”, estratégia a que Bissigo (2014) nos chama atenção. Nessa lista, observo Flora, Argentina, Adão, Tobias, Heitor, suas crianças e o pequeno Hypolito, de apenas 10 meses, todos negros sem sobrenome. São essas 12 pessoas que, apesar de não terem sobrenome, dispõem de uma coluna extra dedicada à sua “condição”. Essa coluna, nomeada na ficha como “observações e condições especiais”, servia ao preenchimento de informações consideradas relevantes, mas que não eram contempladas pelas categorias do censo. Abaixo

⁶⁰ A lista da família Gravata se encontra disponível na biblioteca do IBGE e as demais na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Meu contato com elas se deu através do envio de Diego Bissigo das cópias fotografadas por ele, já que elas não permanecem disponíveis para acesso online. Para a localização dessas listas nos acervos, ver referência documental.

do título eram indicadas as situações as quais o recenseador deveria prestar atenção para o seu preenchimento: indicação de hóspedes, pessoas com deficiência e se as crianças frequentavam a escola ou não. Para a família Gravatá, o senhor Antônio e a dona Luisa Adelaide dispensavam observações extras, já que corporificavam todas as categorias contempladas no boletim. As observações e condições especiais também não foram dedicadas às crianças, que não apenas não frequentavam a escola, como já realizavam serviços domésticos como os outros negros adultos, como consta em sua “profissão”. O que está ali indicado, na última coluna da lista de família, no espaço extra e marginal, no canto da página da ficha, é se essas 12 pessoas negras eram escravas ou não. Flora é declarada escrava, assim como Argentina e as crianças, indicadas com um “idem” abaixo da indicação de Flora. O idem aparece nas listas de família em uma repetição incansável, que reitera uma condição de cativo de novo e de novo nos arquivos (Hartman, 2020). A exceção é Adão, cujas observações contam que “este preto foi liberto com a condição de acompanhar seus senhores até o fim da vida”.

Na lista da família de Rafael Araújo Galvão, do Rio de Janeiro, uma cópia manuscrita do boletim oficial, são listados 9 brancos, Rafael, sua esposa, seus filhos e netos. Abaixo a inscrição “agregada” designa Dorothea, entre parênteses: liberta, preta de 75 anos. Em uma nova inscrição, os “criados a jornal”, Maria, Faustina (liberta), Simphorosa, Cesaria (liberta), e abaixo, ainda, os 3 hóspedes da casa. No campo observações, vemos que Maria e Simphorosa são escravas de outros senhores, e Faustina, parda de 7 anos, frequentava a escola. Uma das hóspedes, uma mulher parda de 45 anos, é designada no campo observações como escrava do Sr. Joaquim. Também nessa lista, a condição de escravidão aparece como um enxerto às categorias oficiais, no campo extra de preenchimento ou como parenteses ao lado dos nomes sem sobrenome. Essas inscrições sugerem um lugar marginal ao regime de escravidão que ganhou sobrevida na década de 1870⁶¹.

⁶¹ Apesar de marcada por intensos debates e movimentos abolicionistas, a década de 1870 foi também um momento de grandes ambiguidades na aplicação das leis, como sugere Ariza (2018) ao narrar os obstáculos impostos à liberdade das famílias dos “ingênuos”, como a manutenção do cativo de mães para que pudessem ficar próximas de seus filhos, mesmo podendo comprar suas cartas de liberdade. Outro efeito da Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, foi o abandono de bebês negros, que representavam um dispêndio para os senhores de escravos, já que suas mães poderiam ser alugadas como amas de leite por um valor mais elevado quando separada de seus filhos, como mostra Telles (2018). Mesmo depois de 1888, a disputa pelo controle dos “ingênuos” era empenhada por ex-proprietários de escravos através de falsos contratos de trabalho e vínculos de tutela (Ariza, *ibid.*). Essas e outras demoras e impossibilidades na aplicação das leis abolicionistas criou uma sobrevida ao regime de escravidão na década de 1870.

No primeiro quadro sistematizado do recenseamento de 1872, Floras e Dorotheas não existem, se não codificadas sob a forma de um número. São 1.510.806 escravizados, 706.636 mulheres, 805.170 homens. Elas compõem, com outros milhares de nomes sem sobrenome, a coluna “condição: escravos”. Os parênteses e notas de canto de página, apesar de marginais nas listas de família, se tornaram uma das categorias centrais dos quadros estatísticos do censo de 1872, organizando todas as demais variáveis. O “quadro geral da população livre” e o “quadro geral da população escrava”, cada qual ocupando uma página distinta, abrem o documento censitário, reiterando no papel uma geografia das desigualdades. Nos quadros estatísticos, se perde mais uma vez a possibilidade de autodeterminação. Biografias são aglutinadas sem exceção na coluna “católicos” ou diluídas entre brasileiros e estrangeiros, sem que seja preciso falar do evento original das viagens do Atlântico. Para Hartman (ibid.), a violência irreparável do tráfico é aquela das histórias que não podemos conhecer porque se inscrevem nos documentos apenas através de narrativas de enclausuramento e perdas. As formas de classificação nos documentos produzem uma oclusão de outras narrativas possíveis, confinando as pessoas à maneira com que elas aparecem para nós através da prática arquivística. Essa capacidade de nomear cativos e livres e de tornar essa nomeação um princípio de divisão que organiza a distribuição de acessos e direitos, constitui o monopólio simbólico que caracteriza o Estado para Bourdieu (2012: 38). Assim, essas categorias censitárias não operariam apenas como classificações, mas criariam também identidades de Estado, cristalizadas pela produção de arquivos sobre a escravidão nos quais o censo aparece como instrumento de visualização daqueles que não podiam ser vistos até então.

A centralidade da categoria “condição”, que não constava nas listas de família distribuídas e preenchidas nas províncias se não como um enxerto, mas que se tornou a categoria organizadora do censo, foi vista por Bissigo (2014) como um efeito do olhar indisciplinado do recenseador, em oposição às tentativas de disciplinar essas coletas através de normas e regulamentos. Esse olhar indisciplinado se materializou nas correções feitas pelos recenseadores de informações obtidas através da oralidade e do preenchimento dos boletins de modo a inserir dados considerados importantes sobre os membros da família, como é o caso da sua condição de livre, liberto ou escravo. Ao fazer essas correções, os recenseadores estariam também cumprindo sua função legal, que determinava que verificassem a lista ou boletim “a fim de serem corrigidos os erros e inexatidões” (DGE, 1877: 19-20 apud Bissigo, 2014: 9). Os resultados do censo de 1872 são contestados por

Bissigo ao exibir uma paisagem de 85% de livres e 15% de escravos. Segundo ele, a categoria livre teria sido inchada com a de libertos, além de incluir casos de liberdade condicional, como o de Adão e de outros negros que serviriam os seus senhores até o fim da vida. Apesar da distinção livres/escravos operacionalizada no censo, a organização binária das posições e hierarquias sociais pode ser diluída em muitas matizes não-contempladas pelas categorias censitárias, como as diversas formas de trabalho compulsório não contabilizadas. Esse foi o caso da lei de locação de serviços, que só foi promulgada em 1879, tornando legal a prática de locação do trabalho de libertos para serviços agrícolas e pecuários (Cord e Souza, 2018); a criação do africano livre, o negro “resgatado” dos navios ilegais, mas obrigado a formas de trabalho compulsório em instituições públicas, religiosas e em serviços privados, como mostra Mamigonian (2018)⁶²; as crianças filhas de mulheres escravizadas “criadas a jornal” e que prestavam serviços domésticos nas casas dos senhores (Telles, 2018), entre muitas categorias sem estatuto jurídico que não aparecem no censo. Essas pessoas que, embora tivessem liberdade formal, não eram livres de fato, tiveram suas condições apagadas na produção de uma realidade binária pelas categorias de 1872.

Bissigo (2014) ressalta, ainda, que a falta de organização das inscrições e de informações nos boletins de coleta fez com que a catividade dos negros precisasse ser inferida a partir de informações extras ou de graus de parentesco com outros membros livres e libertos da família em um momento posterior de sistematização dos dados. Esse tipo de análise das listas de família e boletins, que somavam 5 milhões para a primeira e 25 mil para a segunda, distribuídos em todas as paróquias do Império, nos mostra como o trabalho de sistematização dessas informações, depois de já averiguadas pelos recenseadores e encaminhadas à comissão, passou também por uma leitura e organização dos dados que produziu seus efeitos sobre os números divulgados. Mesmo em vista da aparente objetividade dos dados censitários desvinculada de impressões subjetivas, o olhar organizador do recenseador e aglutinador dos membros da comissão foram fundamentais para que esse deslocamento da categoria de condição passasse das margens dos boletins ao centro do censo. Apesar da visibilidade que esse deslocamento confere, a organização do recenseamento de 1872 foi arquitetada de modo que o regime de escravidão se tornasse invisível aos dados, a

⁶² “Os africanos e africanas livres trabalharam em arranjos que eram muito próximos daqueles das pessoas escravizadas; isto é, dedicavam-se ao serviço doméstico sem receber remuneração alguma; “ao ganho”, pagando um jornal semanal para os concessionários; ou ainda alugados a terceiros, como amas de leite, por exemplo. Assim geravam renda para os concessionários. Nas instituições públicas e religiosas também trabalhavam só pelo sustento, ou em troca de algum pagamento simbólico que não se comparava àquele dos demais trabalhadores livres; mesmo os que estavam em degraus baixos da escala social, como os colonos recém-chegados” (ibid.: 75).

despeito da sua centralidade nas dinâmicas sociais. Como descreve Loveman, “como em um passe de mágica (a magia da ciência), a vergonhosa história da escravidão é apagada da memória institucional” (2009: 448). Assim, de uma sentida lacuna nos boletins censitários pelos agentes recenseadores, emerge a categoria organizadora do censo.

O lugar marginal que o regime de escravidão ganha nos boletins de coleta expressa uma hierarquia de importância, que concede um lugar residual à condição de cativo. Ao elaborar seu conceito de margens do Estado, Veena Das e Deborah Poole (2004: 3) argumentam que as margens são necessárias ao Estado, uma vez que são a partir delas que as práticas políticas são remodeladas. Nas extrajudicialidades e ilegalidades que abundam nessas margens sociais e territoriais, o Estado é refundado. A ideia de margens do censo, inspirada nas elaborações das autoras, emerge como tentativa de olhar para as bordas dos documentos burocráticos como espaços onde são depositados os excedentes e os marginais. São dessas margens que brotam os dissensos e disputas que colocam em cheque narrativas estáveis sobre o Estado, como aquela que se procurou produzir através do apagamento do regime de escravidão vigente. Apesar dos esforços em tornar os dados censitários livres de interferência, é a presença do recenseador e a sua percepção de que há uma lacuna incontornável nos boletins de coleta que faz com que a escravidão reapareça sob a forma de enxertos. Assim como os levantamentos de 1852 representaram um momento de negociações em torno da categoria de cativo, também o censo de 1872 foi disputado. A aparição dos enxertos nos papéis inscreve nos dados aqueles que eram também os enxertos do mundo imperial.

Ao olhar para a maneira com que as margens ganham centralidade no censo de 1872, é possível pensar como as operações de classificação e aglutinações contêm em si uma força conjurada, ou uma contradição dialética interna, que reaparece sob a forma de fantasmas, como os escravizados do censo de 1872, prestes a serem soterrados pela desaparecimento de uma categoria censitária, a “condição”. A escravidão que emerge das margens dos documentos e se torna a categoria organizadora das tabelas censitárias revela um momento não apenas de reemergência do regime no papel, mas também uma prática de produção ativa do esquecimento nos documentos e arquivos da escravidão africana. Como sugere Mbembe (2002), o desejo do Estado é o de estar livre das suas dívidas através de um ato de cronofagia, ou seja, de ingestão do tempo. Como não é possível se livrar dos arquivos, uma vez que eles são parte constituinte do Estado, se recorre à produção de uma memória oficial que mantenha

os mortos “em ordem”, produzindo visibilidades seletivas e zonas de oclusão; fazendo ressoar narrativas únicas, sobretudo aquelas que negam as dívidas. Embora o deslumbre com o censo de 1872 seja movido pela visibilidade que ele dá à população negra escravizada, essa visibilidade precisa ser revista à luz de outros referenciais, como os que pensam os arquivos da escravidão como uma exibição estranha de corpos violados (Hartman, 1997) e as formas de classificação como imiscuídas a experiências de violência (Das, 2007). Por isso, embora esse trabalho não procure recuperar essas histórias perdidas, ele é, ainda assim, um esforço em produzir o horror onde os arquivos oficiais produziram, através de números, estatísticas e dados, o deslumbre.

CAPÍTULO 3

O desaparecimento como um modo de gestão

Criada para o censo norte-americano de 1890 e importada ao Brasil para a realização do censo de 1920, a Tabulating Machine foi construída por Herman Hollerith, um engenheiro de minas formado pela Universidade de Columbia. Considerada a invenção que transformou o processamento de dados no mundo, foi prototipada em 1884 e apresentada na Exposição Mundial de 1889 em Paris, quando se tornou um negócio para Hollerith: a Tabulating Machine Company. Anos mais tarde, a empresa se tornaria, através de várias fusões, a IBM - International Business Machine Corporation -, conhecida por criar e comercializar os primeiros computadores do mundo e ser, ainda hoje, uma das gigantes empresas de soluções tecnológicas. Herman Hollerith era um funcionário técnico da repartição responsável por processar os dados censitários nos Estados Unidos desde 1879. Em 1880, essa foi uma atividade que demorou cerca de 8 anos para ser finalizada. No Brasil, a sistematização dos dados censitários de 1872, 1890 e 1900 não foram muito diferentes em termos de “morosidade”, como costumavam dizer as análises de pessoas envolvidas no processo.

Na máquina de tabulação de Hollerith, o buraco era o componente mais importante do processo de contagem e sistematização. Os funcionários da repartição eram responsáveis por ler os dados censitários e perfurar os cartões de acordo com as informações dadas nas listas preenchidas durante a fase de coleta. Assim, cada cartão deveria conter apenas os dados de uma única pessoa. Depois de perfurado, o cartão era preso a uma parte da máquina onde pinos metálicos passavam em busca desses buracos. Para acontecer o reconhecimento, Hollerith preencheu os furos com copos parcialmente cheios de mercúrio, assim haveria um encontro de tipo elétrico entre o pino metálico e o líquido de mercúrio. Quando em contato com um buraco cheio de mercúrio, o pino fechava um circuito, transmitindo impulsos para os mostradores. Desse modo, as contagens eram registradas na placa do contador. Capaz de classificar, subdividir, multiplicar, somar, comparar e operar recapitulações e conclusões, segundo a própria IBM (1988), a Tabulating Machine processou os dados do censo norte-americano de 1890 em apenas 2 anos e com uma economia de 5 milhões de dólares.

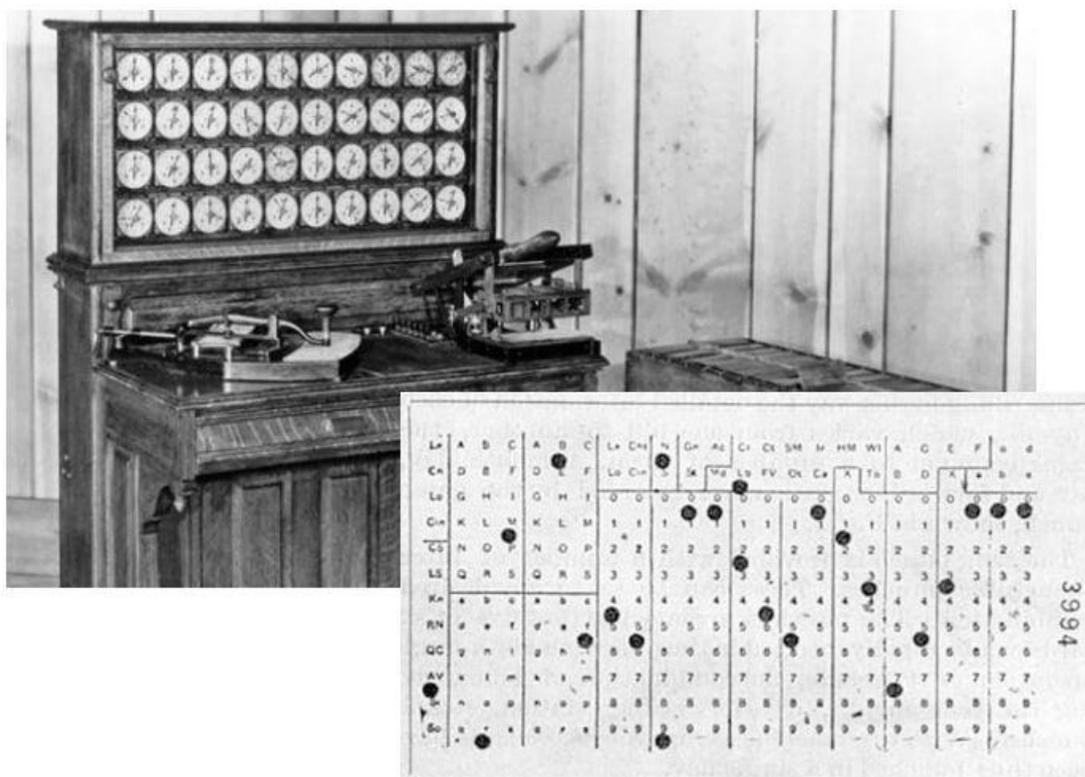


Fig. 7: Ícones do progresso: “o tabulador de cartões perfurados” no site da IBM⁶³.

Uma outra versão da máquina de Hollerith, a D11 tabulator, está exposta no United States Holocaust Memorial Museum em Washington. Usada para processar os resultados dos censos alemães durante o regime nazista, a máquina era dividida em três segmentos de atividade: perfuração, classificação e tabulação. Diferente da máquina de Hollerith exposta na página “Ícones do Progresso” da IBM, a máquina de Hollerith exposta no Museu do Holocausto nos conta uma outra narrativa sobre o processamento de dados censitários. Essa história foi contada por Edwin Black, em “IBM and the Holocaust” (2001), onde os cartões perfurados se tornam instrumentos da política de morte nazista. As máquinas capazes de ordenar extensas listas alfabéticas por profissão, bairro, sexo, se tornaram um recurso para a localização e perseguição de vítimas do holocausto. Sem essas máquinas perfuradoras e os cartões perfurados, como teria sido operacionalizada uma política de extermínio como essa, em tamanha escala?

Mas não só as máquinas de Hollerith que contavam e sistematizavam dados foram usadas para finalidades distintas daquelas para as quais haviam sido projetadas. Também as estatísticas, com suas descobertas em fins do século XIX a respeito da “correlação”,

⁶³ Acesse a página da IBM em: <https://bityli.com/sce5c>

sobretudo nos trabalhos de Francis Galton e Karl Pearson, se tornaram um poderoso instrumento de controle populacional. Como sugeriu Pearson em seu texto de 1901 a respeito da vida nacional a partir de uma perspectiva científica, o controle da reprodução deveria ser um trabalho do Estado e não um trabalho individual (Pearson, 1901: 59). Mais tarde, em uma fala citada por Porter em sua história do pensamento estatístico, Pearson diz que se o experimento de regeneração alemã não funcionasse, não seria por “falta de entusiasmo, mas, antes, porque os alemães estavam apenas começando seus estudos da estatística matemática em sentido moderno” (Porter, 1986: 303, tradução minha). Galton e Pearson ficaram conhecidos como os fundadores da moderna estatística, assim como as máquinas de Hollerith marcaram o início dos modernos censos.

As máquinas perfuradoras de Hollerith promoveram uma mudança radical no ofício censitário, como nos mostra Desrosières (2008). Se entre 1830 e 1850, começam a aparecer em diversos países as repartições especializadas em estatísticas públicas, com a criação e propagação das máquinas tabuladoras essas repartições passaram a funcionar como verdadeiras “oficinas industriais”. As máquinas eram operadas, em sua maioria, por mulheres, embora a profissão de estatístico tenha sido ocupada majoritadamente por homens. As informações, que antes eram encaminhadas para uma repartição central onde as sínteses numéricas demorariam anos e anos para serem realizadas, eram agora listas censitárias que se transformavam rapidamente em milhões de furos em papel. Mulheres sentadas lado a lado, perfurando mecanicamente, em um movimento repetitivo, em escala industrial, uma pilha de cartões. São as mãos invisíveis dos censos.

No Brasil, a máquina de Hollerith chegou em 1917 no Rio de Janeiro⁶⁴, pronta para ser usada na apuração dos dados daquele que ficou conhecido como o nosso primeiro censo moderno. Foram “100 máquinas para perfuração de cartões, 15 ditas denominadas verificadoras, 15 outras destinadas à perfuração de 10 cartões ao mesmo tempo (perfuradoras múltiplas), 11 para separação e 11 para a contagem dos cartões perfurados” (Brasil, 1922: 532-533), além de 44 milhões de cartões. Segundo o documento, foi também necessário fazer adaptações elétricas no local onde seriam instaladas essas máquinas, já que elas demandavam uma corrente elétrica contínua até então indisponível. O trabalho empreendido nessas

⁶⁴ É curioso que haja uma outra máquina mencionada como precursora da Tabulating Machine no Brasil, embora ela apareça como um aprimoramento da máquina de Hollerith. É o “classificador-contador-impressor” de Lucien March, usado na sistematização das estatísticas gerais da França. Essa era uma máquina, segundo Desrosières (ibid.), voltada para a edição de tabelas estatísticas de dupla entrada (tabelas de contingência, ou seja, de cruzamento de duas variáveis). A máquina de Lucien March é mencionada em um documento da DGE, no qual se diz que ela era usada pela diretoria já em 1917 na apuração do registro civil, “sem que se saiba mais disso” (Brasil, 1921b: 53-54 apud Senra, 2002, vol. 2: 508).

perfuradoras era realizado por mulheres conhecidas como “auxiliares de perfuração”⁶⁵, embora o trabalho “auxiliar” possa ser visto como uma das partes mais fundamentais do processo de registro: a inscrição. Se o ofício do pároco, dos juizes de paz e dos delegados de polícia no ato de registro civil, assim como dos recenseadores no ato de coleta, era a inscrição das informações das pessoas e famílias em atas e boletins, a atividade dessas mulheres era também a de inscrever as informações em um papel através do ato de perfuração.

Eram uma média de 200 cartões por hora, usando-se tanto a perfuradora normal, quanto a perfuradora múltipla, para o caso de categorias cuja resposta não variava. A máquina verificadora, operada por “auxiliares de verificação”, avaliava se a informação perfurada coincidia com as informações dada nos boletins censitários. Uma vez perfurados e verificados, os cartões passavam para a máquina separadora, que organizava os papéis de acordo com os grupos que seriam analisados nos estudos comparativos. Por fim, eram tabulados, ou seja, contados nas máquinas tabuladoras de acordo com os grupos pré-determinados de contagem. De acordo com esse minucioso processo, as informações parciais ou os erros poderiam ser mais facilmente identificados, já que a máquina de Hollerith rejeitava automaticamente cartões não-perfurados (Brasil, 1922: 534-535). Através da tecnologia da perfuração, foi possível driblar um dos problemas mais recorrentes na prática de coleta e sistematização de dados, que eram os erros e ambiguidades nas inscrições dos recenseadores.

Essas máquinas foram introduzidas no Brasil com o objetivo de resolver os problemas fundamentais que vinham assombrando a prática censitária desde suas primeiras ocorrências. A inexatidão dos dados censitários era fonte de frustrações por parte dos idealizadores e defensores das estatísticas públicas. A promessa de eficiência da Tabulating Machine vinha da rápida sistematização dos dados do censo norte-americano de 1890. De fato, em 1922 os primeiros resultados do censo de 1920 já estavam sendo divulgados no Brasil, com uma rapidez nunca antes vista. Mas embora as máquinas fossem mais rápidas na sistematização dos dados, e embora fossem capazes de identificar erros e faltas com mais agilidade, a Tabulating Machine não tinha ferramentas para resolver os problemas que identificava, descartando das contagens as fichas não-preenchidas de acordo com as instruções dadas. A ideia de que as máquinas de tabulação resolveriam os problemas dos censos está fundamentada na crença de que a parcialidade dos números censitários era fruto de deficiências na sistematização dos dados e não na coleta, nos boletins, nas categorias

⁶⁵ “As auxiliares das turmas de perfuração do censo demográfico conseguiram atingir a produção diária de 100.000 fichas, isto é, cerca de 800 a 1.000 cada auxiliar, em 4 horas de trabalho” (ibid.: 533).

estabelecidas ou na própria prática censitária. Junto com a Hollerith, são citadas as Dactyle, Triumphator, Madas e Burroughs, máquinas de calcular que prometiam precisão e exatidão rigorosas.

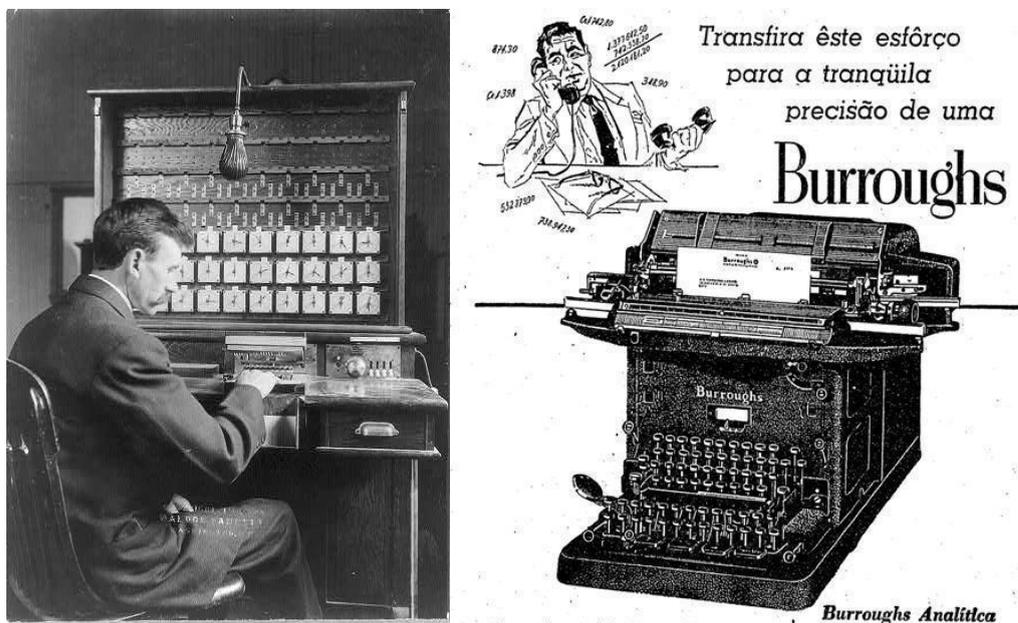


Fig. 8: Máquina de Hollerith para o censo norte-americano, Washington, 1908⁶⁶. Fig. 9: Propaganda de jornal da Companhia Burroughs do Brasil, 1956⁶⁷.

As figuras masculinas que povoam as imagens apresentadas nessa introdução aparecem como uma espécie de face pública dos números. São eles seus protagonistas, precursores, inventores e beneficiários. Homens que corporificavam a identidade nacional que se pretendia projetar ao mundo através dos números censitários, mas também um corpo que materializava o que se entendia como o mais próximo do rigor e da precisão, agora desempenhados pelas máquinas. Assim como a destreza das mãos das mulheres auxiliares de perfuração no exaustivo trabalho manual de perfurar 44 milhões de cartões não é contada como parte fundamental do processo censitário, seus corpos também não contam como síntese da ideia de Nação. A imagem que figura abaixo foi veiculada não apenas em diversas impressões midiáticas da época, mas também no relatório do recenseamento de 1920, em seu volume dedicado apenas aos dados populacionais já sistematizados (Brasil, 1922b). Os números expressos em tabelas sinópticas são retomados nessa imagem única, capaz de tornar

⁶⁶ Fotografia de Waldon Fawcett, disponível na Library of Congress e reproduzida no site Office Museum: <https://bityli.com/52Cgy>

⁶⁷ Publicada no Estadão. Disponível em: <https://bityli.com/Q7lix>

visível uma série de elementos importantes que se buscava projetar a respeito do Brasil naquele momento: a ordenação evolutiva da população que nos encaminhava para um imaginado “progresso civilizatório”; um ano de 1890 marcado por uma figura ambígua, talvez mestiça, mas envolta pelas indumentárias de uma elite, de modo que mal podemos identificar a cor da sua pele; um embranquecimento progressivo da população e uma nota em letras miúdas que avisa ao leitor: os números de 1776, 1808, 1819, 1830, 1854 e 1910 são apenas estimativas.



Fig. 10: A população do Brasil de 1776 a 1920. Recenseamento de 1920 (Brasil, 1922b)

Ao mesmo tempo em que as máquinas de Hollerith e a promessa de rigor e precisão foram trazidas ao Brasil para a realização do nosso primeiro “censo moderno”, em 1920, a passagem do século é também marcada por inovações nas práticas estatísticas, com o desenvolvimento das correlações e das regressões, que irão influenciar a maneira com que as análises são empreendidas. As correlações são uma operação numérica que coloca variáveis em relação através de uma série de experimentos realizados por Francis Galton a respeito da hereditariedade e, mais tarde, por Karl Pearson, em fins do século XIX e início do século XX. Como pretendo mostrar ao longo desse capítulo, a administração de correlações estatísticas encontra ecos na política de embranquecimento racial como prática de controle populacional no Brasil. Esse controle passava também por uma seleção das variáveis em visibilidade nos

dados censitários. Assim, se essas figuras masculinas nos mostram a face pública dos números, existe a face oculta, tornada não-visível nessas operações, assim como as mãos invisíveis do censo de 1920. Esse capítulo é um esforço em etnografar essas ausências e desaparecimentos como uma modalidade de gestão do Estado.

Em sua tese, Freire (2019) nos fala sobre como a crise de saúde pública funciona como um modo de produção ativo da escassez. A escassez aparece em seu trabalho como um efeito das ausências recorrentes do Estado produzidas por ele mesmo. Segundo Freire, a narrativa de que nunca há recursos o suficiente é um efeito da performance dessa condição. Assim, a saúde não é gerida apesar da escassez, mas através dela. A ausência do Estado aparece como forma de decidir quem vive e quem morre, uma necrogovernança performada. Embora apareça de forma mais evidente quando estamos falando de políticas de saúde pública, a gestão de dados e, mais especificamente, a produção incessante de uma falta de dados, sustenta um modo de administração de populações. Os números que se perdem, não se perdem ao acaso. Eles são ativamente suprimidos da forma final. Produzem um efeito importante no quadro de imaginários e narrativas sobre a Nação. Mas isso não acontece apenas com a desaparecimento de uma categoria, como a raça ou a cor nos censos populacionais. É preciso uma engenharia governamental inteira para administrar os números e os imaginários que eles são capazes de criar.

Nesse capítulo, trato de uma série de desaparecimentos. Primeiro, passo pela dissolução da Diretoria Geral de Estatística depois da divulgação dos dados do censo de 1872. Segundo a literatura, a DGE foi extinta depois de cumprida a sua função primordial: estimar o custo das alforrias de escravos e fazer projeções sobre o trabalho assalariado e livre (Diniz, 2016; Camargo, 2018). Naquele momento, a prática censitária prescindia, com a extinção da DGE, da repetição e da recorrência dos recenseamentos, o que impossibilitava a comparação a longo prazo dos dados populacionais. Quando o censo é, finalmente, reiniciado em 1890, depois de quase 20 anos de espera, as categorias em visibilidade já não são as mesmas. Embora o censo de 1890 tenha sido conhecido por sua quantidade expressiva de perguntas nos boletins de coleta, sua divulgação é marcada pela demora e por diversos tipos de lacunas, faltas e improvisos. Por fim, trato do desaparecimento da categoria de cor/raça nos censos de 1900 e 1920, assim como a simplificação dos quadros sinópticos já em 1890. A proposta desse capítulo não é acompanhar uma cronologia de recenseamentos, apesar de seguir certa linearidade que vai de 1890 a 1920. Pretendo mostrar, através dessa etnografia de desaparecimentos, como a ausência é um modo ativo de gestão dos números e do que eles tornam visível ou fazem desaparecer. Esse esforço é inspirado, sobretudo, no trabalho de

Ferreira (2011) a respeito da constituição e da gestão da categoria de “desaparecimento” e de seu enquadramento enquanto um “problema”. Diferente de Ferreira, nesse trabalho não me deparei com o desaparecimento como uma categoria nativa, mas produzi o desaparecimento como um problema analítico através da ficcionalização de muitas formas de ausência que foram aparecendo em meu trabalho com documentos e arquivos.

O desaparecimento da Diretoria Geral de Estatística e a sobrevida dos números

Em 1879, quatro anos depois de divulgados os resultados do recenseamento de 1872, a Diretoria Geral de Estatística, instituição responsável pelas atividades censitárias, é extinta⁶⁸. Suas responsabilidades passam a ser parte de uma seção da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, ao mesmo tempo em que as estatísticas comerciais se tornam incumbência de uma repartição especial dentro do Tesouro Nacional. A dispersão das atividades de coleta e organização de dados estatísticos em diversas repartições do Estado tem um efeito: desorganiza a produção de novas estatísticas e, de alguma forma, reflete um momento de profunda desorganização da máquina governamental. Não sem efeito, depois de promulgado o decreto que extinguiu a DGE, diversas interpretações surgiram do que deveriam ser as atividades estatísticas dali em diante. Visconde de Prados, membro do Conselho de Estado, escreve uma análise na qual discute apenas o uso do verbo “harmonizar” no decreto (“o Governo lhe dêr, harmonisal-a-ha com a Repartição creada pelo art. 17 da Lei n. 2792 de 20 de Outubro de 1877”). Segundo ele, o verbo harmonizar pressupõe a coexistência de duas repartições distintas e não a extinção de uma delas ou a fusão de ambas. É apenas em 1881 que as atividades da DGE passam a ser realizadas por uma seção da Diretoria de Secretaria dos Negócios do Império⁶⁹, enquanto as estatísticas comerciais são mantidas sob responsabilidade do Tesouro, já que mobilizavam outro tipo de registro, realizado nas alfândegas. Na narrativa produzida por Nelson Senra (2006, vol. 2: 523), responsável por construir uma história das estatísticas brasileiras encomendada pelo IBGE, o rebaixamento das atividades censitárias a uma mera seção, mantendo todas as responsabilidades que tinha até então, ou seja, realizar os censos populacionais com um quadro de funcionários reduzido, espaço físico menor e orçamento precário, nos mostra uma

⁶⁸ Lei 2.940 de 31 de outubro de 1879 que extinguiu a Diretoria Geral de Estatística: “*Paragrapho unico.* Fica suprimida a Directoria Geral de Estatistica. Os empregados respectivos formarão uma Secção da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio ou da Fazenda, que se incumbirá do serviço que estava a cargo daquella Directoria. Na organização que o Governo lhe dêr, harmonisal-a-ha com a Repartição creada pelo art. 17 da Lei n. 2792 de 20 de Outubro de 1877.”

⁶⁹ Decreto n. 8.341 de 17 de dezembro de 1881.

contradição. Pretendo argumentar, no entanto, que esses desmontes, reduções e simplificações fazem parte de uma prática de Estado, uma modalidade de gestão que opera justamente a partir das faltas.

No relatório escrito em 1883 por Luiz Henrique Pereira de Campos, membro das repartições de estatística que permanece vinculado à instituição de 1874 até, pelo menos, 1901, o autor defende a continuidade das atividades censitárias através da DGE com base no argumento de Moreau de Jonnés, responsável pelas estatísticas francesas no início do século XIX e uma das vozes mais expressivas da teoria estatística como prática de Estado. De acordo com seu entendimento da ciência estatística, o seu papel no seio de uma Nação seria o de “representar fatos sociais, naturais e políticos em termos numéricos”, para que “da cifra se passe ao texto” (apud Senra, 2006, vol. 2: 524). Há, portanto, uma defesa dos números como suporte de autoridade e autorização à fala. Essa ideia, muito difundida pelos fundadores da ciência estatística, pretendia conferir aos números lugar de centralidade nas decisões de Estado. A estatística como estadística, uma ciência de governo, tinha suas próprias regras de operação para funcionar enquanto ciência, mas quando transposta para o campo das práticas governamentais, ou seja, em seu processo de estatização (Souza Lima, 2002), acabava sendo transformada. No que diz respeito aos recenseamentos, por exemplo, era fundamental para a teoria estatística que houvesse recorrência na recolha e sistematização de dados, de modo que uma análise longitudinal pudesse ser feita a respeito dos movimentos populacionais. Para que isso acontecesse, a continuidade da DGE tinha um papel imprescindível. Campos menciona em seu relatório a insensatez daqueles que não entendiam a importância das atividades de coleta e sistematização de dados como uma prática recorrente:

Parecia a alguns espíritos menos refletidos e estranhos inteiramente a semelhantes estudos, que, feito o recenseamento da população, já não tinha razão de ser a Repartição de Estatística, como se o recenseamento da população, trabalho por sua natureza interessante e um dos que mais dificuldades oferece, constituísse por si só o serviço estatístico de uma Nação. É admirável, é insensato até, mas infelizmente muitos assim o pensavam. (RESOLUÇÕES..., 1939, p. 338 apud SENRA, *ibid.*: 524)

Em 1883, Campos é convidado a conceder um discurso na Escola da Glória, publicado no ano seguinte⁷⁰. Com paixão, defende a estatística como uma prática de governo a ser constantemente produzida, argumentando que não bastava “saber qual a população do

⁷⁰ Sob o título “Repartição de Estatística: histórico, estado atual dos trabalhos, reorganização. Conferência feita na Escola da Glória, na Augusta presença de S. M. o Imperador, em 2 de setembro de 1883”, citada integralmente por Senra (2006, vol. 2).

país, é indispensável indagar qual o seu movimento”. Segundo ele, a estatística seria “um estudo tão necessário à vida pública dos povos como à sua vida privada; é por seus trabalhos, suas investigações que os grandes interesses do Estado são elucidados, aprofundados e conhecidos; suas cifras ministram os melhores argumentos”. Sua defesa de uma Repartição de Estatística reconhecida por seus méritos e serviços se fundamenta em sua compreensão dos números como produtores ativos de argumentações, embora o trabalho das estatísticas não esteja nunca completo, mas seja sempre algo a ser retomado e continuado. Esse papel da produção contínua de dados é fundamental para pensar a fabricação contínua também do Estado enquanto um efeito dos números públicos. A repetição e a rotinização de práticas de coleta e sistematização de dados é parte da engenharia de literalização das metáforas de coesão e unidade estatais, um trabalho continuamente em produção. Como argumenta Bourdieu (2012), o nascimento do Estado acompanha a acumulação de capital informacional. Assim, a prática de produzir dados de forma recorrente é também a prática de produzir Estado.

Segundo a literatura historiográfica, o censo de 1872 tinha alguns objetivos muito específicos, que, uma vez cumpridos, tornavam desnecessária a continuidade e recorrência das coletas. Diniz (ibid.) sugere que a função do censo de 1872 era contabilizar a população escrava para estimar o quanto custaria financiar suas alforrias. Já para Camargo (ibid.), a dissolução da DGE nos mostra como o censo cumpriu seu objetivo primordial, o de fazer projeções sobre o trabalho livre e as condições necessárias para a extinção da escravidão, bem como mensurar os impactos da lei do Ventre Livre, aprovada em 1871. Para além dessas análises que se orientam para finalidades mais específicas da produção de dados, o censo de 1872 teve também papel importante na pragmática de Estado, materializando fantasias de coesão que brotavam das desastrosas tentativas imperiais de produzir integração territorial e populacional em um território vasto e povoado por diversidades étnicas, regionais, raciais. Uma vez realizada a coleta, ou seja, uma vez estruturados os canais administrativos e os corpos institucionais, o censo também teria realizado uma outra função importante, a de produzir integração através das instituições vinculadas à prática censitária.

Temos visto de maneiras diferentes como as disfuncionalidades dos números e das instituições a eles associadas fazem parte das atividades de produção das estatísticas oficiais. São dados que não funcionam como o esperado, seja porque não foram coletados de acordo com as regras pré-estabelecidas, seja pela demora ou pela falta de sistematizações e análises, seja, ainda, pela precariedade das instituições responsáveis pela sua elaboração. Ainda assim, temos também visto como esses números participam ativamente de argumentações e de

decisões oficiais a despeito (ou através) das suas imprecisões, incompletudes e incertezas. A extinção da DGE, foi, na realidade, uma redução de seu tamanho e centralidade depois de divulgados os dados do recenseamento de 1872. Esse é um momento expressivo de desmonte das atividades censitárias como uma prática recorrente de coleta e sistematização, mas não de desmonte das estatísticas como uma prática de produção do Estado.

A redução da Diretoria Geral de Estatística a uma mera seção, depois de publicados os dados do censo de 1872, impulsiona um debate muito amplo sobre qual é o lugar dos números públicos entre as práticas administrativas de Estado. Reduzida em termos físicos, funcionais e orçamentários, a DGE foi desmontada, mas seu desmonte não implica em um desmonte das estatísticas. Pelo contrário. Com a redução da diretoria, os números públicos se destacam de seus contextos de produção, ganhando uma sobrevida própria. A ideia de que os números censitários se tornam uma propriedade coletiva difusa, ao invés de uma propriedade concentrada em algum indivíduo ou instituição, nos lembra o debate de Mbembe (2002) a respeito dos arquivos. Para ele, os documentos arquivados funcionam como uma espécie de enterro, no qual as coisas são tiradas da vida para serem inseridas em um novo universo narrativo. Nesse ato de ‘dispossession’, as coisas passam a pertencer a ninguém, se tornam um “domínio público”. A propagação dos dados censitários, a despeito da DGE, também coloca os números para circular em novos espaços e tecer novas relações, propagando narrativas.

Ao longo do processo de extinção da DGE, os dados de 1872 se transformariam em uma série de outros documentos até pelo menos 1889, um ano antes da realização do censo seguinte. Alguns dos documentos de grande circulação foram “O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876” (Brasil, 1875), onde os dados do censo foram apresentados ao público internacional, e em “Le Brésil en 1889: avec une de l'empire en chromolithographie, des tableaux statistiques, des graphiques et des cartes” (Santa-anna, 1889), um catálogo escrito para a Exposição Universal de Paris que aconteceu em 1889. Assim, apesar da extinção da repartição responsável por formular e sistematizar esses dados, é possível dizer que os números continuam a se propagar. Independente da instituição a partir da qual foram gestados, os números públicos ganham autonomia para tecer novas relações. Sua existência enquanto dados públicos é o que permite sua ampla circulação.

Os números públicos nas Exposições Universais

Apesar de realizado em 1872, os dados do recenseamento demoram a aparecer nas exposições universais, sendo apresentados apenas em 1876. Mas já em 1873, o Império do

Brasil participava da Exposição Universal de Viena, à época capital do Império Austro-Húngaro. Essas exposições eram marcadas pela ode à inovação, industrialização e modernização, ao mesmo tempo em que projetavam e produziam esses ideais⁷¹. Uma espécie de feira das artes e das ciências, a exposição daquele ano tinha como tema “Kultur und Erziehung” - Cultura e Educação. Vale notar que o conceito de “kultur” alemã guarda uma especificidade distinta do conceito de “civilização” empregado, sobretudo, por franceses, como argumenta Elias (1994). Enquanto a civilização indica um movimento contínuo para frente que unificaria todos os povos, kultur é o próprio marcador das diferenças entre as produções humanas. Kultur faz referência aos fenômenos intelectuais, artísticos e religiosos que irão se tornar as características centrais das identidades nacionais. Para a exposição em Viena, foi erguido um conjunto de edifícios que tinha como peça central a Rotunda. Com 8 mil metros quadrados e 84 metros de altura, esse monumento era considerado uma das maiores estruturas em forma de doma do mundo. Inspirada no renascimento italiano, a obra arquitetônica lembrava mesmo a Villa Rotunda do arquiteto Andrea Palladio, inspirada no Panteão de Roma (Ree et. al., 1992). As analogias não são fortuitas. Em um momento de produção e projeção de identidades nacionais, marcadas pela “kultur” como um modo de ser, Viena apresentava ao mundo suas heranças ao mesmo tempo em que projetava seu futuro como uma grande Nação.

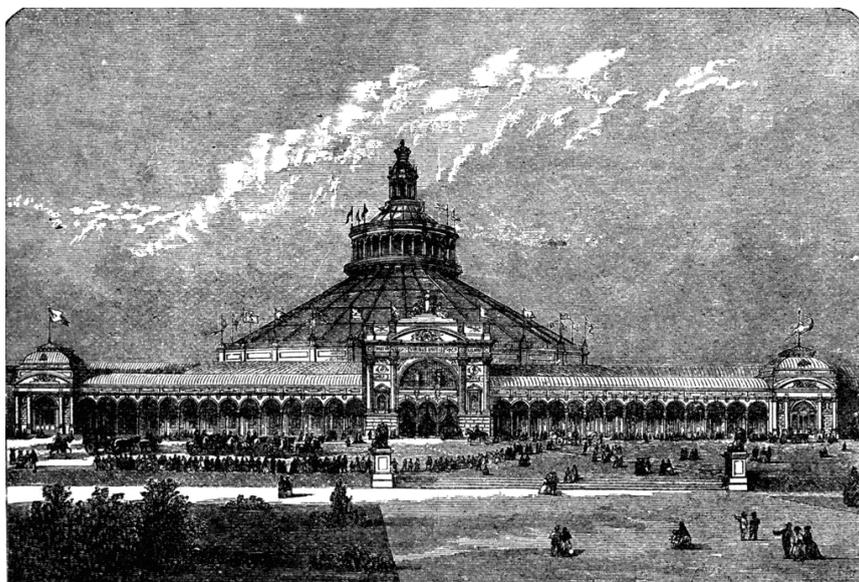


Fig. 11: Rotunda na Exposição Universal de Viena, 1873⁷².

⁷¹ Para um debate mais aprofundado sobre o papel das exposições universais, ver os trabalhos de Pesavento (1997), Schwarcz (1998) e Sanjad (2017), entre outros.

⁷² Albert Ellery Berg, *The Universal Self-Instructor* (New York: Thomas Kelly, Publisher, 1883). Disponível em: <https://bitly.com/rcUKJ>

O Império do Brasil também ergueu os seus próprios monumentos para as exposições universais⁷³. O documento “O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d’Austria” (Brasil, 1873) pretendia descrever as potencialidades do país e estimular a imigração de estrangeiros, como sugere sua advertência inicial: “tendo-se por alvo principal tornar bem conhecido o Império do Brasil e esclarecer o immigrante, procurou-se com todo o cuidado dizer somente a verdade” (ibid., s.p.). O documento se parece em muitos aspectos com a Breve Notícia de 1867, escrita para a Exposição Universal de Paris alguns anos antes (Brasil, 1867). É, inclusive, mencionado que os dados populacionais transcritos não são os do recenseamento de 1872, que, apesar de já coletado, não havia sido sistematizado até então. Nas tabelas, encontramos as mesmas contagens em 1867 e 1873, 6 anos depois. Nenhuma delas baseada em uma coleta unificada de dados, mas em uma montagem de diferentes números públicos, cujas fontes não são reveladas.

PROVINCIAS	POPULAÇÃO		
	TOTAL	LIVRE	ESCRAVA
Grão-Pará	350,000	325,000	25,000
Maranhão	500,000	450,000	50,000
Piauí	250,000	230,000	20,000
Ceará	550,000	520,000	30,000
Rio Grande do Norte	240,000	235,000	5,000
Parahyba	300,000	260,000	40,000
Pernambuco	1.220,000	970,000	250,000
Alagoas	300,000	250,000	50,000
Sergipe	320,000	285,000	35,000
Bahia	1.450,000	1.170,000	280,000
Espírito-Santo	100,000	90,000	10,000
Rio de Janeiro e Munic. neutro	1.850,000	1.550,000	300,000
S. Paulo	900,000	825,000	75,000
Paraná	120,000	110,000	10,000
Santa Catharina	200,000	190,000	10,000
Rio Grande do Sul	580,000	550,000	30,000
Minas-Geraes	1.600,000	1.440,000	160,000
Mato-Grosso	100,000	95,000	5,000
Goyaz	250,000	240,000	10,000
Amazonas	100,000	95,000	5,000
	11.280,000	9.880,000	1.400,000
Indigenas errantes	500,000	500,000	
Somma	11.780,000	10.380,000	1.400,000

PROVINCIAS.	POPULAÇÃO.		
	TOTAL.	LIVRE.	ESCRAVA.
Amasonas	100.000	95.000	5.000
Para	350.000	325.000	25.000
Maranhão	500.000	450.000	50.000
Piauí	250.000	230.000	20.000
Ceará	550.000	520.000	30.000
Rio-Grande do Norte	240.000	235.000	5.000
Parahyba	300.000	260.000	40.000
Pernambuco	1.220.000	970.000	250.000
Alagoas	300.000	250.000	50.000
Sergipe	320.000	285.000	35.000
Bahia	1.450.000	1.170.000	280.000
Espírito-Santo	100.000	90.000	10.000
Rio de Jan.º e Municipio da corte	1.850.000	1.550.000	300.000
S. Paulo	900.000	825.000	75.000
Paraná	120.000	110.000	10.000
Santa Catharina	200.000	190.000	10.000
Rio-Grande do Sul	580.000	550.000	30.000
Minas-Geraes	1.600.000	1.440.000	160.000
Mato-Grosso	100.000	95.000	5.000
Goyaz	250.000	240.000	10.000
	11.280.000	9.880.000	1.400.000
Selvagens	500.000	500.000	
Somma	11.780.000	10.380.000	1.400.000

Fig. 12: Dados apresentados na Exposição de Paris em 1867 (esq.) e na Exposição de Viena em 1873 (dir.)

⁷³ “Com o primeiro censo da população, executado em 1872 no vasto território do Brasil, se poderá dizer que a **Diretoria Geral de Estatística levantou um verdadeiro monumento** digno de figurar entre os melhores de seu gênero” (CAMPOS apud SENRA, 2002, vol. 1: 531, grifo meu).

A falta de atualização e de precisão dos dados populacionais sugere que o papel desses documentos nas exposições universais era menos o de apresentar um retrato preciso do Brasil em termos numéricos e mais o de acionar o empreendimento estatístico como recurso de afirmação do Império enquanto uma nação desenvolvida. Assim, o que os números atestavam não era o contingente populacional do país, mas a capacidade do Estado em administrar sua população e seu território. Essa demonstração de capacidade administrativa do Império funcionava através da escassez dos seus dados. Como sugerem Freire e Castro (2022), em sua introdução ao dossiê a respeito da precariedade e escassez no sistema público de saúde, a gestão através da escassez opera uma seleção das vidas que importam, distribuindo de maneira desigual os recursos do Estado. De maneira análoga, a gestão dos dados através da escassez também seleciona as informações que importam, distribuindo-as de forma a garantir a propagação de determinadas narrativas. Esses documentos, apresentados nas exposições universais, são, antes de mais nada, montagens (Le Goff, 1996). Produzem uma imagem a ser projetada e carregam consigo a preocupação com o futuro. Através dessa perspectiva de Le Goff, que entende os documentos não como índices de algo exterior ou como um testemunho dos fatos, mas como montagens tornadas monumentos pelas forças de consolidação de certas narrativas, é possível pensar de que maneira os números participaram como elementos persuasivos das projeções imperiais nessa exposições.

Depois de 1873, o Brasil retorna às feiras internacionais em 1876, com seus números populacionais atualizados. Realizada na Filadélfia, nos Estados Unidos, a Exposição Universal de 1876 foi o palco onde o Império apresentou, pela primeira vez, os dados de 1872. Nesse documento, a advertência inicial indicava que, dessa vez, os colaboradores “tiveram por timbre dizer a verdade com singeleza” (Brasil, 1876: s.p.), em contrapartida ao “dizer somente a verdade” de 1873 e ao “apresentar um apanhado imperfeito” que abre o documento de 1867. Essa passagem gradual de um apanhado imperfeito à verdade singela é interessante para pensar como os dados se constituíram como tecnologias de confiança (Porter, 1995) que não implicavam apenas em expor a “verdade”, mas em produzir um discurso calibrado, cujo timbre e o tom importavam. Ao pensar no papel retórico das estatísticas, Lawson e Lovatt (2021) ressaltam a importância de analisar a maneira com que os dados são comunicados e não apenas produzidos, conferindo credibilidade e confiabilidade a certos discursos e obliterando, muitas vezes, as maneiras seletivas e estratégias com que os números são lançados nas discussões políticas. Assim, ao mesmo tempo em que a retórica estatística projeta certas narrativas, ela cria também um tipo de locutor confiável. Como

sugere Aviles (2016), a retórica realista dos números enseja uma auto-representação de que os responsáveis por analisar e comunicar os dados são apenas especialistas desinteressados.

Nos documentos exibidos nas exposições universais, as tabelas populacionais apresentadas não têm movimento, passagem ou comparações, apesar das defesas, como a de Campos, de que o que os censos proporcionavam de mais valioso era a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento da população através de uma análise longitudinal dos dados. Essas tabelas estáticas prescindem da historicidade, um dispositivo que, segundo Lawson (ibid.), conectaria estatística e verdade. Segundo ele, a “desistoricização” omitiria as formas de produção dos números, de modo que eles se apresentariam como fatos diretamente conectados à realidade. Essa operação tem sido usada para mascarar os diferentes níveis de produção dos dados em debates públicos, que os transformam mais em produto do que meio. Tornar a informação estática, de maneira que ela possa ser vista em uma única mirada, cumpre também papel importante nas exposições universais, o de tornar esses dados passíveis de comparação com os dados de outros países. A análise de Pereira (s.d.) é elucidativa nesse sentido ao mostrar como as operações de comparação e classificação marcavam as exposições universais. Assim, através da comparação entre diferentes estandes, gigantescos edifícios e belíssimos jardins, as nações poderiam ser hierarquizadas em sua demonstração pública de adesão à civilização.

Apesar de os números apresentados nas exposições universais não terem qualquer compromisso com a precisão e atualidade dos dados, eles aparecem como instrumentos retóricos de poder administrativo e prestígio, afirmando o Brasil entre as nações desenvolvidas. Em sua etnografia, Onto (2019) nos mostra de que maneira artefatos, como as tabelas e gráficos, são mobilizados para sustentar processos decisórios porque se tornam não apenas a representação de um mundo, mas um próprio mundo a ser analisado e negociado. Assim, os artefatos gráficos seriam usados como subsídio para a tomada de decisões porque apresentariam ao analista um mundo no qual não haveria ambiguidades. É justamente a contenção das ambiguidades, para Gupta (2012), o que torna a estatística um dos principais gêneros narrativos e administrativos do Estado. No entanto, o que temos visto é que os dados estatísticos não se fazem sempre de números cujas ambiguidades são contidas, mas também de números cujas ambiguidades são transformadas em oportunidades. Assim, dados desatualizados, aglutinados de diferentes fontes, desassociados de suas condições de produção e cheios de ambiguidades continuam a se propagar, sem que isso comprometa a sua eficácia enquanto uma forma que persuade; um dispositivo retórico capaz de produzir poder, controle, pertencimento. São números apresentados em tabelas nem sempre inéditas e

projeções que se fazem também na falta de ineditismo dos dados. Números que falam a partir das incertezas e que, como veremos a seguir, operam reduções e simplificações em sua transformação em dados públicos.

O censo extenso e os dados enxutos de 1890

Sob o decreto de n. 659, de agosto de 1890, é instituído o segundo recenseamento unificado do Brasil, depois de quase vinte anos de espera. Conta, Francisco Mendes da Rocha⁷⁴, na introdução aos quadros sinópticos do censo (Brasil, 1898), que a prática foi marcada pela morosidade e ausência de dados. O número de paróquias que haviam deixado de enviar as informações compiladas se somou à demora na remessa dos boletins impressos, que não chegaram a tempo da data de coleta em algumas localidades, como foi o caso do Rio Grande do Sul. Nos estados da Bahia e em Minas Gerais, foram dezenas de paróquias onde o censo não aconteceu. Em 1890, a unidade de coleta seguia sendo a paróquia, apesar das novas demarcações territoriais dos Estados e Municípios sob o regime republicano. Os boletins de preenchimento do censo, em contrapartida, passaram por alterações importantes. Ainda deveriam ser respondidos pelo chefe da família e a unidade de gestão continuava sendo o fogo, ou seja, a casa do chefe. A definição de família no decreto havia sido copiada e colada do recenseamento de 1872, mas os boletins, agora não mais organizados em listas de família, se subdividiam em três seções: informações individuais, o indivíduo na família e o indivíduo na sociedade⁷⁵. Essa compreensão de indivíduo, ao mesmo tempo segmentada e estendida, nos mostra como a prática censitária participou da produção de uma subjetividade necessária aos novos modelos de trabalho assalariado. Diferente do censo de 1872, onde as pessoas assumiam o lugar de seus títulos e posições, em 1890 a família e o social apareciam como esferas distintas de um fabricado indivíduo autônomo.

Uma mudança também interessante do censo de 1890 foi a dupla aparição da categoria que define o pertencimento a um Estado-Nação, duplicada como “naturalidade” no boletim de informações individuais e como “nacionalidade” no boletim de relações sociais. No primeiro caso, se declarava o local de nascimento e a naturalização de estrangeiros, ou seja, a adoção da identidade brasileira em seus registros. Já na categoria de “nacionalidade”, a instrução é que fosse preenchida com aquela atribuída no nascimento ou a adotada através de

⁷⁴ Diretor da DGE de 1894 a 1901 e responsável por realizar o recenseamento de 1900 (SENRA, 2006, vol.2: 170).

⁷⁵ Os três modelos de boletins de coleta de 1890 podem ser acessados no site do IBGE. Estão disponíveis no catálogo: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=5913&view=detalhes>.

processos de naturalização. A categoria duplamente em visibilidade sugere a centralidade do vínculo entre identidade e território em um momento em que a gramática do Estado passava a incorporar cada vez mais o nacionalismo como uma insígnia de pertencimento e domínio. Como sugere Benedict Anderson (2013) ao se perguntar como pode um Estado imperial se transformar em um Estado-Nacional, o nacionalismo se solidificou como gramática de Estado na medida em que compreensões unificadas e totalizantes do território e da população foram se tornando cada vez mais possíveis através de práticas unificadoras como as de recenseamento, cartografia e massificação da imprensa.

No Senado da República, no ano do recenseamento de 1890, um dos debates mais significativos entre senadores era o da adoção da nacionalidade brasileira por estrangeiros, sobretudo depois do decreto 58-A de 14 de novembro de 1889, que declarava todos os estrangeiros que residissem no Brasil em 15 de novembro de 1889, cidadãos brasileiros. Em uma das sessões, os senadores se posicionaram a favor da adoção da nacionalidade brasileira desde que essa fosse declarada através dos boletins do recenseamento e não presumidas. Como sugerem alguns, “a Constituição adotou o princípio de concluir-se do silêncio do estrangeiro que ele adotava a nacionalidade brasileira” (Brasil, 1926: 514). Ao mesmo tempo em que a nacionalidade era um problema que dava seus contornos às definições de indivíduo, ela também delineava as definições de Estado, já que dava um rosto e, sobretudo, uma cor, ao corpo nacional. Por isso, controlar as identidades através da prática censitária era também uma forma de controlar os limites e as extensões de uma Nação em construção.

Conhecido como um censo extenso, não há exatamente um consenso sobre qual foi o número exato de perguntas feitas aos entrevistados em 1890. Senra (2006, vol. 2: 171) menciona 39, enquanto outras fontes sugerem 19 ou 21 questões. Na introdução aos quadros sinópticos do recenseamento de 1890, publicado apenas 8 anos depois da coleta, em 1898, Mendes da Rocha, então presidente da recém-reconstituída DGE, tece elogios aos recenseamentos franceses, que teriam reduzido drasticamente o número de perguntas nos boletins de coleta. Segundo ele, “a França em seus boletins (...) inseriu apenas o nome; o sexo, a idade, o lugar do nascimento, a nacionalidade, o estado civil, a profissão, a residência e o número de filhos por família” (Brasil, 1898). Em contrapartida à simplicidade das perguntas francesas, aqui, o censo vivia uma profusão. As perguntas eram divididas em três boletins. De acordo com o autor, o excesso de questões atrapalhava a coleta. Embora a recolha de dados tenha se multiplicado, os números censitários vieram a público de forma simplificada e fragmentada, um modo *a la francesa* de apresentar os dados. Depois de muita pressão parlamentar, conta Senra (ibid.), foram publicados pouco a pouco os primeiros

números compilados de Palmas (1892), Distrito Federal (1895) e do estado de Alagoas (1898). O custo elevado para as publicações por estado foi mencionado por Mendes da Rocha, que, como presidente da DGE⁷⁶, determinou que só se publicariam volumes de cunho federal dali em diante. Em 1898, a “Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890” (Brasil, 1898) foi publicada, 8 anos depois. Escrita em português e francês, a sinopse apresenta uma quantidade muita reduzida de informações quando comparada ao recenseamento de 1872, sobretudo considerando as reclamações do diretor sobre a extensão dos boletins de coleta. Para se ter uma ideia, os quadros gerais de 1872, que continham as informações sintetizadas de toda a população, eram divididas em duas tabelas (livres e escravos) e 6 ou 8 variáveis que chegavam a quase 40 categorias. Já o quadro geral da população referente aos dados de 1890 ocupou apenas uma página e 5 colunas: Estados, Municípios, Distritos, Paróquias, População, subdividida em Homens, Mulheres e Total.

QUADRO GERAL
TABLEAU GÉNÉRAL

ESTADOS E DISTRICTO FEDERAL États et District Fédéral	NÚMERO DE MUNICÍPIOS NOMBRE DES MUNICIPES	NÚMERO DE DISTRITOS NOMBRE DES DISTRICTS	NÚMERO DE PARÓQUIAS NOMBRE DES PAROISSES	POPULAÇÃO POPULATION		
				HOMENS HOMMES	MULHERES FEMMES	TOTAL TOTAL
				Alagoas.....	33	107
Amazonas.....	16	103	24	80921	66994	147915
Bahia.....	110	293	199	960270	959532	1919802
Ceará.....	84	186	92	394909	410778	805687
Distrito Federal.....	1	29	21	293657	228994	522651
Espírito Santo.....	14	57	27	69813	66184	135997
Goyaz.....	31	78	57	112383	114989	227372
Maranhão.....	47	118	58	212386	218268	430654
Matto Grosso.....	12	31	17	47196	45631	92827
Minas Geraes.....	117	744	336	1627461	1556638	3184099
Pará.....	52	88	81	166337	162098	328435
Paralyba.....	41	121	47	219833	237399	457232
Paraná.....	35	71	43	128209	121282	249491
Pernambuco.....	62	252	85	903555	526669	1030224
Piauly.....	33	72	34	133797	133902	267699
Rio Grande do Norte.....	36	89	36	130712	137361	268073
Rio Grande do Sul.....	63	260	99	459118	438337	897455
Rio de Janeiro.....	46	191	134	445673	431211	876884
Santa Catharina.....	22	71	55	141989	141780	283769
S. Paulo.....	136	215	170	708011	676742	1384753
Sergipe.....	33	60	34	150892	160034	310926
A União..... L'Union	1024	3236	1883	7237932	7095983	14333915

Fig. 13: Quadro geral do recenseamento de 1890 (Brasil, 1898: 12)

⁷⁶ Reestruturada em 1890 sob o decreto n. 113-D, quando a diretoria recebe um novo regulamento e suas atribuições são novamente ampliadas.

Embora os quadros por Estado desse documento, seguintes aos quadros gerais, apresentem informações um pouco mais detalhadas, muitas das categorias que constavam nos boletins de coleta não aparecem nas tabelas sistematizadas. Por exemplo, a lógica de sistematização por Estados é a mesma do quadro geral: são apresentados os números de municípios, distritos, paróquias, homens e mulheres. Sexo, raça, estado civil, instrução e outras informações coletadas constam apenas nos compilados regionais, como os Estados que tiveram os seus dados divulgados anteriormente (Palmas, Distrito Federal e Alagoas), e não nos dados gerais do Império. Mesmo enxuto, o quadro geral é um artefato que nos mostra, em uma única vista, tudo aquilo que precisava ser, de fato, visto. Apesar da profusão de perguntas, a apresentação gráfica dos dados censitários é minimalista. A simplificação opera uma redução das diferenças internas, mostrando ao mundo uma população homogênea, sem que marcadores da diferença, como raça e instrução, venham a público macular a ideia única de população. Não à toa, se a categoria de raça e a categoria de condição organizavam todas as informações populacionais nos quadros gerais de 1872, na Synopse de 1898 elas sequer aparecem. O desaparecimento da categoria de raça é progressivo, já que até 1920 ela será completamente banida dos boletins de coleta. Por hora, basta dizer que a homogeneidade dos dados via simplificação sugere uma minuciosa gestão de identidades em visibilidade.

O trabalho de Foucault (2008) a respeito da criação da população como inauguração de uma nova forma de governo sugere, justamente, que os dispositivos de segurança acionados nesse modo de gestão operariam em um nível de detalhes diferente. Se a disciplina funcionava isolando os espaços, determinando os segmentos e detalhando através do esquadrinhamento e da decomposição até o nível mínimo das unidades, para só então projetar o controle, os novos dispositivos atuavam através da produção de unidades cada vez mais amplas (p. 58). Se apoiariam nos detalhes, mas eles não seriam “considerados pertinentes, para obter algo que, em si, será considerado pertinente por se situar no nível da população” (p. 60). A população como objeto de governo, mas também como sujeito, aparece sob a forma de conjunto de processos a serem administrados: casamentos, taxas de mortalidade, natalidade (p. 93). O controle não operaria mais no nível dos indivíduos e nem em relações de soberania súdito/soberano, de modo que a ação governamental não aparece mais como a vontade de uns sobre outros, mas como uma ação necessária (p. 84). Diferente de como os mercantilistas tratavam a população, ou seja, como riqueza da Nação, a população do século XVIII e, sobretudo, XIX, aparece naturalizada, como um conjunto de fenômenos a serem

controlados através da intervenção não diretamente sobre a população, mas sobre as variáveis a ela associadas. Assim, a estatística e a economia emergem como técnicas de administração do Estado. A análise de Foucault sugere que as operações de ampliar, em oposição às de esquadrihar e detalhar, mais visíveis no censo de 1872, marcam novos dispositivos que irão criar e controlar a população ao nível de uma unidade de gestão.

Em seus estudos comparativos de práticas de mapeamento e esquemas de engenharia social, Scott (1998) também nos mostra como tornar a população legível para o Estado dependeu de uma série de simplificações que tornariam os fenômenos mais facilmente mensuráveis e calculáveis. Esse tipo de ordenação administrativa, que opera a partir de aglutinações e reduções, é subsidiada por uma mentalidade do planejamento que desconsidera conhecimentos mais práticos e locais na elaboração de esquemas que não apenas descrevem o que existe, mas também produzem o que descrevem. Assim, as tabelas censitárias funcionariam, a um só tempo, como instrumentos que gestam e gerem (Souza Lima, 2002) a população, criando comunidades políticas de pertencimento a despeito das diferenças internas. Mas o pertencimento tem uma outra face, como nos mostra Herzfeld (2016). Nas operações de inclusão e exclusão, se criam unidades onipresentes e descorporificadas, os “nós”, que tornam dispersa e difícil a responsabilização, e os “outros”: aqueles que serão desaparecidos ativamente, ou seja, excluídos dos regimes de visibilidade que esses agrupamentos impõem.

Apesar da exposição reduzida de dados no documento de 1898, as 19, 21 ou 39 perguntas dos boletins censitários haviam sido coletadas. Para onde foram as informações abundantes que não constam no quadro geral da população? Em uma menção ao trabalho recente de Mirowski e Nik-Khah (2017) a respeito das práticas da moderna economia, me pergunto para onde foi o conhecimento que perdemos com os dados? Há, nas aglutinações, reduções e simplificações, uma sucessão de desaparecimentos. Assim como a Diretoria Geral de Estatística é reduzida a ponto de quase desaparecer do quadro institucional, também o são as informações recolhidas em 1890. No trabalho de Ferreira (2011), que lidou com o desaparecimento de pessoas, há um interesse na maneira com que a extraordinariedade do desaparecimento de alguém se mistura à ordinariedade da rotina burocrática; ao ato mais corriqueiro de apenas preencher papéis. Na transformação de informações coletadas em dados censitários, ou seja, na sua circulação em corredores, mesas, pastas, na qual se tornam dados em papéis, números também se perdem. Os desaparecidos não são apenas aqueles que não estão lá e, por isso, são incapazes de agenciar. Pelo contrário. São mobilizadores ativos justamente na sua ausência.

O conjunto de narrativas criadas a partir de regiões de visibilidade e invisibilidade produzidas pelos números opera uma gestão burocrática das identidades. A população e a Nação aparecem, então, como efeitos dessas montagens numéricas, cujas diferenças internas são reduzidas, de modo que se efetivem novas unidades de gestão. Assim, os recenseamentos são capazes de produzir e desfazer agrupamentos, incluir e excluir pessoas de um domínio de pertencimento, tal qual a metáfora do parentesco ou do sangue (Herzfeld, *ibid.*). As categorias em visibilidade no censo, como a categoria de nacionalidade/naturalidade duplicada em 1890, ou a introdução da noção de indivíduo autônomo, sugerem uma transformação nas gramáticas do Estado (Anderson, *ibid.*), mas as invisibilidades e desaparecimentos também produzem transformações importantes na produção de narrativas sobre a Nação.

Administrando *correlações*: formas de fazer-ver e fazer-desaparecer sujeitos

Em 1900, ainda sem a publicação definitiva dos dados do censo de 1890, uma nova coleta censitária é realizada. Segundo Senra (2006, vol. 2: 151), se “em 1890, começara-se com grandiosidade, agora, começava-se com mediocridade; o fracasso era inevitável, a olhos vistos”. O fracasso do censo de 1900 é lido sob a ótica da precariedade da DGE, que havia sido desestruturada e reorganizada diversas vezes, mas que sofria, ainda em 1900, com orçamento e quadro de pessoal reduzidos. Em 1901, os primeiros dados dessa coleta são divulgados⁷⁷ e contestados pelo seu duvidoso resultado no que diz respeito ao número total da população do Distrito Federal, à época o Rio de Janeiro. A divulgação é, então, cancelada e se procede a um “novo inquérito”, que só irá acontecer em 1906 por iniciativa do governo municipal do Distrito Federal⁷⁸. Assim como em 1872 e 1890, o recenseamento de 1900 também foi marcado pela morosidade e pela falta de envio dos boletins censitários pelos Estados. Do Amazonas, por exemplo, se diz na introdução à *Synopse do Recenseamento de 1900 (Brasil, 1905)*⁷⁹ que os dados eram deficitários e que, por isso, se recorreu a uma estimativa:

⁷⁷ Sinopse divulgada já sob a direção de João Sabino Damasceno, diretor da DGE de 1901 a 1907 (Senra, 2002, vol.2: 170).

⁷⁸ Decreto no 607, de 13 de junho de 1906, sancionado pelo prefeito Francisco Pereira Passos.

⁷⁹ Sobre essa coleta, foi também publicado o “Resumo geral do recenseamento dos 20 Estados do Brasil” em 1908 pelo novo diretor da DGE, Bulhões Carvalho. Apesar de apresentar quadros com mais variáveis por Estado, como sexo, nacionalidade, analfabetismo, religião, a raça/cor também não aparece nesse documento, já que não esteve presente nos boletins de coleta.

foram as populações calculadas admitindo-se que a taxa de crescimento geométrico médio anual no referido período, fosse de 0,0538, deduzida da comparação das populações recenseadas de 1872 (57.610) e 1890 (147.915) (Brasil, 1905: V).

É curioso notar que todos os censos que antecederam o de 1900 foram também marcados pela “parcialidade” e “deficiência” dos dados coletados, mas que isso não impediu que fossem extensamente usados como referência para estimar taxas de crescimento populacional. Na Bahia do censo de 1900, os números foram calculados “sobre as constantes do recenseamento de 1890, adoptando-se, quando era possível, para as populações districtaes as taxas de crescimento dos respectivos municípios” (ibid.: V), já que, segundo o documento, o próprio recenseamento de 1890 havia contado apenas um pouco mais da metade da população baiana. No Ceará, os números populacionais de 1900 eram ainda menores do que os de 1890 em alguns municípios. Nesses casos, como também foi o caso de Goiás e de outros Estados, a taxa de crescimento populacional era calculada com base no crescimento médio dos municípios, excluindo da conta os lugares que tiveram “decréscimo exagerado”. No Maranhão, em Minas, no Mato Grosso, no Pará e em diversos outros Estados, a taxa de crescimento foi mensurada com base em algum tipo de estimativa por comparação ou por média, excluindo-se das contagens os números extremos, ou seja, muito altos ou muitos baixos em relação à média, e os Estados onde os dados do recenseamento haviam sido extraviados, como foi o caso de alguns municípios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A operação de excluir números extremos e calcular médias foi fundamental também para o que ficou conhecida como a “lei do erro” na estatística. Vários trabalhos de observação meteorológica, como os desenvolvidos pelo francês Laplace no início do século XIX, foram necessários para que se consensualizasse que a operação numérica era mesmo povoada de incertezas (Porter, *ibid.*). Esse momento de erosão dos determinismos, como narra Hacking (1990), foi importante para que as práticas relacionadas à gestão das incertezas e dos erros se consolidassem, como foi o caso da probabilidade - a ciência das chances - ao longo dos séculos XIX e XX. A incorporação do erro aos modelos estatísticos se deu através da ideia de que esses erros eram, na realidade, variações normais que poderiam ser previstas através de cálculos como a “transformada de Laplace”, que pretendia prever distribuições futuras através da probabilidade. Ao identificar as fontes de erro, agora tornados variações, e quantificá-los, as incertezas passavam a ser parte da análise e não mais um problema para ela. Com isso, a precisão e a exatidão ganhavam também novos sentidos: se tornavam aquilo que

mais se aproximava de um valor verdadeiro desconhecido. Embora a verdade sobre os fenômenos não pudesse ser conhecida através dos números, o que a “lei do erro” possibilitou foi a ampliação de uma administração das incertezas (Hacking, *ibid.*). O interesse em conhecer o erro e transformá-lo em variações normais é uma imagem interessante para pensar as políticas de controle populacional e de controle dos dados que entraram em vigor no Brasil com a abolição e as imigrações europeias em fins do século XIX e início do século XX, como pretendo mostrar. Para Foucault (*ibid.*), a estatística teve um papel fundamental no desenvolvimento da concepção de normalidade. Enquanto a disciplina como modo de governo tinha a norma estabelecida *a priori*, aplicando-a sob a forma de normalização, os novos dispositivos de administração da população dependiam de uma definição de normal, estabelecida, sobretudo, por coeficientes e curvas de normalidade. Assim, o normal seria estatisticamente definido e, então, tornado instrumento de controle populacional e adequação à norma através da intervenção em variáveis relacionadas à população, como os nascimentos ou casamentos.

O recenseamento de 1900 aconteceu, com todas as estimativas que o fundamentaram. Diferente dos boletins do censo de 1890, o boletim de coleta de 1900 suprime qualquer menção à raça ou cor dos sujeitos entrevistados, assim como a categoria desaparece dos dados divulgados. A desaparecimento da raça se torna uma recorrência. No recenseamento de 1920, não há novamente qualquer menção à raça ou cor nos dados ou boletins. O desaparecimento da categoria nos censos populacionais foi tema de trabalhos importantes (Botelho, 1998; Mattos, 2009; Gouvêa & Xavier, 2013, entre outros). O apagamento progressivo da raça se deu, a princípio, com sua desaparecimento dos dados sistematizados de 1890 na Synopse, embora aparecesse nos boletins de coleta como “cor”. Há um debate extenso sobre como a questão racial esteve imiscuída no Brasil mais a posições e lugares sociais do que a cor fenotípica dos sujeitos ou a uma herança hereditária, como nos mostra Scharcz (1993). Ainda assim, a persistência da categoria “cor” no censo de 1890, em detrimento da “raça”, sugere uma segmentação baseada na aparição, o que marca a questão racial para Fanon (2008). Segundo ele, é o olhar objetificante e classificador do branco que constitui a autopercepção da negritude⁸⁰. O esquema epidérmico racial instituído limita as possibilidades do corpo fisiológico e da constituição do ser, criando uma conduta esperada. Não à toa, em 1849, Haddock Lobo rejeita a categoria de “cor” para o censo do Rio de

⁸⁰ “Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa.” (Fanon, 2008: 104)

Janeiro sugerindo que haveria uma “infidelidade com que cada indivíduo faria de si próprio a necessária declaração” (apud Carvalho, 2004, p. 1). Há, portanto, a presença forte do olhar classificador do outro que se fundamenta em elementos de aparição e não apenas nas posições que os sujeitos ocupam no universo das relações. A “cor” aparece como categoria transparente ao olhar. É construída de tal forma que um sujeito não possa se passar por outro. De alguma forma, cria impossibilidades para um erro de identificação, já que mesmo que ocupe uma posição alta nas hierarquias sociais ou um lugar de prestígio, a categoria “cor” garantiria que um “preto”⁸¹ fosse sempre um “preto” nas contagens (Hodes, 2006).

Em 1890, um acontecimento marca também a inclusão/exclusão da categoria nos dados censitários. O termo “pardo” é substituído pelo “mestiço”⁸². Segundo Oliveira (2003), a ambiguidade da mudança reside no fato de que o “mestiço”, posto no censo de 1890 para substituir o “pardo” de 1872, aparece sem explicações ou indicações, o que deu margem para que não apenas filhos de negros e brancos fossem inclusos na categoria, mas também herdeiros de qualquer miscigenação. Em diversas províncias, o termo “mestiço” fazia referência também a filhos de brancos e indígenas. Gouvêa e Xavier (ibid.) mostram, por exemplo, como no censo urbano de Cuiabá de 1890 constam apenas “brancos”, “pretos” e “pardos”. Na categoria de “pardos”, no caso de Cuiabá, são inclusos nas contagens os “caboclos” e “mestiços”, o que Carvalho (ibid.) entende como uma espécie de genocídio racial, promovido por estatísticas que aglutinavam a diversidade étnica do país, sobretudo através do acoplamento de descendentes de indígenas a afro-descendentes. Oliveira Filho (1999) propõe em sua análise sobre a presença dos indígenas nos censos nacionais que a categoria de “caboclo” se tornou um mecanismo para se afastar do estigma da escravidão, diferenciando indígenas livres de indígenas escravos contabilizados como “pardos”. A supressão dos “pardos” em 1890 sob a categoria indistinta de “mestiços” opera, para o autor, segundo um gradiente de cor que substitui as distinções livres/escravos, mantendo, ainda assim, as hierarquias raciais e étnicas. Ao mesmo tempo em que as categorias fragmentadas, mencionadas em outro capítulo, aparecem para marcar a qualquer custo a população negra no censo norte-americano analisado por Hodes (ibid.), há também uma aglutinação em 1890 de negros e indígenas que sugere um movimento de homogeneização em torno de uma categoria

⁸¹ “Preto” é uma das categorias censitárias de 1890 usadas para preencher o campo “cor”, junto com as designações “branco”, “mestiço” e “caboclo”.

⁸² O termo “mestiço” já aparece no preenchimento dos boletins de 1872 nas duas freguesias urbanas de Cuiabá, no Mato Grosso, em detrimento do “pardo”. Na sistematização dos dados pela DGE, no entanto, os “mestiços” são novamente transformados em “pardos” para que haja uma homogeneidade nos dados (Gouvêa e Xavier, ibid.).

única: o mestiço. A homogeneidade é uma outra forma de marcação que oblitera as diferenças internas em detrimento de imaginados traços comuns.

O controle populacional através do controle da miscigenação foi uma prática de Estado amplamente praticada no Brasil através de políticas imigratórias e discursos higienistas como os de Renato Kehl, João Batista de Lacerda, Belisário Pena, Artur Neiva e outros, assim como com a criação de sociedades eugenistas no início do século XX, como o SESP. Mas antes que se pudesse consolidar como prática de administração de populações, esse tipo de narrativa aparecia nas teorias estatísticas com os debates em torno de uma nova descoberta: a “correlação”, uma operação numérica que funda a estatística moderna. A correlação consiste em um procedimento que produz relações entre duas variáveis aleatórias. Embora ela não prove uma relação determinística entre duas variáveis, mas um grau de correlação que pode ser mais positivo ou mais negativo a depender da força da relação de causa e efeito, quando criada, a correlação ainda não havia sido formulada dessa maneira⁸³. As suas origens estão nos experimentos de Francis Galton a respeito da hereditariedade em fins do século XIX e início do século XX, quando também os primeiros censos modernos começam a aparecer. Seu interesse consistia em entender como as características genéticas eram selecionadas no processo de transmissão sexuada, um tópico sobre o qual seu primo, Darwin, havia escrito em sua teoria da pangênese (Arcanjo e Silva, 2017). Em um dos estudos mais famosos de Galton, publicado em 1886 sob o título “Regression towards Mediocrity in Hereditary Stature”, o estatístico inglês defende o que ficou conhecido como “regressão à média”, que consiste em uma tendência de que filhos de pais muito altos ou muito baixos não sejam nem tão altos e nem tão baixos quanto seus pais. O termo “mediocridade”, usado para designar a média, tem uma conotação bastante negativa que vai marcar os trabalhos de Galton ao longo de toda a sua vida. A ideia de que há uma tendência da prole para a média fundamentará também as políticas de embranquecimento racial, que apostariam no cruzamento seletivo (sempre com pelo menos um branco) através do qual as gerações futuras de brasileiros estariam cada vez mais embranquecidas.

⁸³ Segundo Pearson (1934 apud Porter, 1986: 298), discípulo de Galton e responsável por matematizar a correlação, “há uma categoria mais ampla do que a ‘causação’, nomeada ‘correlação’, da qual a ‘causação’ é apenas o limite”.

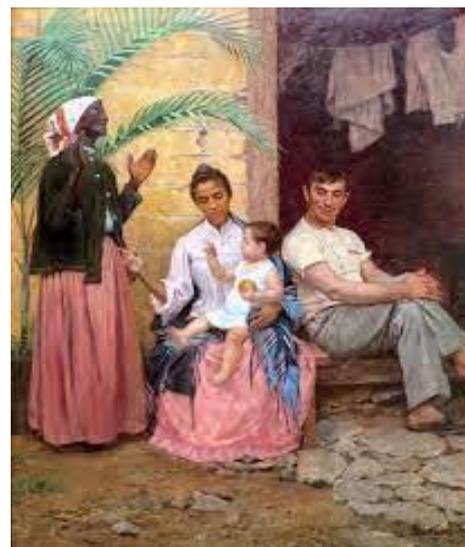
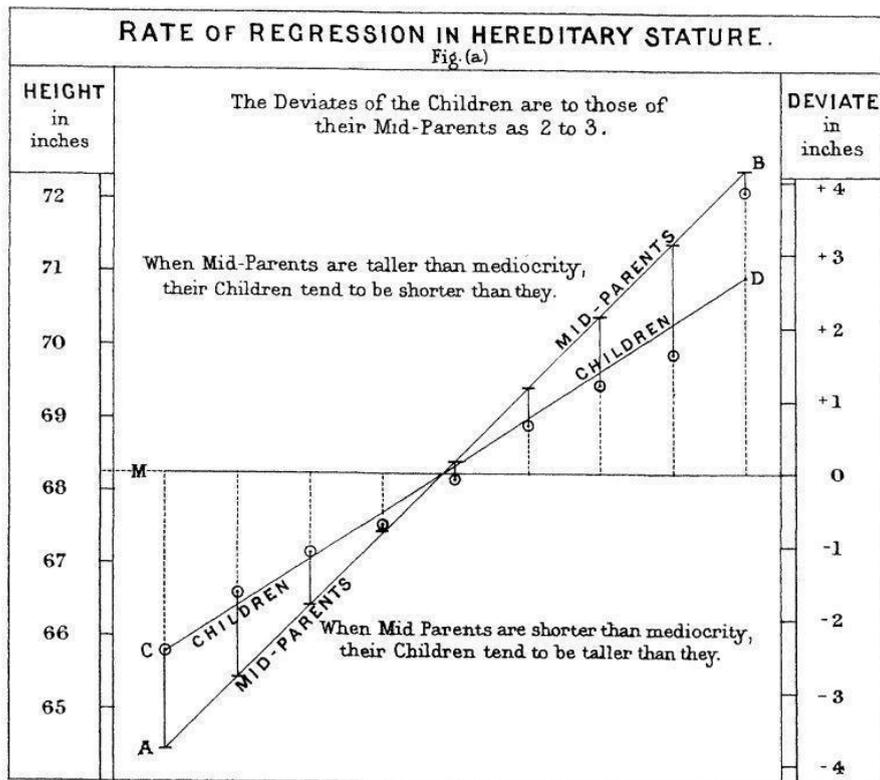


Fig. 14: Regressão à média (Galton, 1886) e A redenção de Cam (1895)

Em 1869 Galton já publicava *Hereditary Genius*, trabalho no qual defende que os traços de homens notáveis podiam ser vistos tanto nos filhos quanto em seus pais. Para isso, empreendeu uma análise de mais de 300 famílias, incluindo a de Mozart, Beethoven, Napoleão, Aristóteles, Newton e outros considerados notáveis por Galton, com o objetivo de mostrar como características eram herdadas e, por vezes, neutralizadas no processo de transmissão. Assim, não haveria uma garantia de que traços notáveis seriam, de fato, transmitidos, mas uma probabilidade maior de que filhos de homens notáveis herdassem também características notáveis. A teoria das probabilidades, que já havia incorporado o erro como parte de seus fundamentos através da ideia de que haveria sempre uma “curva normal” de variações, capaz de indicar com que margem de certeza os números estavam operando, é usada por Galton para estimar com que nível de certeza um traço hereditário seria transmitido dos pais para os filhos⁸⁴.

⁸⁴ Para fundamentar sua tese, Galton recorre a vários modelos sociais. Porter (1986: 283) mostra como as argumentações do matemático a respeito de traços hereditários são permeadas pelo modelo político de governo parlamentar, no qual, por exemplo, cada elemento atribuído à prole representa acuradamente toda a totalidade de gêmeas dos pais, sejam elas latentes ou patentes. A ideia de “gêmeas representativas”, que funcionam de

Mas é apenas em 1883 que o termo “eugenia” é cunhado pelo autor. Em “Inquiries into Human Faculty and Development”, Galton irá defender a eugenia como uma ciência de melhoramento do rebanho, que poderia ser aplicada a plantas, animais e à espécie humana, “dando às raças ou às cepas de sangue mais adequadas, maior probabilidade de prevalecerem sobre as menos adequadas” (ibid.: 24-25). A sua ideia de que a espécie humana deveria ser aprimorada através de cruzamentos seletivos deriva da conotação negativa atribuída à “mediocridade” ou à média em seus estudos. Há um contraponto interessante aqui, que é a noção de “homem médio” do Quetelet, considerado o mais próximo da perfeição divina (Pich, 2013). Para ele, responsável por transpor a teoria da probabilidade e as variações (lei dos erros) para as “ciências do homem” através de medições biométricas, o homem médio representava o que havia de mais belo; o ideal moral de toda uma sociedade (Quetelet, 1842). Assim, as medições de crânio e segmentos corporais se tornaram parte das práticas estatísticas através da ideia de que os tipos raciais poderiam ser categorizados de acordo com suas medidas físicas, intelectuais e morais. A produção desse tipo de categorização através das medições realizadas por Quetelet somada à ideia de melhoramento do rebanho de Galton ecoa as narrativas de embranquecimento da população amplamente veiculadas no Brasil como prática de Estado.

Caberia ao Estado, então, o ofício de garantir a melhoria da espécie humana através de uma seleção artificial de cruzamentos. Em 1905, depois de lido na Escola de Economia e Ciência Política da Universidade de Londres, “Restrictions in Marriage”, escrito por Galton, propõe que aqueles preocupados em contribuir com o mundo e que reconhecem os riscos do sentimentalismo, assumam a restrição de casamentos entre raças como uma lei social vista em diversos lugares do mundo, como pretende argumentar através da menção aos trabalhos antropológicos de Frazer, Westermarck, Huth e Crawley a respeito das restrições matrimoniais. O controle das correlações entre variáveis se transforma em controle populacional. Assim como havia uma probabilidade numérica construída de que certos traços pudessem ser transmitidos dos pais para a prole no modelo estatístico de Galton, a elite brasileira vivia a expectativa de que os novos imigrantes pudessem melhorar a qualidade racial do Brasil através de práticas que ficaram conhecidas como higienismo social, ou o cruzamento seletivo de variáveis na prática. A narrativa da miscigenação carregava consigo uma carga de impureza e degeneração herdada das teorias estatísticas que defendiam que, no cruzamento, tanto traços negativos poderiam ser herdados e fortalecidos, quanto traços

forma similar a um parlamento representativo, é uma analogia feita pelo próprio Galton para explicar sua teoria das gêmulas.

notáveis Assim, apesar do número expressivo de pardos e mestiços no Brasil, uma ampla política de imigração europeia seria capaz de resolver os problemas da miscigenação que os censos demográficos vinham escancarando. Em 1872, quase 60% da população havia sido recenseada como preta ou parda, além dos sub-notificados 4% de indígenas. Além de uma política de controle populacional, foi preciso também empreender uma política de controle dos dados, já que, como vimos, os números eram fundamentais ao projetar o Brasil para fora e tinham um papel importante na organização e estímulo da imigração de estrangeiros brancos. O controle e embranquecimento dos dados e o controle e embranquecimento da população miscigenada foram duas faces de uma mesma política de Estado, uma direcionada para dentro e outra para fora. Em 1890, a categoria de raça/cor desaparece dos resultados do censo, apesar de constar nos boletins de coleta. Em 1900 e 1920, ela desaparece completamente das práticas censitárias. No que diz respeito às populações indígenas nos censos nacionais, a indicação de designação desses povos em tribos e línguas faladas nos protocolos censitários encontrou, na prática, limitações. A inscrição de indígenas foi feita contabilizando-os indistintamente como “caboclos”, sem maiores detalhes, até 1890. Também em 1900 e 1920, a categoria é suspensa dos censos sob o argumento supostamente universalista de que negros e indígenas eram cidadãos brasileiros (Oliveira Filho, 1999, p. 145).

Scharcwz (1993), em sua proposta de uma história construtivista da raça no Brasil, sugere que o conceito ganhou polissemia através das instituições científicas pelas quais viajava, sobretudo vinculada às práticas estatísticas e ciências médicas. Vinda de fora, a raça carregava um pessimismo determinista que atrapalhava o projeto de produção nacional em desenvolvimento no Brasil. Ao mesmo tempo em que, no século XIX, marcava diferenças lidas sob a ótica de um modelo biológico, ela também se apresentava nos censos demográficos como uma realidade social incontornável. Assim, diz Scharcwz, “enquanto o número de cativos reduzia-se drasticamente, a população negra e mestiça tendia a progressivamente aumentar” (ibid.: p. 13). O controle da mestiçagem foi empenhado como empreendimento de Estado no pós-abolição através de uma política de embranquecimento da população, mas também de uma política de embranquecimento dos dados que pretendia projetar uma determinada Nação para o mundo.

A ampla política de controle dos dados foi narrada, nesse capítulo, a partir de uma seleção muito específica de acontecimentos. Da redução de uma das instituições mais importantes para a consolidação dos números públicos, a DGE, passando pelas simplificações dos dados do censo de 1890, e chegando ao desaparecimento completo de uma das categorias

mais importantes para as relações no Brasil, a raça. Esse capítulo pretendeu mostrar como a ausência se configura como engrenagem produtiva das práticas de administração do Estado, possibilitando uma visibilidade seletiva que torna possível e justificável as abstenções, desmontes, reduções, simplificações. Conto também essa passagem a partir da incorporação do erro e das incertezas aos modelos estatísticos. Quando se tornam quantificáveis, as incertezas deixam de ser um impeditivo para que os dados falem apesar das suas lacunas e parcialidades. A ideia de que o erro poderia ser administrado através do controle das variáveis em correlação encontrou ecos nas políticas de controle populacional empreendidas no Brasil. A ideia de que havia um ideal de perfeição a ser alcançado, fosse ele uma “média perfeita”, como para Quetelet, ou o melhor de cada cruzamento, como para Galton, implicou em uma compreensão de que a espécie humana deveria ser aprimorada através da gestão da população como nova unidade de medida. Foucault descreveu esse processo como biopolítica (2008b), a gestão da vida que atua, ao mesmo tempo, sobre o corpo biológico na forma de controle reprodutivo e sobre o corpo social na forma de gestão de dados.

O problema da população foi extensamente discutido por Foucault (2008) em sua retomada da passagem de um modelo de governo centrado na família para um modelo de governo centrado em fenômenos populacionais. A população, através dos trabalhos censitários e estatísticos, passava a ter sua regularidade própria. Assim, Foucault argumenta que a população desbloqueia um novo tipo de governo, centrado nesses novos acontecimentos de massa. No entanto, é importante ressaltar as especificidades da administração de populações em um país de herança colonial e escravista como o Brasil, no qual o corpo racializado é alvo central das políticas de Estado. Mesmo as epidemias aqui foram tratadas como efeitos de um problema sanitário-racial. O caso dos dados do Rio de Janeiro de 1890 é emblemático nesse sentido. Depois de publicados, geraram debates acalorados entre médicos sanitaristas que procuravam dar sentido à taxa de mortalidade que superava a taxa de nascimentos na cidade por vários anos seguidos, acionando uma série de narrativas racializadas. Bulhões Carvalho, médico higienista que se tornou depois diretor da DGE, menciona em sua análise do caso:

É patente, portanto, a influencia nefasta da falta de saneamento na nossa cidade sobre o progresso vegetativo da população do Rio de Janeiro. Ninguém poderá também contestar que essas epidemias, desacreditando o Brazil no estrangeiro, impedem forçosamente a immigração, necessaria ao cruzamento das raças e factor indispensavel para o desenvolvimento da população. (...) Um outro factor que nos parece dever influir bastante para reduzir a natalidade da cidade do Rio de Janeiro é o fraco contingente do cruzamento das raças, o qual traz

necessariamente a diminuição da fecundidade dos casaes, pela natural decadencia do typo de raça original do paiz. (CARVALHO, 1898)

A narrativa higienista e as políticas de embranquecimento se alimentaram também das estatísticas como instrumento de administração dos números e da população. Se as variáveis estatísticas precisavam ser controladas nas operações numéricas, de modo que os erros pudessem reduzidos ao mínimo (ou ao menos previstos), a administração da população como unidade de gestão implicou também uma administração das variáveis que a constituíam. Primeiro, as categorias raciais se proliferam. Elas precisam marcar a qualquer custo a diferença interna, como sugere Hodes (ibid.). Mas a diferença macula o todo. O “mestiço” aparece como forma de unificação de toda a alteridade radical marcada pela sua não-branquitude. Essa aglutinação em torno do “mestiço” torna visível uma diferença e, ao mesmo tempo, invisibiliza as especificidades daqueles que foram incorporados à categoria. Quando os experimentos estatísticos postulam o poder da correlação, sobretudo para a hereditariedade, controlar de forma efetiva as variáveis em relação se torna fundamental. O embranquecimento dos dados foi um trabalho paralelo e complementar àquele que incentivava a vinda de imigrantes estrangeiros para aprimorar a qualidade racial do Brasil. Foi também uma iniciativa coetânea a de publicar análises nas quais os problemas sanitários e morais do país derivavam do nosso “tipo racial”. Portanto, a população haveria de ser administrada e controlada através do aprimoramento biológico da espécie, assim como os corpos dos dados haveriam de ser administrados através de uma gestão das variáveis em visibilidade. O desaparecimento como um modo de gestão cria sua própria geografia de oclusões, cujos efeitos são obliterar o que compromete as metáforas de Estado, como as fissuras nas noções de unidade e coesão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título dessa dissertação - estatísticas parciais - foi inspirado em uma concepção nativa de que as estatísticas produzidas no Brasil ao longo do século XIX compunham trabalhos parciais, a serem contestados e complementados. A parcialidade é vista pelos elaboradores e defensores dos números públicos à época como um atestado da incapacidade das estatísticas em retratar de forma exata e precisa o mundo sobre o qual elas falavam. Assim, introduções a compilados, como a de Daniel Muller, sugerem que “não convém depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos” (1836: s.p.), apesar da sua ampla circulação nas casas legislativas, no conselho de Estado e entre funcionários provinciais. Nesse trabalho, procurei não replicar analiticamente a versão de que parcialidade é sinônimo de inexatidão ou imprecisão, embora esses termos povoem os capítulos, de modo a evidenciar o que agenciam, fazem circular e põem em visibilidade. O que essa dissertação propõe é um esforço em tornar a parcialidade um objeto de análise ao perseguir a sua produção e seus efeitos no mundo dos dados e do Estado. A parcialidade aparece ao longo do trabalho de maneiras distintas: ora como mecanismo que engendra a produção de cada vez mais dados, ora como recurso para duvidar da veracidade das informações expostas por alguém, como mostram as discordâncias em torno da forma correta de se produzir uma argumentação que abre o capítulo 2. Ela aparece associada a ambiguidades, lacunas e incertezas, elevadas a categorias analíticas ao longo da dissertação, e cada qual liberando seus próprios efeitos.

A ambiguidade, por exemplo, aparece como algo a ser mantido longe dos dados através de práticas de limpeza e purificação, como sugere Porter (1995) inspirado por Latour (1997). O controle das ambiguidades nesse trabalho aparece nos esforços em controlar os sentidos da categoria de cativo, como mostro no capítulo 1, e em manter as impressões longe dos números públicos, como mostro no capítulo 2. Mas também as ambiguidades são, por vezes, intensificadas, como na (in)definição de “mestiços” em 1890, que substituiu os “pardos” de 1872, narrada no capítulo 3. Ao tornar ambíguo, ou seja, vago e aberto a interpretações, quem está incluso na categoria de “mestiço” e quem não está, o efeito é o de uma divisão clara entre puros e misturados, ou colonos estrangeiros e nativos/africanos, que são inclusos na categoria de maneira indistinta. Já as lacunas, ou desaparecimentos, como chamo no capítulo 3, produzem efeitos diferentes daqueles liberados pela contenção ou intensificação de ambiguidades. As lacunas são sentidos vazios que aparecem como um espaço de conquista e ocupação, em uma analogia direta com a conquista e a ocupação de

territórios. Essa imaginação da conquista é transposta para o mundo dos dados, produzido como uma grande lacuna a ser preenchida por censos populacionais. No capítulo 2, a falta de dados está presente nos debates acirrados entre senadores acerca da necessidade de um censo unificado, que daria ao Estado não apenas um censo com c, mas um senso com s. O senso, para levar adiante o trocadilho do senador Costa Ferreira, recobre o Estado da capacidade simultânea de sentir e pensar⁸⁵; dá ao Estado um “órgão do sentido”, que o permite perceber (e produzir) o mundo. O censo como um “órgão do sentido” é mesmo uma metáfora interessante, porque ele reúne aquilo que as estatísticas entendidas como operações lógicas insistem em separar: o corpo e a mente, ou o corpo do Estado - suas instituições -, e a sua capacidade de produzir classificações, operações numéricas, dados, vistas como dimensões co-constituídas. Desse modo, a sentida falta de dados aparece como um espaço produtivo. Das lacunas, como chamei esses territórios produzidos como vazios, emergem as estimativas, as intertextualidades, as narrativas raciais e também os improvisos, como aquela sentida falta de uma categoria de cativos no censo de 1872, inclusa como enxerto pelos próprios recenseadores nos boletins de coleta e tornada depois uma das categorias mais importantes das tabelas censitárias. Por fim, temos também as incertezas, que são, ainda, uma operação distinta das ambiguidades e das lacunas. As incertezas aparecem nesse trabalho, sobretudo, como atitude ou conduta de hesitação a ser assumida pelo sujeito do conhecimento do século XIX, que se evidencia, por exemplo, na incerteza sobre os resultados apresentados ou sobre a precisão dos dados compilados. Essa hesitação, que aparece no ecletismo iluminista-católico das universidades portuguesas, trazido ao Brasil por uma elite de bacharéis que ocupará aqui cargos políticos (Carvalho, 2008), é um elemento importante para pensar como se constituiu o sujeito moderado, cauteloso e capaz de fazer ponderações, antítese do - também produzido - desmedido e fanático homem do campo, dos perigosos indígenas organizados ou do violento ex-escravo, como mostro no capítulo 1.

Esses desdobramentos do que são as “estatísticas parciais”, que fui elaborando ao longo dessa dissertação, encontram também inspiração em trabalhos que procuraram estender o sentido do conceito de parcialidade. Para Haraway (1995), a parcialidade é uma condição incontornável da produção de conhecimentos situados. Ao falar a partir de um lugar e de um corpo, o conhecimento produzido é condicionado por uma visão parcial e localizada dos fenômenos. A parcialidade, portanto, se opõe à objetividade transcendente, uma doutrina que

⁸⁵ Do latim *sensus*: sentido, órgão do sentido, faculdade de sentir, sensação, pensamento. 1. Juízo claro; 2. Capacidade para sentir; 3. Capacidade de pensar. "Senso" in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/senso> [consultado em 08-12-2022].

apaga os rastros das suas mediações (Haraway, 1995: 16). Ela também tem relação íntima com a responsabilidade do que “aprendemos a ver” (ibid.: 21). Assim, a parcialidade é uma tecnologia de visão, a partir da qual se reconhece e acolhe as oclusões como um lugar de conexões entre diferentes perspectivas localizadas. No entanto, algumas práticas científicas que prometem visibilidade total dos fenômenos, como o foram os dados censitários e o sonho imperial de incluir nas contagens públicas toda a população, acabam por ignorar a condição parcial dos conhecimentos que produzem. Nesses casos, quando a parcialidade é associada à inexatidão ou à imprecisão dos dados, a impressão que fica é a de que a produção de dados mais exatos e mais precisos resolverá o problema. Em contrapartida, a autora sugere que “todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida” (ibid.: 22). Portanto, esse trabalho constitui um esforço em narrar esses mundos sempre parciais fabricados pelos olhos imperiais, para usar a imagem de Pratt (1999), que se estendem sobre o seu território e a sua população através das instituições de recolha e sistematização de dados.

Mas, assim como aquilo que é visto é um efeito dos modos de ver, também a visão tem suas zonas de invisibilidade. Haraway diz que a totalização e a visão única dependem “de um sistemático estreitamento e obscurecimento” (ibid.: 23). Esses estreitamentos e obscurecimentos aparecem nesse trabalho sob a forma de uma produção ativa de lacunas, ambiguidades e incertezas que tornam, de um lado, as estatísticas públicas cada vez mais necessárias, de modo a povoar o sentido território vazio dos dados, e, de outro, que engendram zonas de invisibilidade, propagando narrativas unificadoras e aglutinando informações em dados. Em sua análise dos levantamentos de 1852, Loveman (2007) cunha o termo “blinded state”, em uma alusão ao trabalho de James Scott (1998), no qual o autor descreve os mecanismos de produção de uma visão sinóptica para o Estado. Em oposição ao Estado que tudo vê, Loveman sugere um Estado cego, não apenas pela falta de esquemas de legibilidade consolidados para que pudesse conhecer sua população, mas por uma crença cega na sua legitimidade em conduzir a “modernização”. A contribuição que essa dissertação pretende deixar a esse debate é a de que as cegueiras do Estado imperial não são apenas o efeito de uma falta, seja de esquemas de legibilidade, seja de percepção da sua incapacidade. As cegueiras, ou as zonas de oclusão, como preferi chamar nesse trabalho, são produzidas ativamente de modo a tornar esse Estado cego para algumas questões e não para outras, constituindo, portanto, um Estado também parcialmente cego.

Embora a parcialidade seja, para Haraway, a esperança de uma prática científica mais comprometida, posicionada e capaz de tecer relações com outros conhecimentos parciais sem

subsumi-los, os modelos engendrados pela produção de dados populacionais se tornaram cada vez mais engessados. Os dispositivos DMC, usados hoje pelos recenseadores em campo no Brasil, são máquinas que, literalmente, ditam os passos da coleta de dados. Através de um localizador GPS, os recenseadores têm seus caminhos mapeados e operam a coleta em um passo-a-passo ditado por layouts prontos, a um clique, processados por um sistema, enviados via Wi-Fi para uma central. Embora seja possível pensar como esses recenseadores operacionalizam as categorias em suas conversas e traduzem oralidade em termos censitários, sabemos que as entrevistas são conduzidas através de um roteiro pré-estabelecido, que pretende garantir o mínimo de interferência possível do sujeito (também objeto da prática censitária) que observa, pergunta, coleta. A sistematização das informações, que escalona partição a partição, até chegar à forma final dos relatórios e dados, constitui uma indústria dos dados, na qual o trabalhador da ponta - o recenseador de rua - se encontra completamente separado do produto final do seu trabalho. Esse modelo que higieniza possíveis interferências durante a coleta e a sistematização é o que confere aos dados censitários sua “objetividade”, como descrevo no capítulo 2 inspirada pelo trabalho de Porter (1995) a respeito da produção de uma objetividade para as estatísticas. Essa operação de separação entre recenseador e dados constitui um dos fundamentos mais importantes da prática censitária e elucida aspectos correlacionados entre a produção dos censos e da administração pública, nos quais a produção de entidades burocrático-rationais se dá através do estabelecimento de normas e regras calculáveis, no limite, “sem relações com pessoas” (Weber, 1982, p. 250). A produção ativa de uma objetividade para as estatísticas pode ser vista através dessas estratégias de isolamento e proteção dos números dos sujeitos envolvidos nos seus processos de coleta e sistematização até hoje. Com as próteses tecnológicas e a introdução de novas técnicas estatísticas, a impressão é um elemento que continua a ser mantido longe dos dados através de novas operações, que renderiam novas perguntas de pesquisa, sobretudo direcionadas para a produção de dados populacionais “livres de interferência”, mas produzidos através de uma série de conexões entre humanos e não-humanos.

Apesar dos esforços em manter os dados limpos, o que esse trabalho procurou evidenciar é de que maneira os números estão inseridos nas relações que os constituem, sendo modulados e afetados por elas. A reafirmação da parcialidade das estatísticas públicas que intitula esse trabalho pretende mostrar como a parcialidade não é apenas sinônimo de inexatidão ou imprecisão, mas uma condição da produção de conhecimento que libera os seus próprios efeitos em termos de visibilidade e invisibilidade. Por isso, o objetivo desse trabalho, sobretudo no capítulo 1, foi o de sustentar perspectivas parciais como uma tensão produtiva

(Strathern, 2004). Ao travar conversas textuais entre diferentes versões dos levantamentos de 1852, o capítulo não pretendia chegar a um resultado, uma resposta ou a uma versão menos cheia de lacunas dos acontecimentos. Pelo contrário. Ao manter a parcialidade dessas narrativas em evidência, procurei reiterar sua condição de conhecimentos situados, ou seja, de olhares cujos horizontes são definidos e limitados pelas posicionalidades em jogo, e para os quais as lacunas são um efeito do que se escolhe ver e do que se escolhe obliterar.

Encontros nos arquivos

Aqui é importante tecer também alguns comentários sobre a dimensão histórica da produção de dados censitários, que torna o olhar para esses documentos um lugar de encontro entre a Antropologia e a História em seus diálogos possíveis. Ao procurar trabalhar com um conjunto seleto de trabalhos, essa dissertação também se construiu como um texto parcial, no qual se reconhece as limitações do lugar a partir de onde é produzido e a estreiteza dos diálogos que propõe. Assim, essa dissertação se ocupa de uma seleção muito limitada de debates, sobretudo no que diz respeito às vastas produções sobre Brasil Imperial, elites, terra e escravidão. A seleção foi feita de modo a privilegiar autores que dialogam com temas explícitos da dissertação, como a prática científica no século XIX ou o desenvolvimento das instituições burocráticas no Brasil Imperial, deixando de incluir uma centena de outros debates. Algumas dessas lacunas produtivas que ficaram em aberto dizem respeito aos registros paroquiais pré-censitários, que foram fundamentais, inclusive, para o desenvolvimento de uma historiografia das massas, como sugere Le Goff (1996), além das relações entre os censos e o desenvolvimento de uma história quantitativa, que irá inspirar as propostas de história de longa-duração de Braudel, importante historiador da escola dos anais francesa. Também não incluí na dissertação os debates sobre a aritmética política nos trabalhos de José Bonifácio e Ribeiro de Andrada no século XVIII, para os quais Nelson Senra (2002, vol. 1) dedicou um capítulo em sua história das estatísticas, intitulado “Aritmética política no Brasil: desejos políticos manifestos”. A escolha por privilegiar o século XIX foi motivada pelo enquadramento temporal dos primeiros processos censitários no Brasil, que se iniciam oficialmente em 1851-52, embora estejam relacionados a outras iniciativas anteriores. Momentos importantes para a consolidação das estatísticas públicas, como a participação do Brasil nos congressos de estatística internacionais, sobretudo no Congresso de São Petersburgo de 1872, também não foram contemplados. Essas lacunas

incontornáveis são um efeito das escolhas assumidas nesse trabalho, sobretudo a de procurar colocar diferentes práticas de conhecimento em perspectiva ao invés de produzir uma reconstituição cronológica dos acontecimentos.

Ao longo da escrita, me deparei em diversos momentos com temas exaustivamente abordados por historiadores, como o desenvolvimento dos primeiros censos nacionais, pensados em sua emergência entre as elites políticas ilustradas do Brasil, como em Dias (1968) e Carvalho (2008); em sua aparição enquanto uma forma de racionalidade estatística, como nos trabalhos provenientes da história da ciência de Desrosières (1998) e Porter (1986; 1995); em suas articulações com novas formas de governo, como em Foucault (2008); em iniciativas recentes para pensar os efeitos das práticas e categorias censitárias (Bissigo, 2014), o papel dos censos na organização do pertencimento nacional (Barman, 1988; Botelho, 1998) e os efeitos dos censos a partir de levantes populares (Saavedra, 2011; Loveman, 2007), como o Ronco da Abelha (Oliveira, 2005) e a Guerra dos Marimbondos (Palacios, 2006; Mattos, 2009), entre outros. Diante desse território povoado por trabalhos provenientes de outro campo disciplinar, o desafio a que essa dissertação se propôs foi o de buscar lançar um “olhar para o passado como um problema etnográfico e [para] o presente como um problema histórico” (Comaroff e Comaroff, 2010), pensando a produção de arquivos sobre o censo nessa interface entre passado e presente, etnografia e história. Assim, propus trabalhar com os documentos, incluindo as narrativas históricas, como materiais etnográficos de pesquisa, procurando mostrar o que eles põem em visibilidade e o que eles deixam de evidenciar quando são inseridos em determinadas relações. Ao mesmo tempo, esses documentos também foram trabalhados em suas formas de presentificação, pensando a produção de uma memória oficial como forma de reiterar e atualizar narrativas sobre o Estado erigidas no século XIX, mas vivas ainda hoje. Essas narrativas operam como mitos fundacionais, que nos contam a história da criação da burocracia, da administração pública, e das técnicas e tecnologias envolvidas nesse processo, como um momento de fundação do Estado moderno e racional. Mas como sugere Stoler (2002), se esses arquivos “refletiam a supremacia da razão, eles também registravam uma economia emocional [ou afetiva], manifesta em entendimentos díspares do que foi imaginado, temido, testemunhado, ouvido” (ibid.: 101). Desse modo, perseguir as falhas, incertezas, indeterminações, hesitações, é também uma forma de descrever as ansiedades, medos e afetos envolvidos no processo de produção de uma razão para o Estado. Essas narrativas mostram como a formulação de dados e de estatísticas públicas esbarraram em desentendimentos a respeito do que os números público de fato

expressavam e qual era o seu papel entre as práticas burocráticas de governo em pleno desenvolvimento no século XIX.

Assim, a proposta de fazer uma etnografia em arquivos implicou não em deslocar os objetos em análise para fora do tempo e da história (Fabian, 2013), como faria uma análise etnográfica sincrônica, mas entender de que maneira processos de consolidação de narrativas arquivísticas dependem de uma certa gestão do tempo. A “política do tempo” seriado e progressivo, para usar os termos de Fabian, se constituiu como uma matriz importante de produção de conhecimento. Se para Fabian produzir o Outro a partir de distanciamentos temporais que esvaziam a possibilidade de uma coetaneidade é uma prática da antropologia, é possível dizer que essa é também uma prática dos arquivos ao cristalizar certas narrativas e sujeitos. A impossibilidade de ser coetâneo ao que se está dizendo é o que confere ao arquivo seu poder de canonização e classificação (Foucault, 1969; Cunha, 2004), já que o seu distanciamento temporal prescinde do diálogo com aqueles com os quais compartilha o tempo presente. Existe nos arquivos uma relação direta com os mortos (Mbembe, 2002), uma vez que sua composição remonta os vestígios do que já não é mais. Assim, para Mbembe, o arquivamento é uma espécie de enterro. Ao higienizar as narrativas sobre o passado e remontar os fragmentos de modo a reinserir os mortos em uma nova ordem de memórias, o arquivo anestesia o passado. Nessa “política do tempo” dos arquivos, a seriação e a cronologia progressiva são operações presentes, sobretudo quando falamos de arquivos da modernização, para os quais o progresso é o tropo organizador do tempo, condensando temporalidades distintas em uma cronologia única (Cunha, 2005). Esse é caso dos arquivos sobre o censo no Brasil, que narram o desenvolvimento das estatísticas públicas como um marco administrativo para a fundação do Estado moderno. Esse olhar para os arquivos como uma forma de produção de conhecimento do e para o Estado, a que se propõe esse trabalho, depende, portanto, de um olhar também para a maneira com que o tempo é gerido nesses arquivos de modo a reiterar uma cronologia hegemônica. O tempo do Estado do século XIX é o tempo do progresso, e seus arquivos refletem e produzem isso.

Segundo Fabian (2013), uma das dimensões do tempo com a qual os antropólogos trabalham é a do “tempo tipológico”, como a oposição entre tradição e modernidade, sobre a qual me detive no capítulo 1. Diferente do “tempo mundano”, o tipológico tem como referência não uma escala linear e física, mas “eventos significativos do ponto de vista sociocultural” (ibid.: 59). Essas tipologias são tornadas qualidades distribuídas de forma desigual entre as populações humanas, como as classificações entre civilizados/não-civilizados, com história/sem história, tradicionais/modernos,

racionais/irracionais, que aparecem de forma objetivada também através de operações arquivísticas que reiteram certas cronologias históricas em detrimento de outras. Esses arquivos da modernização reforçam a ideia de linearidade, na qual alguns ficam para trás e outros para frente dos marcos divisórios. Quando proponho trabalhar com documentos e narrativas históricas como objetos de análise, o esforço é o de tomar a produção dessa história linear, seriada e cumulativa como objeto. Portanto, sem assumir os trabalhos acionados aqui como informativos do campo histórico *per se*, mas como produções em relações dinâmicas com esses mundos em formação. Mundos sobre os quais os documentos, arquivos e suas formas de gestão do tempo têm grande influência.

Embora tratando textualmente os arquivos como algo ordenado e concentrado, os documentos sobre os primeiros recenseamentos são parte de diferentes bibliotecas e arquivos públicos, como a Biblioteca do Senado Federal e seus Anais, a Biblioteca do IBGE, o Arquivo Nacional, além dos documentos publicados na revista do IHGB. No Arquivo Nacional, por exemplo, parte dos documentos trabalhados foram doados pela viúva de Paulo de Assis Ribeiro, engenheiro geógrafo que reuniu diversos mapas e outros documentos que datam de 1872 a 1975⁸⁶, mantidos juntos em vista do “princípio da proveniência”, para o qual a ordem original dos conjuntos (*fonds*) deve ser respeitada (Duchain, 1992; Kingston, 2011). Outro fundo importante do Arquivo Nacional é o doado pela família de Afonso Pena Jr., que reuniu também documentos sobre a Diretoria Geral de Estatística e outros que datam de 1850 a 1962⁸⁷. Nas bibliotecas, os documentos não estão organizados em fundos ou coleções. A biblioteca do IBGE guarda, sobretudo, os documentos relacionados à coleta de dados censitários, como os boletins, instruções, atas, cartas, mapas e folhas de apuração, enquanto a biblioteca do Senado Federal tem um acervo de memórias estatísticas, históricas e obras sobre a aritmética política. Também o Senado Federal reúne as atas de reuniões de todas as sessões do Senado do Império organizadas nos Livros dos Anais. Essas formas de distribuição dos documentos censitários entre os acervos nos conta de que maneira a constituição dessas geografias dos arquivos fazem parte também da história das instituições. Kingston (2011) faz esse trabalho ao narrar como se constituíram os arquivos modernos na França pós-revolução. É a distribuição e trocas de acervos entre arquivos e bibliotecas - assim como seu abandono em determinados momentos e recuperação em outros - que culmina em uma nova forma de organização dos documentos, com base em uma nova ciência da administração de arquivos. Não à toa, a profissão de arquivista é também uma invenção do

⁸⁶ Informações detalhadas sobre o fundo Paulo de Assis Ribeiro estão disponíveis em: <https://bityli.com/rMnQG>

⁸⁷ Informações detalhadas sobre o fundo Afonso Pena Jr. estão disponíveis em: <https://bityli.com/6s56X>

século XIX, junto à consolidação dos arquivos modernos e também das estatísticas públicas. Esses diferentes recursos e instituições proveem o Estado de fragmentos informativos, conhecimentos parciais, por meio dos quais ele poderá construir suas montagens narrativas.

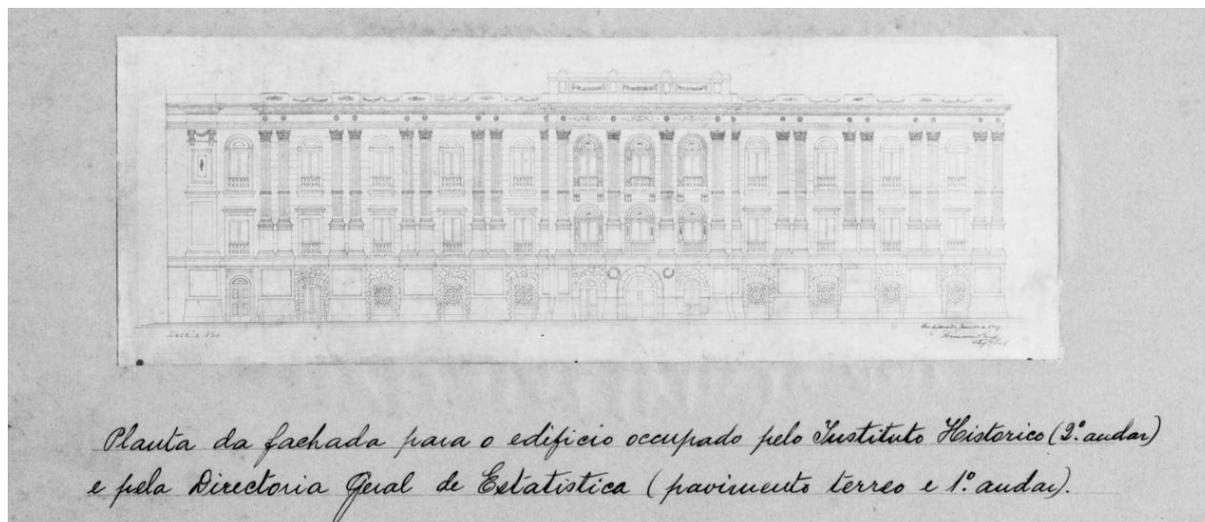


Fig. 15: Planta da fachada do edifício ocupado pelo Instituto Histórico e pela Diretoria Geral de Estatística⁸⁸

A ordenação dos detritos do Novo Regime francês sob a forma de arquivos modernos evidencia, para Kingston (ibid.), como desapareções são também provenientes de uma história material e prática de vendas, trocas, negligências e incêndios, e não apenas de um “terrorismo histórico” de apagamento das fontes. Segundo Duchein (1992), a multiplicidade dos arquivos europeus é um efeito da desorganização iniciada, sobretudo, em uma grande transferência de papéis por volta de 1850, quando os documentos passam a ser vistos a partir de uma perspectiva prática e legal e são passados dos arquivos para as bibliotecas públicas. Assim, ele argumenta que os arquivos modernos não podem ser entendidos apenas como repositórios históricos, mas também como instrumentos de administração do presente. Essas ressalvas importantes nos ajudam a pensar como a distribuição de documentos sobre os censos entre bibliotecas e arquivos determina aquilo que se torna coleção ou fundo, e aquilo que se torna uma obra para consulta em bibliotecas. Nessa distribuição, que passa, sobretudo, pelas doações, os documentos se cristalizam, em alguns casos, como repositórios históricos, que testemunham um momento fundacional, e, em outros, como instrumentos administrativos e de consulta, que possibilitam as comparações longitudinais de dados populacionais.

⁸⁸ Fundo Afonso Pena Jr., Arquivo Nacional.

Além da gestão do tempo dos arquivos e da sua história material, que narram a política dos arquivos com base em suas ordenações temporais e espaciais, o arquivo é também uma zona de contato (Burton, 2005). Nele, pesquisadores de diversas áreas se encontram através das suas lidas com documentos. A Antropologia e a História enquanto campos disciplinares compartilham profundos interesses em comum, desde seus primeiros esforços em compreender o Outro, como nos mostram Pacheco de Oliveira e Quintero (2020)⁸⁹. Essa ressonância de temas, torna as convenções e formas de inteligibilidade desses campos disciplinares também compartilháveis. Stoler (2002) sugere que uma das práticas em comum entre estudantes de história e antropologia, que tem sido revisitada e repensada contemporaneamente, é o trabalho com arquivos, sobretudo os arquivos coloniais. A metáfora “extrativista” que marcava esses trabalhos (Stoler, *ibid.*), consistia em desconsiderar as formas e contextos de produção dos arquivos, buscando nos documentos arquivados informações que testemunhassem (a favor de) ou ilustrassem um argumento. A virada arquivística que marca novos olhares reúne novamente os campos disciplinares. Nesse esforço comum em tratar os arquivos não como lugares de recuperação de um conhecimento perdido, mas como lugares de produção de conhecimento valioso para o Estado, se assume a possibilidade de esses documentos não encerrarem um passado já superado, mas modelarem o presente através das suas atualizações, de seus usos administrativos, e dos encontros que o arquivo promove. Assim, se constituem como locais privilegiados para se fazer etnografias do Estado, proporcionando uma perspectiva dos arquivos, a um só tempo, como, “documentos de exclusão e monumentos de certas configurações de poder” (*ibid.*: 96). O interesse dessa dissertação foi justamente buscar compreender as articulações entre práticas de produção e práticas de exclusão como dimensões co-constitutivas do Estado, vistas através das narrativas arquivísticas consolidadas como versões oficiais a respeito das estatísticas públicas e dos primeiros processos censitários no Brasil. Nesse sentido, pensar a política do tempo dos arquivos, suas distribuições e geografias, assim como as relações que o arquivo agencia, seja com outras instituições como as bibliotecas públicas, seja promovendo encontros entre campos disciplinares, como a História e a Antropologia, é uma forma de narrar os arquivos não apenas como um lugar de conservação do passado, mas também como um espaço de disputas e dissensos, composições e perdas.

⁸⁹ Para um mapeamento dos encontros e desencontros entre Antropologia e História, ver Schapera (1962), Lewis (1968), Cohn (1980; 1981; 1987), Comaroff e Comaroff (2010), Schwarcz (2005), Benatte (2007), entre outros.

O Estado sem censo de 2021

Em reflexão recente, Souza Lima e Facina (2019) se perguntam por que estudar Estado, instituições e elites ainda hoje. Nessa retomada de um debate transversal a diversos temas antropológicos, os autores propõem que só uma antropologia histórica conseguirá conectar os acontecimentos do presente com um passado que insiste em se atualizar e ganhar novos contornos. Entre 2019 e 2022, compartilhamos a experiência assombrosa de viver sob um governo de extrema-direita que assumiu o poder no Brasil, quando essa pesquisa começou e ao longo de toda a sua escrita, propagando discursos autoritários e criando uma frente de imobilização da ciência brasileira, seja por meio de cortes orçamentários, seja através da difusão de teorias anti-vacina. Em 2021, no penúltimo ano de mandato do então presidente Jair Bolsonaro e em plena pandemia de Covid-19, o censo que deveria acontecer a cada 10 anos no Brasil, foi suspenso por falta de verbas, com um corte de 1,76 bilhões. As implicações do cancelamento do censo foram debatidas por vários especialistas, que reiteraram o papel dos dados demográficos para uma distribuição estratégica de recursos para o combate à pandemia⁹⁰, para os repasses para os fundos estaduais e municipais e para a elaboração de políticas públicas⁹¹. A falta de um censo em 2021 impactou de maneiras ainda mais profundas as populações quilombolas, que não eram inclusas nas contagens populacionais em vista das limitações dos censos em recensear apenas terras já demarcadas⁹², promovendo uma alocação diferencial de recursos, sobretudo, de saúde pública, com base em dados defasados de 2010.

Em uma entrevista para o DW Brasil, Roberto Olinto Ramos, presidente do IBGE entre 2017 e 2019, lamentou os efeitos da falta de dados para o planejamento e as ações do governo federal:

Como vamos distribuir vacina pela população? Estamos distribuindo em cima de uma base populacional projetada há 10 anos. Você não tem possibilidade de planejar o SUS. Onde é que eu vou botar equipamento e médico? Eu não consigo planejar a educação, porque eu não sei a idade das pessoas. Tenho que saber onde é que estão as crianças, os adolescentes, os idosos. Você não consegue fazer política habitacional, porque eu não sei quem aluga e quem é proprietário. Como é que você

⁹⁰ “Cancelamento do Censo 2021 deixa o Brasil às cegas em meio à pandemia”. Reportagem de Gustavo Zanfer para o Jornal da USP: <https://bityli.com/CGj1r>

⁹¹ “O impacto do cancelamento do Censo 2021 nas políticas públicas”. Reportagem do Grupo Tiradentes para o Portal da Universidade Tiradentes: <https://bityli.com/s6All>

⁹² “Um país que silencia sua história: ausência de Censo impede o conhecimento sobre povos originários”. Reportagem para a Revista Curinga: <https://bityli.com/aVdbq>

pode pensar o Bolsa Família se não tem distribuição de renda efetiva da população? Onde está a pobreza? Esse Censo iria levantar pela primeira vez os quilombolas, mas também indígenas. Como vão fazer política indigenista? Qual é o retrato que eu preciso para planejar o país? É o de 2020 ou de 2022? Porque o de 2021 com certeza não é, estamos no meio do turbilhão da pandemia. Cadê a abertura de um país democrático, científico, onde quando se cria um caos você chama quem entende para discutir o que vamos fazer? Isso me angustia profundamente. O projeto de Censo não está pronto. Temos mais de 400 mil mortos no país, mais de 3 mil por dia, e isso tem que ser considerado em estatística⁹³.

“Sem termos a estatística, como conheceremos o Brasil?”. O questionamento do Marques de São João da Palma na sessão de abertura do Senado do Império de 1826 encontra ecos nas perguntas de Roberto Olinto Ramos. As zonas de oclusão que a falta de dados cria tornam o Estado incapaz de ver e atender a população em suas vulnerabilidades. A falta de um censo é também, como vimos, a falta de senso, ou seja, a falta de um órgão que permite ao Estado se orientar em termos de planejamento e distribuição de recursos. Mas, para além daquilo que a suspensão do censo não produz, é possível pensar o que essa lacuna na produção de dados demográficos engendra. A reflexão que proponho nesse trabalho sobre o papel das ambiguidades, das lacunas e das incertezas na produção de dados populacionais nos faz pensar nas paisagens devastadas que a falta de um censo em 2021 joga para a invisibilidade. Além das milhares de mortes pela pandemia de Covid-19, alguns indicadores econômicos mostram um número ascendente de famílias em extrema pobreza desde o início do mandato de Jair Bolsonaro em 2019⁹⁴, além de uma alta no custo de vida da população através do aumento da inflação e de uma queda no rendimento médio das famílias⁹⁵ que afetaram sobremaneira as dinâmicas da vida social.

Em dossiê recente organizado por Lucas Freire e Rosana Castro (2022), diversos trabalhos sobre os desmontes e a precarização do sistema de saúde público no Brasil sugerem que a “crise” da saúde é, antes, um projeto. Nessa gestão ativa da escassez e da precariedade, recursos são distribuídos de modo a efetivar uma seleção das vidas que importam. A produção ativa de crises sucessivas faz parte de uma tática que Leirner (2020) vem apontando como uma estratégia política de produção do caos, tornado uma oportunidade para apresentar

⁹³ “Se Censo ocorrer em 2021 vai ser falho, diz ex-presidente do IBGE”. Entrevista com Roberto Olinto Ramos para o Poder 360: <https://bityli.com/aVw4i>

⁹⁴ Famílias inscritas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza. Dados do Ministério da Cidadania, organizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação: <https://bityli.com/6S6C5>

⁹⁵ “A trajetória de sete indicadores econômicos sob Bolsonaro”. Reportagem de Bruno Lupion para a DW Brasil: <https://bityli.com/jJZcR>

soluções autoritárias como a única saída. Nesse sentido, tenho pensado como a produção de dados precários ou a falta de dados é um modo ativo de produção de uma cegueira parcial para o Estado, na qual a falta de visibilidade implica também falta de reconhecimento e responsabilização. Em uma de suas instigantes propostas, Butler (2011) retoma o debate de Levinas a respeito do rosto, e sugere que a falta de um rosto ou a exibição de imagens com as quais não é possível se identificar, criam uma distância e uma impossibilidade moral de reconhecimento da humanidade do Outro. Esses enquadramentos da alteridade operariam, para Butler, como mecanismos de desumanização que tornam a insensibilidade um de seus efeitos. A falta de dados populacionais pode ser pensada também como a falta de rostos, ou um momento no qual a morte de milhares de pessoas e as condições precárias nas quais uma parcela imensa da população vive são tiradas de circulação através de uma escolha ativa em não priorizar a realização do censo.

Como diz o ditado: “quem não é visto não é lembrado”. A impossibilidade de ver a população, ainda que através dos olhos do Estado, é uma invisibilidade intencional, que joga com a nossa capacidade moral de reconhecer e identificar situações de vulnerabilidade. Schwarcz (2020) sugeriu, em uma análise das indumentárias e cenários mobilizados pela retórica visual de Bolsonaro, que os símbolos nacionalistas e familistas acionados tem eficácia política ao mexer com os afetos. Essa dimensão afetiva da política estatal foi trabalhada por Stoler (2010) ao pensar como o Estado colonial, sobretudo no século XIX, se empenhou na gestão cotidiana de emoções e sentimentos que perturbavam projeções burocrático-rationais do Estado. Nesse sentido, é possível pensar o papel dos dados e da falta de dados na constituição de certa retórica visual capaz de mobilizar afetos, sejam eles de identificação ou de indiferença.

As maneiras com que governos autoritários e de extrema-direita lidam com dados na distribuição estratégica de informações e recursos são um tema a ser ainda trabalhado em profundidade pelas ciências sociais⁹⁶. Bolsonaro e sua cúpula de ministros e aliados ficaram conhecidos pelas diversas apresentações de dados distorcidos, como foram os casos do desmatamento da Amazônia no discurso da ONU⁹⁷ e em outras situações envolvendo o ex-ministro Ricardo Salles e os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)⁹⁸;

⁹⁶ Reflexões nesse sentido vêm sendo feitas pelas antropólogas Rosana Pinheiro Machado (2019), Leticia Cesarino (2022), Isabela Kalil (2018, 2021a, 2021b), entre outras.

⁹⁷ “Bolsonaro apresenta dados distorcidos sobre desmatamento na Amazônia”. Reportagem do Jornal da Cultural, exibido em setembro de 2021: <https://bitly.com/ImyXZ>

⁹⁸ “Salles diz que dados de desmate não são corretos, mas confirma que há aumento”. Reportagem da Folha de São Paulo: <https://bitly.com/BnMUB>

do número de óbitos por Covid-19⁹⁹; de uma suposta irregularidade nas urnas eleitorais com base em cálculos matemáticos¹⁰⁰, entre muitos outros casos nos quais dados e gráficos foram usados como instrumentos de forte visualidade para encampar e legitimar práticas políticas. O que as reflexões sobre a parcialidade das estatísticas públicas nos ajudam a pensar é de que maneira a falta de dados é também uma condição de possibilidade para que certas práticas possam ser consideradas legítimas, entre elas, a própria abstenção do Estado. Veena Das (2007b) sugere que as ilegibilidades também operam como uma tecnologia através da qual a atuação do Estado pode ser legitimada, uma vez que ele se torna o único habilitado a resolver os problemas e tensões criados. São também através das ilegibilidades que, muitas vezes, o Estado é experienciado, desfeito e refeito no cotidiano, constituindo-o como objeto político e teórico (ibid.: 6). Assim, a suspensão do censo - desse de 2021 e de outros tantos no passado -, pode ser pensada a partir das ilegibilidades estrategicamente selecionadas, de modo a tornar legítimas as políticas seletivas empenhadas pelo Estado.

Essa história de medos de levantes e fantasias sobre contagens populacionais que os primeiros processos censitários também nos contam difere de uma história da formação da burocracia no Brasil contada pelos arquivos oficiais. Aqui, dados que se perdem por negligência e desorganização, assim como dados apagados ou tornados ambíguos através de ilegibilidades intencionais, têm um papel importante nos processos de formação do Estado, evidenciando projetos de visibilidade parcial e desestabilizando leituras únicas do Estado sob a ótica da racionalidade.

⁹⁹ “Bolsonaro admite informações incorretas sobre o relatório do TCU”. Trechos de entrevista publicados pela Carta Capital em seu canal no Youtube em junho de 2021: <https://bityli.com/DktP1>

¹⁰⁰ “Bolsonaro apresenta “irregulares” nas urnas eletrônicas”. Reportagem do Jornal da Cultura, exibido em julho de 2021: <https://bityli.com/174z5>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMS, Philip. 1988. Notes on the difficulty of studying the State. *Journal of Historical Sociology*, vol. 1, n.1,
- ALTHUSSER, Louis. s.d. *Ideologia e a aparelhos ideológicos do Estado*. Editorial Presença; Martins Fontes: Lisboa.
- AMOROSO, Marta. 1998. Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (37), Jun.
- _____. 2010. Natureza e sociedade nos aldeamentos indígenas do Império: diálogos da ordem menor dos frades capuchinhos com a história natural. *Revista de História* - edição especial (2010), 271-301.
- ANDERSON, Benedict. 2013. Censo, mapa e museu. In: _____. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ANDRÄ, Helmut. 1962. Alexander von Humboldt e as suas relações com o Brasil. *Revista de História*, USP, v.25, n. 52.
- APPADURAI, Arjun. 1996. Number in the Colonial Imagination. In: *Modernity at Large: cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota Press: Minneapolis.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. 2018. Fim do tráfico. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 235.
- ARCANJO, Fernanda Gonçalves; SILVA, Edson Pereira. 2017. Pangênese, genes, epigênese. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set.
- ARETXAGA, Begoña. 2003. Maddening States. *Annual Review of Anthropology*, 32:1, 393-410.
- ARIZA, Marília B. A. 2018. Crianças/ventre livre. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flavio (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ASAD, Talal. 1994. Ethnographic Representation, Statistics and Modern Power. *Social Research*, Vol. 61, No. 1, p. 55-88.
- AVILES, LA. 2016. The art of public policy statisticians: the case of the Puerto Rico pension reform report. *Caribbean Studies* 44: 47-68.
- AWATI, Kailash; SHUM, Simon Buckingham. 2015. *Big Data Metaphors We Live By*. Towards Data Science, 2015 (Online).
- BARMAN, Roderick. 1988. *Brazil: the forging of a Nation: 1798 - 1852*. Stanford University Press.
- BATESON, Gregory. *Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- BEMERGUY, Telma. 2019. (Novas) fronteiras e ideários coloniais de longa duração: uma análise a partir da disputa pela reconfiguração territorial da Amazônia brasileira. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, (46).
- BENATTE, Antonio Paulo. História e Antropologia no campo da nova história. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, 1(1), 2007.
- BENJAMIN, Walter. 1940. *Teses sobre o conceito de história*. Versão online.
- BESSON, Jean-Louis. 1995. *A Ilusão das Estatísticas*. São Paulo: UNESP.

- BEVILAQUA, Cimea; LEIRNER, Piero. 2000. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. *Revista De Antropologia*, 43(2), 105-140.
- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BISSIGO, Diego. 2014. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: a estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. *Dissertação* (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- _____. 2014. Das listas de família ao recenseamento do Império: a produção da “legibilidade” da população no censo de 1872. I Seminário Internacional Brasil no Século XIX.
- BLACK, Edwin. 2001. *IBM and the Holocaust: The Strategic Alliance Between Nazi Germany and America's Most Powerful Corporation*.
- BODIN, Jean. [1576] 1962. *The Six Bookes of a Commonweale*. Kenneth Douglas McRae, Harvard University Press, p. 637,641.
- BONI, Maria Igenes Mancini de. A população da Vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes (1765-1785). *Dissertação de mestrado*. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, 1974.
- BOTELHO, Tarcísio. 1998. *População e nação no Brasil do século XIX. Tese* (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. 2005. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 1.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. 1898. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística.
- _____. Diretoria Geral de Estatística. 1892. *Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890*, Comarca de Palmas, Estado do Parana. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- _____. Diretoria Geral de Estatística. 1895. *Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890*. Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger.
- _____. Diretoria Geral de Estatística. 1898. *Recenseamento do Estado de Alagoas em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- _____. Diretoria Geral de Estatística. 1905. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística.
- _____. Diretoria Geral de Estatística. 1922. *Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística. v. 1: Introdução: aspecto físico do Brasil: geologia, flora e fauna, evolução do povo brasileiro, histórico dos inquéritos demográficos.
- _____. Diretoria Geral de Estatística. 1922b. *Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística. v. 4: População: população do Brazil por Estados, municípios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade.
- _____. 1867. *O Imperio do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional.

- _____. 1873. *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d'Austria*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional.
- _____. 1875. *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional.
- _____. Câmara dos Deputados. 1926. *Annaes do Congresso Constituinte da República*. Livro 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- _____. 1850. Anais do Império. Livro 1 a 6.
- _____. 1852. Anais do Império. Livro 1 e 2.
- BIRUK, Crystal. 2018. *Cooking Data: Culture and Politics in an African Research World*. Duke University Press.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª ed. Campinas: Papyrus.
- _____. 2012. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. Companhia das Letras.
- BURTON, Antoinette. 2005. Introduction. In: *Archive Fever, Archive Stories: Facts, Fictions, and the Writing of History*. Duke University Press..
- BUTLER, Judith. 2011. Vida precária. Contemporânea - *Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 1 n. 1 (2011): Janeiro/Junho.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva. 2018. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. *História Unisinos*, 22(3):414-428, Setembro/Outubro.
- CARRARA, Sergio. 1998. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP.
- CARVALHO, Flavio Rey. *Um iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, 2007.
- CARVALHO, José Luís Saião Lobato de Bulhões. 1898. *Desequilíbrio aparente entre a natalidade e a mortalidade da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anais da Academia de Medicina, 1898.
- CARVALHO, José Murilo de. 2008. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- _____. 1988. *Teatro de Sombras: a política imperial*. IUPERJ: Rio de Janeiro.
- _____. 2004. Genocídio racial estatístico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 dezembro.
- CASTILHO, S. ; SOUZA LIMA, A. C. de; TEIXEIRA, C. C (Orgs.). 2014. *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Contracapa.
- CAVALCANTI, Amanda. 2016. Mário Melo e suas histórias dentro da História. *Intellèctus*, Ano XV, n. 1.
- CEDEPLAR. Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica - NPHEd. 2012. *Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872*. Janeiro.
- CERTEAU, Michel de. 1982. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária..
- CESARINO, Letícia. 2022. *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital*. Ubu Editora.
- CHRISTILLINO, Cristiano. 2013. O Nordeste na historiografia sobre a política no Segundo Reinado. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal/RN.
- COHN, B.S. 1980. History and Anthropology: The State of Play. *Comparative Studies in Society and History*, 22, 198-221.
- _____. 1981. Anthropology and History in the 1980s: Towards a Rapprochement. *Journal of Interdisciplinary*

- History*, 12, 227-252.
- _____. *An Anthropologist Among the Historians and Other Essays*. New Delhi: Oxford University Press, 1987.
- COMAROFF, J.; COMAROFF, J. 2010. Etnografia e imaginação histórica. Tradução de Iracema Dulley e Olivia Janequine. *Proa – Revista de Antropologia e Arte*, ano 02, vol.01, n. 02, nov.
- CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério S. 2018. Trabalhadores livres e escravos. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flavio (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- COSTA, Alexandre Basto Alves. 2017. *Missão imperial oitocentista: Frei Caetano de Messina e os capuchinhos italianos no processo civilizador em Pernambuco*. Mestrado Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Alagoas. Maceió.
- COSTA, Célia. 2000. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Descobrimientos*, v. 14, n. 26.
- CRUZ, Thais Gonçalves. 2022. *Pode o favelado produzir dados científicos?*. Anais do 46º Encontro Anual da ANPOCS. ST 59 – Sobre periferias: novos conflitos no espaço público.
- CUNHA, Olivia Maria Gomes da. 2004. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, 10 (2), Out.
- _____. 2005. Quando o campo é o arquivo. *Antropologia e Arquivos*, v. 2 n. 36.
- DANTAS, Monica Duarte. Epílogo: homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império. In: ____ (org.). *Revoltas, motins, revoluções*. Homens livres, pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p. 511-563.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. 2004. *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press.
- DAS, Veena. 2007a. In the Region of Rumor. In: *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. University of California Press.
- _____. 2007b. The Signature of the State: The Paradox of Illegibility. In: *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. University of California Press.
- DASTON, Lorraine. 2013. How Reason Became Rationality. *Max Planck Institute for the History of Science*. (Online) Disponível em: http://www.mpiwg-berlin.mpg.de/en/research/projects/DeptII_Daston_Reason/index_html.
- DAY, Sophie; LURY, Celia. 2014. Number ecologies: numbers and numbering practices. *Distinktion: Journal of Social Theory*, 15:2, p. 123-154.
- DERRIDA, Jacques. 2001. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Relume Dumara: Rio de Janeiro.
- DESROSIÈRES, Alain. 1998. *The politics of large numbers: a history of statistical reasoning*. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. 2008. L'administrateur et le savant: les métamorphoses du métier de statisticien. In: *Gouverner par les nombres: L'argument statistique II*. Paris: Presses des Mines.
- DIAS, Maria Odila da Svila. 1968. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 278, janeiro e março.
- DINIZ, Leandro. 2016. Contar é preciso: as resistências ao recenseamento na Paraíba oitocentista. Encontro Estadual de História – ANPUH-PB, e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1.
- DOLHNIKOFF, Miriam. 2005. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo:

Globo.

- DOMINGUES, Francisco Contente. 1994. *Ilustração e Catolicismo*: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri.
- DUCHEIN, Michel. 1992. The History of European Archives and the Development of the Archival Profession in Europe. *The American Archivist*, vol. 55, No. 1, Special International Issue.
- EL-BADRY, M. A. 1961. Failure of Enumerators to Make Entries of Zero: Errors in Recording Childless Cases in Population Censuses. *Journal of the American Statistical Association*, vol. 56, n. 296, pp. 909-924.
- ELIAS, Norbert. 1994. O Processo Civilizador. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. 1993. O Processo Civilizador. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FABIAN, J. 2013. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes..
- FANON, Frantz. 2008. *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA: Salvador.
- FEITLER, Bruno; SALES SOUZA, E. Apresentação. In: VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. São Paulo: EdUSP, 2010.
- FERREIRA, Leticia. 2011. *Uma etnografia para muitas ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- _____. 2013. Apenas preencher papel: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.39-68.
- FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura. 2020. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. In: *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-paper.
- FOUCAULT, Michel. [1969] 2008. O a priori histórico e o arquivo. In: *Arqueologia do Saber*. 7a edição. Forense Universitária.
- _____. 1991. Governmentality. In: BURCHEL; GORDON; MILLER (Orgs.) *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. The University of Chicago Press: Chicago.
- _____. 2008a. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2008b. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- FRAGOSO, Frei Hugo. 1985. O apaziguamento do povo rebelado mediante as missões populares: nordeste do II Império. *Revista de C. Sociais*, Fortaleza, v. 116/117, n. 1/2.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. 1997. *Homens livres na ordem escravocrata*. Editora UNESP: São Paulo.
- FREIRE, Lucas. 2015. *A Máquina da Cidadania: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.
- _____. 2019. *A gestão da escassez: uma etnografia da administração de litígios de saúde em tempos de "crise"*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- FREIRE, Lucas; CASTRO, Rosana. 2022. Apresentação do dossiê: “Entre ‘precariedades’, ‘crises’ e o ‘colapso’: perspectivas antropológicas sobre o “desmonte” do SUS”. *Anuário Antropológico*, v.47, n.2.
- GALTON, Francis. 1886. Regression towards Mediocrity in Hereditary Stature. *Anthropological Miscellanea*. Disponível em: <https://galton.org/essays/1880-1889/galton-1886-jaigi-regression-stature.pdf>
- _____. [1892] 1869. *Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences*. Londres: MacMillan and Co., Disponível em: <https://galton.org/books/hereditary-genius/text/pdf/galton-1869-genius-v3.pdf>

- _____. 1883. *Inquiries into Human Faculty and its Development*. Londres: MacMillan. Disponível em: <https://galton.org/books/human-faculty/text/galton-1883-human-faculty-v4.pdf>
- _____. 1905. *Restrictions in Marriage*. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0038026105SP200102>
- GEERTZ, Clifford. 1980. *Negara: The Theatre State in Nineteenth Century Bali*. Princeton University Press.
- GITELMAN, Lisa. 2013. Introduction. In: “*Raw Data ” Is an Oxymoron*. The MIT Press.
- GOMES, L. G.; MOTTA, A.; SOUZA LIMA, A. C. de. 2021. Apresentação: Por uma antropologia das elites no Brasil. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, (53).
- GORENDER, Jacob. 2016. *O escravismo colonial*. 6a edição. Fundação Perseu Abramo: São Paulo.
- GOUVÊA, Maria; XAVIER, Ana Paula. 2013. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. *Educação e Sociedade*, vol. 34 (122), março.
- GRAMSCI, Antonio. 2006. State and Civil Society. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Orgs.). *The Anthropology of the State: a reader*. Malden, MA: Blackwell Publisher.
- GUPTA, Akhil. 1995. Blurred boundaries: the discourse of corruption, the culture of politics, and the imagined state. *American Ethnologist*, 22(2): 375-402.
- _____. 2012. *Red Tape: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India*. Duke University Press Books: Durham and London.
- HACKING, Ian. 1990. *The taming of chance*. Cambridge University Press.
- _____. 1991. How should We Do the History of Statistics? In: Burchell; Gordon; Miller. *Foucault Effect: studies in governmentality*. The University of Chicago Press.
- HARAWAY, Donna. 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *cadernos pagu* (5), pp. 07-41.
- HARTMAN, Saidiya. 1997. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. Oxford University Press: Oxford.
- _____. 2020. Vênus em dois atos. *Revista ECO-Pós*, vol. 23, n.3, 12–33.
- HERZFELD, Michael. 1997. *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. New York;London: Routledge.
- _____. 2016. *A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental*. São Paulo: Editora Vozes.
- HODES, Martha. 2006. Fractions and fictions in the US census of 1890. In: STOLER (Org.) *Haunted by Empire: Geographies of Intimacy in North American History*. Duke University Press.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. 1985. Do Império à República. In: *História geral da civilização brasileira*. Império. 5 vols. Tomo II. São Paulo: Difel.
- HOLSTON, James. 1993. “Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 21. São Paulo.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. 2002. The Concept of Enlightenment. In: *Dialectic of Enlightenment*. Stanford University Press: California.
- HULL, Matthew. 2012. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*, vol. 41:251-267.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1990. Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. IBGE: Rio de Janeiro.

- INTERNATIONAL BUSINESS MACHINE. 1988. Departamento de Comunicações e Programas Externos. IBM - 50 anos em Portugal. Lisboa.
- JERVEN, Morten. 2013. *Poor Numbers: How We Are Misled by African Development Statistics and What to Do about It*. Cornell University Press.
- KALIL, Isabela. 2018. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. São Paulo, FESPSP.
- _____. 2021. Dreaming with Guns: Performing Masculinity and Imagining Consumption in Bolsonaro's Brazil. In: *Precairous Democracy: Ethnographies of Hope, Despair, and Resistance in Brazil*. Rutgers University Press: New Brunswick.
- _____. 2021. Politics of fear in Brazil: Far-right conspiracy theories on COVID-19. *Global Discourse*, vol. 11, ed.3, Bristol University Press.
- KINGSTON, Ralph. 2011. The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive. *Libraries & the Cultural Record*, vol. 46, No. 1.
- KULA, Witold. 1986. *Measures and Men*. Princenton University Press: New Jersey.
- KUMMELS, Ingrid; KOCH, Gisela. 2020. *Antropología y archivos en la era digital: usos emergentes de lo audiovisual*. Volumen 1. Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP): Lima.
- KURY, Lorelai. 2001. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 863-80.
- LAMPLAND, Martha. 2010. False numbers as formalizing practices. *Social Studies of Science*, 40(3) 377–404.
- LATOUR, Bruno. 2008. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: *Objects Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência*. Porto: Afrontamento.
- LAWSON, Brendan; LOVATT, M. 2021. Towards a rhetorical understanding of statistics in politics: Quantifying the National Health Service 'Winter Crisis'. *European Journal of Communication*, 36(2), 110–124.
- LE GOFF, Jacques. 1996. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp.
- LEIRNER, Piero de Camargo. 1995. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- _____. 2012. O Estado como fazenda de domesticação. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 4, n. 2, jul-dez, p. 38-70.
- _____. 2020. *O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida*. Editora Alameda.
- LEWIS, I. M. (Org.). 1968. *History and Social Anthropology*. London: Tavistock.
- LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. 1999. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus.
- LOVEMAN, Mara. 2007. Blinded Like a State: the Revolt against Civil Registration in Nineteenth-Century Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, Volume 49, Issue 1.
- _____. 2009. Race to progress: census taking and nation making in Brazil (1870–1920). *Hispanic American Historical Review*, 89:3.
- LOURENÇO, Eduardo. 1994. Nós e a Europa: ressentimento e fascínio. In: *Nós e a Europa: ou as duas razões*. 4. ed. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- LOWENKRON, Laura. 2015. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

- LUGONES, María Gabriela. 2012. *Obrando en autos, obrando em vidas: formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales preventivos de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI*. Rio de Janeiro: E-Papers.
- MACHADO, Rosana Pinheiro. 2019. *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Oficina Raquel.
- MCCLINTOCK, Anne. 2010. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. 2018. Africanos livres. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flavio (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MANTOVANELLI, Thais. 2016. *Os Xikrin do Bacajá e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte : uma crítica indígena à política dos brancos*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- MARSON, Izabel Andrade. 1980. *Movimento Praieiro: Imprensa, Ideologia e Poder Político*. São Paulo: Editora Moderna.
- MARTIN, Olivier. 2001. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 13-34.
- MARTINS, José de Souza. s.d. *O cativo da terra*. Editora Contexto: São Paulo.
- MATHUR, Nayanika. 2016. *Paper Tiger: Law, Bureaucracy and the Developmental State in Himalayan India*. Cambridge University Press.
- MATTOS, Hebe Maria. 2009. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, J.M.; NEVES, L.M.B. (Org.). *Repensando o Brasil dos oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. 2004. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec.
- MBEMBE, Achille. 2002. The Power of the Archive and its Limits. In: Hamilton, C.; Harris, V. et al. (Orgs.). *Refiguring the Archive*. Kluwer Academic Publishers.
- MELO, Mário. 1920. A Guerra dos Marimbondos. *Revista do Instituto Archeológico Histórico e Geographico Pernambucano*, vol. XXII, ns. 107 a 110.
- MELLO, Evaldo Cabral de. 1984. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. 1852. *Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Tipografia de M. F. de Faria: Recife.
- MILLER, Peter. 2001. Governing by Numbers: why calculative practices matter. *Social Research*, vol. 68, n. 2, pp. 379-396.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. 2002. De “Príncipes do Estado” a “Auditores Genéricos”: dilemas e contradições na construção da burocracia fiscal no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MIROWSKI, Philip; NIK-KHAH, Edward. 2017. *The Knowledge We Have Lost in Information: The History of Information in Modern Economics*. Oxford University Press.
- MITCHELL, Timothy. 2006. Society, Economy and the State effect. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. *The Anthropology of the State: a reader*. Malden, MA: Blackwell Publisher.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. 1978. *Nordeste Insurgente: 1850-1890*. Tese (Doutorado em História

- Econômica) - Universidade de São Paulo.
- MORAWSKA, Catarina. 2014. A trilha de papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. *Revista Antropológicas*, ano 18, 25(2):22-40.
- _____. (Org.). 2021. *Engajamentos coletivos nas fronteiras do capitalismo*. EdUFSCar: São Carlos.
- MOTTA, Eugênia. 2019. Resistência aos números: a favela como realidade (in)quantificável. *Mana* 25 (1), Jan-Apr.
- MOTTA, Jehovah. 1976. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. 2008. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2ª Edição. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- _____. 1998. "O embate das interpretações: o conflito de 1858 e a lei de terras". *Revista Antropolítica*. Niterói, nº4, pp.49-62.
- MOURTHÉ, Pedro Henrique. 2015. *Entre os documentos e as retomadas: movimentos da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- MULLER, Daniel. 1838. *Ensaio d'un quadro estatístico da província de São Paulo*. Typographia de Costa Silveira: São Paulo.
- NADAI, Larissa. 2012. *Descrever crimes, decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas.
- NAVARO-YASHIN, Yael. 2007. Make-believe papers, legal forms and the counterfeit: affective interactions between documents and people in Britain and Cyprus. *Anthropological Theory*, 7:79-98.
- NEIBURG, Federico. 2007. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. *Mana* 13 (1), Abr.
- NEVES, Frederico de Castro. 2012. O nordeste e a historiografia brasileira. *Ponta de Lança*, Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 6, n. 10, p. 6-24.
- OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de. [1819] 1866. A igreja do Brasil - ou informação para servir de base a divisão dos bispados. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, tomo XXIX, p. 159..
- OLIVEIRA, Jane Souto de. 2003. *Brasil mostra a sua cara: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000*. Rio de Janeiro: IBGE.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; QUINTERO, Pablo. 2020. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 7-31, set./dez.
- OLIVEIRA, Maria Luiza. 2005. O Ronco da Abelha: resistência popular e conflito na consolidação do Estado Nacional (1851-1852). *Almanack braziliense*, n. 1, maio.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1987. "Elementos para uma Sociologia dos Viajantes". In: *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Marco Zero/UFRJ.
- _____. 1999. Entrando e saindo da "mistura": os índios nos censos nacionais. In: *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- ONTO, Gustavo. 2016. *Ficções econômicas e realidades jurídicas: uma etnografia da política de defesa da*

- concorrência no Brasil. Tese (doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- _____. 2019. Competition on paper: artifacts of visualization in antitrust policy. *Economic Sociology*, v. 20, p. 24-30.
- PADOVANI, Natália Corazza. 2013. *Confounding Borders and Walls: documents, letters and the governance of relationships in São Paulo and Barcelona prisons*". *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 10, 2: 340-376.
- PALACIOS, Guillermo. 2006. Revoltas camponesas no Brasil escravista: a 'Guerra dos Marimbondos' (Pernambuco, 1851-1852). *Almanack braziliense*, n. 3, maio.
- PALMEIRA, Moacir. 2006. Nordeste: violência e política no século XX. *Revista de Ciências Sociais*, Universidade Federal do Ceará, v. 37 n. 1.
- PARRON, Tâmis. 2011. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826- 1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PEARSON, Karl. 1901. *National life from the standpoint of science*. Londres: Adam and Charles Black.
- PEIRANO, Mariza. 1986. Sem lenço, sem documento. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 1, n.1, p.49-63.
- _____. 2006a. De que serve um documento? In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Orgs.) *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____. 2006b. A lógica múltipla dos documentos. In: *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PEREIRA, Margareth da Silva. s.d. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *ArqTexto*, n. 16.
- PESAVENTO, Sandra. 1997. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade no século XIX*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 2009. Quando a nação é, sobretudo, uma questão de sensibilidade. In: *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PICH, Santiago. 2013. Adolphe Quetelet e a biopolítica como teologia secularizada. *Hist. cienc. saude - Manguinhos* 20 (3), jul-sep.
- PORTER, Theodore. 1986. *The Rise of Statistical Thinking: 1820-1900*. New Jersey: Princeton University Press.
- _____. 1995. *Trust in numbers: the Pursuit of Objectivity in Science and Public Life*. Princeton University Press.
- PORTO, José da Costa. 1981. *Os Tempos da Praieira*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife.
- PRATT, Marie Louise. 1999. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Editora EDUSC.
- QUENTAL, Antero de. 2005. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Editorial Nova Ática.
- QUETELET, Adolphe. 1842. *A treatise on man and the development of his faculties*. Edinburgh: William and Robert Chambers.
- QUINTAS, Amaro. 1992. *O Sentido Social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- REE, Paul; SMIENK, Gerrit; STEENBERGEN, Clemens. 1967. *Italian Villas and Gardens: a course di disegno*. Amsterdã: Prestel.
- REIS, João José. 1991. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revoltas populares no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras: São Paulo.

- RILES, Annelise. 2001. Infinity within the brackets. In: *The network inside out*. The University of Michigan Press.
- _____. 2006. *Documents: artifacts of modern knowledge*. University of Michigan Press.
- RODRIGUES, Jaime. 2009. O fim do tráfico transatlântico para o Brasil: paradigmas em questão. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil imperial*, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ROSE, Nikolas. 1991. Governing by numbers. Refiguring out democracy. In: *Accounting Organizations and Society*. London: Pergamon, v. 16, n.7, p. 673-692.
- SAAVEDRA, Renata. 2011. *População, recenseamento e conflito no Brasil Imperial: o caso da Guerra dos Marimbondos*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- SANJAD, Nelson. 2017. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 785-826.
- SANTA-ANNA, Nery, F. J. de. 1889. *Le Brésil en 1889: avec une carte de l'empire en chromolithographie, des tableaux statistiques, des graphiques et des cartes*. Paris: Libr. Charles Delagrave.
- SANTIAGO, Ana Elisa. 2022. *As forças de paz ou a paz à força: etnografia de uma missão de paz da ONU no Haiti*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. 2007. *Aritmética Política e a Administração do Estado Português na Segunda Metade do Século XVIII*. VII Jornada Setecentista, Curitiba, set.
- SANTOS, José Augusto dos. 1971. *Liberalismo eclesiástico e regalista no Brasil sob o pontificado de Gregório XVI*. (Tese de doutorado). Roma: UNIGRE.
- SCHAPER, I. 1962. Should Anthropologists Be Historians? *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 92, 143-156.
- SCHEPER-HUGES, Nancy. 1997. Demography without Numbers. In: Kertzer, D.; Fricke, T. (eds.). *Anthropological Demography: Towards a New Synthesis*. Chicago: University of Chicago Press.
- SCHULZ, John. 1971. O Exército e o Império. In: Hollanda, S. B.; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, Tomo IV, Vol. II. São Paulo: Difel.
- _____. 1994. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp.
- SCHWARCZ, Lilia. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 1998. Exposições Universais: festas do trabalho, festas do progresso. In: *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2000. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2005. Questões de Fronteira: sobre a antropologia da história. *Novos estudos - CEBRAP no. 72*, São Paulo, July.
- _____. 2020. Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais. *Revista de Fotografia Zum*. Julho. Disponível em: <https://revistazum.com.br/zum-quarentena/bolsonaro-e-seu-reino/>.
- SCOTT, James. 1998. *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven; London: Yale University Press, 1998.

- SEIDL, Ernesto. s.d. *A formação de um Exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/jssbTz5DKkvRNM8MN4NLFsS/?lang=pt&format=pdf>
- SENNER, Nelson. 2005. *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. 2006. *História das Estatísticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v.1: Estatísticas desejadas (1822-c1889); v. 2: Estatísticas legalizadas (1889-1936); v. 3: Estatísticas organizadas (c1936-c1972); v. 4: Estatísticas formalizadas (c1972-2002).
- _____. 2014. Por uma “história das estatísticas brasileiras”: visão crítica do conteúdo. *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], 3.
- SILVA, Alfredo Prettextato Maciel da. 1940. *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 2 vol.
- SILVA, João Manuel Pereira da. 1845. *Inglaterra e Brasil: trafego de escravos*. Tipografia do Brasil: Rio de Janeiro.
- SILVA, Joaquim Noberto de Souza e. [1869] 1951. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império*. Documentos Censitários. Conselho Nacional de Estatística: Rio de Janeiro.
- SILVA, Lígia Osório. 1996. *Terras devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de Terras de 1850*. Campinas: Ed. UNICAMP.
- SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. 1998. *Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império (1824-1881)*. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto e Bragança, Universidade São Francisco.
- SLENES, Robert. 1983. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos econômicos*, 13 (1), pp. 117-149, jan/abr.
- SOCIEDADE CONTRA O TRÁFICO DE AFRICANOS E PROMOTORA DA COLONIZAÇÃO E DA CIVILIZAÇÃO DOS INDÍGENAS. 1852. *Systhema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extinção do tráfico e da escravatura no Brasil*. Typographia do Philanthropo: Rio de Janeiro.
- STARR, Paul; ALONSO, William. 1987. *The politics of number*. Russel Sage Foundation: New York.
- STRATHERN, Marilyn. 2004. *Partial connections*. Altamira Press.
- STOLER, Ann Laura. 2002. Colonial archives and the art of governance. *Archival Science*, v.2, p.87-109.
- _____. 2007. Affective States. In: NUGENT, David; VICENT, Joan (eds). *A Companion to Anthropology of Politics*. Wiley Blackwell.
- _____. 2010. *Along the Archival Grain: epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton University Press.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 1995. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2002. Introdução. In: *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Relume Dumará: Rio de Janeiro.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa. 2010. A antropologia da Administração e da Governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?. In: MARTINS, Carlos Benedito de; DUARTE, Luiz Fernando dias. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Anpoc.

- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; FACINA, Adriana. 2019. 2019, Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processo de formação de Estado?. In: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (orgs.) *Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*. Brasília: ABA Publicações.
- TAUSSIG, Michael. 1997. *The Magic of the State*. Routledge: Nova Iorque e Londres.
- TELLES, Lorena Féres da Silva. 2018, Amas de leite. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flavio (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- THOMPSON, E. P. 1998. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras.
- TILLY, Charles. 1996. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. 2006. The anthropology of the State in the age of globalization. *Current Anthropology*, vol. 42, no. 1, p. 125-138.
- VELHO, Otávio. 1995. O cativo da Besta-Fera. In: *Besta-fera: recriação do mundo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- VIANNA, Adriana. 2002. *Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- _____. 2014. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa. (Orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj.
- VIEIRA, Paulo. 2001. *O Ronco da Abelha*. Beca Produções Culturais.
- WEBER, Max. 1982. Burocracia. In: *Ensaio de Sociologia*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- _____. 2000. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4ª ed, volume 1. Brasília: Editora UnB.
- WERNECK, Martha. 2013. *Os Primeiros Processos Censitários Brasileiros e o Desenvolvimento da Matemática-Estatística no Brasil de 1872 a 1938*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.
- WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista No Século XIX: A Reforma De D. Antônio Joaquim De Melo (1851-1861)*. São Paulo: Editora Atica, 1987.
- ZALOOM, Caitlin. 2003. Ambiguous numbers: Trading technologies and interpretation in financial markets. *American Ethnologist*, Vol. 30, n. 2, May, p. 258-272.
- ZEITLYN, David. 2012. Anthropology in and of the Archives: Possible Futures and Contingent Pasts. *Archives as Anthropological Surrogates. Annual Review of Anthropology*, 41:461–80.
- ZUBOFF, Shoshana. 2015. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology*, 30, p. 75–89.